

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

**O ESPAÇO URBANO E SUAS TEMPORALIDADES:
DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO PARA O
PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO CENTRO DE LIMEIRA – SP**

MARCELA MARIA PATRIARCA MINEO

Rio Claro (SP)

2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

**O ESPAÇO URBANO E SUAS TEMPORALIDADES:
DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO PARA O
PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO CENTRO DE LIMEIRA – SP**

MARCELA MARIA PATRIARCA MINEO

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Bernadete Ap. Caprioglio de Castro Oliveira

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Área de Concentração em Organização do Espaço, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Rio Claro (SP)

2009

Comissão Examinadora

Prof^a. Dr^a. Bernadete Ap. Caprioglio de Castro Oliveira - Orientadora

Prof. Dr. Pompeu Figueiredo de Carvalho

Prof^a. Dr^a. Regina Helena Moreira Riani Costa

Marcela Maria Patriarca Mineo - Aluna

Rio Claro, 09 de dezembro de 2009.

Resultado: Aprovada

*À padroeira dos meus estudos, **Maria**, mãe de Deus. Figura exemplar de mulher que me ensina cotidianamente a mansidão, o amor ao próximo e a fé.*

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Ao meu querido pai e ídolo José Roberto, que por sua determinação alcançou notáveis progressos na ciência, mas manteve sua simplicidade de vida e seu amor à nossa família.

À minha doce mãe Luiza, que como grande educadora e ser humano, me criou num berço terno e sadio, incentivando-me sempre a estudar mais e acreditar em meu potencial. Nunca conhecerei uma pessoa tão querida e graciosa como você e agradeço a Deus todos os dias por tê-la como mãe.

Ao meu irmão Tiago, exemplo de perseverança e força que enche nossas vidas de alegria com suas conquistas.

À minha irmã Ana Luiza, meu porto seguro, que cheia de vida e carinho acolhe-me por inteiro.

Aos meus avós e padrinhos de batismo Cida, Clarice e Wilson que através da narração de histórias ao longo de minha infância, me aguçaram a curiosidade com relação ao passado e assim, me fizeram compreender o presente.

Ao meu marido Fredy, que me acompanha há nove anos, compartilhando tantas afinidades e sonhos em busca de uma caminhada mais plena.

À minha tia Nelly, que agrega inúmeras qualidades e conhecimento de mundo, ensinando-me os mais variados sabores da cultura.

Às minhas tias Maria Clarice e Maria Cecília, mulheres que admiro e respeito.

Aos meus tios Carlos Henrique e Maria Inês, um casal excepcional que são minha referência em amor e união.

Aos meus queridos primos Marina, João Carlos e Luiz Henrique, pessoas extraordinárias e inteligentes que compartilharam os momentos mais importantes de toda a minha vida.

À minha querida amiga e educadora Juceli Coelho, pelo apoio nos momentos mais difíceis e pelo rico acervo histórico de Limeira que me disponibilizou.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Prof^a. Dr^a. Bernadete, pela oportunidade de concretizar um sonho meu, dando-me liberdade de vôo e motivação nos momentos de insegurança.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Patrimônio Cultural e Território da Unesp – Rio Claro, pela receptividade generosa e pelos ensinamentos acadêmicos.

À Comissão de Bolsa Mestrado da Diretoria de Ensino de Limeira, nas pessoas de Keli Celiane G. C. Sinionato, Silvia Helena Orlandelli da Silva e Valquíria de Carvalho Partazani, que acreditaram no meu projeto de pesquisa e pacientemente acompanharam meus estudos.

À Cassiana Poletti Francisco e Juliana Binotti Pereira Scariato do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Planejamento Urbano de Limeira, pelas informações preciosas e por acreditarem em um ambiente urbano mais significativo.

À Ariadne Francisco Carrera Miguel, que doou sua vida ao Museu Histórico Pedagógico “José Levy Sobrinho” em Limeira e, com sua experiência de vida, me inspirou a acreditar na educação e na cultura.

À bibliotecária e amiga Maria Inês Bachin, pelo carinho e auxílio ao longo dos anos.

Às minhas alunas, Arita Carla Dias e Denise Caroline dos Santos da EE Prof. José Ferraz Sampaio Penteado, pela importante colaboração na aplicação dos questionários. Espero ter contribuído na formação científica e cívica das mesmas.

“(...)

Fechado. Largado.

O velho sobrado colonial

De cinco sacadas,

De ferro forjado,

Cede.

Bem que podia ser conservado,

Bem que devia ser retocado,

Tão alto, tão nobre-senhorial.

O sobradão dos Vieiras

Cai aos pedaços,

Abandonado.

Parede hoje. Parede amanhã.

Caliça, telhas e pedras

Se amontoando com estrondo.

Famílias alarmadas se mudando.

Assustados – passantes e vizinhos.

Aos poucos, a “fortaleza” desabando.

Quem se lembra?

Quem se esquece?

(...)

Que importa a eles o sobrado?

Gente que passa indiferente,

olha de longe,

na dobra das esquinhas,

as traves que despençam.

- Que vale para eles o sobrado?

Quem vê nas velhas sacadas

de ferro forjado

as sombras debruçadas?

Quem é que está ouvindo

o clamor, o adeus, o chamado?...

Que importa a marca dos retratos na parede?

Que importam as salas destelhadas,

e o pudor das alcovas devassadas...

Que importam?

E vão fugindo do sobrado,

aos poucos,

Os quadros do Passado.”

Cora Coralina

Trechos de “Velho Sobrado” em
“Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais”.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE FIGURAS.....	ix
LISTA DE TABELAS.....	xi
RESUMO.....	xii
ABSTRACT.....	xiii
INTRODUÇÃO.....	14
CAPITULO I – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	17
1.1 Origens e características da sociedade moderna.....	18
1.2 Produção e consumo no espaço urbano contemporâneo.....	27
1.3 Os percursos do patrimônio histórico.....	36
1.4 Medidas de proteção do patrimônio histórico edificado.....	46
CAPÍTULO II – O PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO CENTRO DE LIMEIRA–SP..	57
2.1 Histórico do município.....	59
2.2 Os edifícios selecionados para a pesquisa.....	68
2.2.1 Igreja Nossa Senhora da Boa Morte e Assumpção.....	68
2.2.2 Palacete Levy.....	73
2.2.3 Estação Ferroviária.....	77
2.2.4 Teatro Vitória.....	82
2.2.5 Centro Cultural.....	86
2.2.6 Gruta.....	91
2.2.7 EE Brasil.....	95
2.2.8 Paço Municipal.....	100
2.2.9 Banco Nossa Caixa.....	104
2.3 As políticas locais de conservação do patrimônio histórico.....	106

CAPÍTULO III – O OLHAR DA POPULAÇÃO E PROPOSTAS PARA O PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE LIMEIRA.....	111
3.1 Procedimentos da pesquisa.....	112
3.2 Resultados obtidos.....	114
3.2.1 <i>Igreja Nossa Senhora da Boa Morte e Assumpção</i>	116
3.2.2 <i>Banco Nossa Caixa</i>	118
3.2.3 <i>Paço Municipal</i>	120
3.2.4 <i>Palacete Levy</i>	122
3.2.5 <i>Centro Cultural</i>	124
3.2.6 <i>Gruta</i>	126
3.2.7 <i>EE Brasil</i>	128
3.2.8 <i>Estação Ferroviária</i>	130
3.2.9 <i>Teatro Vitória</i>	133
3.3 Propostas de intervenção turística e educativa para o município de Limeira ..	142
3.3.1 <i>O turismo ferroviário como alternativa</i>	143
3.3.2 <i>A educação patrimonial no ensino de Geografia</i>	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	172
ANEXOS.....	180

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Foto digitalizada do Viaduto Santa, Limeira – SP.....	17
Figura 02: Foto digitalizada da Gruta com o Theatro da Paz, Limeira – SP.....	57
Figura 03 – Mapa de localização do município de Limeira – SP.....	60
Figura 04 – Foto digitalizada da cidade de Limeira por volta de 1900.....	63
Figura 05 – Mapa de localização da região central de Limeira-SP.....	66
Figura 06 – Foto digitalizada da Igreja N ^a S ^a da Boa Morte e Assumpção.....	68
Figura 07 – Croqui digitalizado das diversas fachadas da igreja.....	70
Figura 08 – Fotos digitalizadas do interior da igreja.....	71
Figura 09 – Foto digitalizada do Casarão da família Barros da Silva em 1881.....	73
Figura 10 – Planta digitalizada do pavimento superior do Palacete Levy.....	75
Figura 11 – Fotos do salão de exposição e dos fundos do Palacete Levy.....	76
Figura 12 – Foto digitalizada da estação ferroviária da antiga Cia. Paulista.....	77
Figura 13 – Foto digitalizada da plataforma da Cia. Paulista.....	78
Figura 14 – Croqui digitalizado das fachadas da Estação Ferroviária	79
Figura 15 – Foto digitalizada do antigo Theatro da Paz antes de sua demolição.....	82
Figura 16 – Foto digitalizada do Largo Vitória após a demolição do Teatro da Paz....	84
Figura 17 – Foto digitalizada do Cine Teatro Vitória erguido em 1940.....	85
Figura 18 – Foto digitalizada do antigo Grupo Escolar Coronel Flamínio.....	86
Figura 19 – Planta digitalizada de um típico grupo escolar de dois pavimentos.....	88
Figura 20 – Foto digitalizada do Largo do Rosário.....	88
Figura 21 – Foto digitalizada da Gruta na época de sua inauguração.....	91
Figura 22 – Foto digitalizada da Gruta no Largo da Vitória.....	93
Figura 23 - Foto digitalizada do Grupo Escola “Brasil” em 1941.....	95
Figura 24 - Foto digitalizada do prédio do antigo Fórum, Cadeia e Câmara municipal.....	96
Figura 25 – Foto digitalizada de uma turma do Grupo Escolar “Brasil” em 1954.....	97
Figura 26 – Diagrama do quarteirão onde se localiza a EE “Brasil”	99
Figura 27 – Foto digitalizada da antiga sede da Cia. Prada de Indústria e Comércio...	100
Figura 28 – Foto digitalizada dos funcionários da Cia. Prada em 1913.....	101
Figura 29 - Plantas digitalizadas do pavimento térreo e superior do Edifício Prada..	102
Figura 30 - Foto digitalizada da fachada da Cia. Prada de Indústria e Comércio.....	103
Figura 31 – Foto digitalizada do antigo prédio da Caixa Econômica Estadual.....	104

Figura 32 – Foto digitalizada de desfile comemorativo em frente ao prédio do atual Banco Nossa Caixa.....	105
Figura 31 – Foto da fachada do Palacete Levy.....	111
Figura 34 – Mapa de localização dos edifícios históricos do centro de Limeira.....	114
Figura 35 – Imagem de satélite dos edifícios históricos do centro de Limeira.....	115
Figura 36 – Imagem de satélite e fotografia da Igreja N. S. da Boa Morte e Assumpção.....	116
Figura 37 – Imagem de satélite e fotografia do Banco Nossa Caixa.....	118
Figura 38 – Imagem de satélite e fotografia do Paço Municipal.....	120
Figura 39 – Imagem de satélite e fotografia do Palacete Levy.....	122
Figura 40 – Imagem de satélite e fotografia do Centro Cultural.....	124
Figura 41 – Imagem de satélite e fotografia da Gruta.....	126
Figura 42 – Imagem de satélite localizando a EE Brasil e fotografia atual do imóvel	128
Figura 43 – Imagem de satélite e fotografia da Estação Ferroviária.....	130
Figura 44 – Imagem de satélite localizando o Teatro Vitória e fotografia do imóvel utilizada na entrevista.....	133
Figura 45 - As obras de revitalização do prédio da Estação Ferroviária de Limeira...	149
Figura 46 – Projeto de re-funcionalização do prédio da Estação Ferroviária.....	150
Figura 47 - Imagem de satélite localizando a Estação Ferroviária do Tatu e fotografia atual da estação abandonada.....	152
Figura 48 - A Estação Ferroviária do Tatu em 1918.....	153
Figura 49 - Imagem de satélite localizando a Estação Ferroviária da Ibicaba e fotografia atual da estação demolida.....	154
Figura 50 - Foto da Estação Ferroviária da Ibicaba em 1918.....	155
Figura 51 - Imagem de satélite e fotografia atual da Estação de Cordeirópolis.....	156
Figura 52 - Foto da Estação Ferroviária de Cordeirópolis em 1918.....	157
Figura 53 - Imagem de satélite localizando os dois roteiros turísticos-ferroviários elaborados.....	160
Figura 54 - Foto digitalizada da vista aérea da Igreja da Boa Morte, Limeira – SP na década de 1950.....	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Resultado dos entrevistados que escolheram a Igreja N. S. da Boa Morte e Assumpção.....	117
Tabela 02 – Resultado dos entrevistados que escolheram o Banco Nossa Caixa S.A..	119
Tabela 03 – Resultado dos entrevistados que escolheram o Paço Municipal.....	121
Tabela 04 – Resultado dos entrevistados que escolheram o Palacete Levy.....	123
Tabela 05 – Resultado dos entrevistados que escolheram o Centro Cultural.....	125
Tabela 06 – Resultado dos entrevistados que escolheram a Gruta.....	127
Tabela 07 – Resultado dos entrevistados que escolheram a EE Brasil.....	129
Tabela 08 – Resultado dos entrevistados que escolheram a Estação Ferroviária.....	131
Tabela 09 – Resultado dos entrevistados que escolheram o Teatro Vitória.....	134
Tabela 10 – Resultado dos entrevistados que escolheram todos os imóveis.....	135
Tabela 11 – Resultado dos entrevistados que não escolheram algum edifício.....	136
Tabela 12 – Síntese dos resultados obtidos no cadastro de todos os entrevistados.....	140
Tabela 13 – Síntese dos resultados obtidos na percepção de todos os entrevistados sobre o patrimônio histórico do centro de Limeira – SP.....	141

RESUMO

O presente trabalho procura analisar a permanência das formas antigas no espaço urbano contemporâneo tendo como objeto de investigação a cidade de Limeira – SP. Para tanto, foi realizada uma revisão sobre o surgimento da modernidade e sobre o papel do consumo para a produção do espaço e para a reprodução da vida cotidiana. O patrimônio histórico surge no século XV pelo clero em Roma para resguardar a história e a cultura da antiguidade clássica e para atender às novas demandas do consumo cultural pela nobreza. Com isso, era necessário criar medidas de proteção do patrimônio histórico a fim de resguardá-lo de depredações e furtos. Atualmente, grande parte do patrimônio histórico tem sido modificada ou destruída, no entanto as políticas de conservação evoluíram bastante e estão inserindo a população como um todo para que essas medidas sejam eficazes. A região central de Limeira é marcada pela presença de alguns edifícios históricos de uso coletivo que apesar de algumas alterações em suas formas e funções desempenham o papel de marcos territoriais do espaço urbano. Durante a pesquisa, a população usuária do centro foi consultada acerca do entendimento que tinha sobre a conservação do patrimônio histórico e quais edifícios da área central deveriam ser conservados. Com base nas respostas obtidas, foi verificado que a maioria da população não compreende o que vem a ser conservação do patrimônio histórico e a escolha do edifício a ser conservado estava centrada no uso que era feito do espaço, como no caso da Estação Ferroviária. Para concluir o trabalho, foram elaborados um projeto de passeio histórico-turístico ferroviário e uma cartilha de educação patrimonial que beneficiariam a história, o patrimônio histórico edificado e a população locais.

Palavras-chave: espaço urbano, patrimônio histórico, turismo cultural.

ABSTRACT

The present paper tries to analyze the permanency of historic forms on the contemporary urban space having as an object of investigation the city of Limeira - SP. For this, it was done a review on the emergence of modern times and the role of consume to the production of space and the reproduction of daily life. The historic heritage arouses during the 15th century by the clergy in Rome to preserve the history and culture of the classic antiquity and to attend the new demands of cultural consume of the nobleness. So, it was necessary to create protection artifices for the historic heritage to guard it from depredation and thefts. Nowadays, a great deal of historic heritage has been modified or destroyed, however the conservation politics evolved a lot and are including the society as a whole so that these artifices become effective. The downtown region of Limeira is marked by the presence of some historic buildings of collective use that, even though have been altered in its forms and functions, perform a role of territorial markers on the urban space. Throughout the research, the population that use the downtown region was consulted on what they understood about the conservation of historical heritage and which of the historical buildings should be conserved. Based on the answers that were obtained, it was verified the most of the population does not understand what the conservation of historical heritage is and the choice of the building that should be conserved was based on the use that the person made of that space, like the case of the Railroad Station. To conclude the work, it was elaborated a project of a historic-touristic railroad trip and a primer about heritage education which would benefit the history, the historic buildings and local population.

Key-words: urban space, historic heritage, cultural tourism.

INTRODUÇÃO

A proposta deste estudo é refletir sobre o patrimônio histórico coletivo dos centros urbanos, buscando levantar a função que estas formas exercem para os agentes produtores do espaço urbano. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre nossa sociedade moderna e o papel que o consumo exerce na reprodução da vida cotidiana e do espaço urbano.

A lógica capitalista transforma todos os elementos e as relações para a sua expansão e maximização de lucros, assim o próprio espaço urbano é uma mercadoria que necessita ser individualizada e dotada de valor de uso e de troca.

A superação da Geografia Tradicional para a Geografia Crítica possibilitou um avanço na compreensão do papel do homem na sociedade, antes visto como um elemento de determinado grupo social, para uma visão do homem como sujeito inserido em conflitos de classe e responsável pela produção do espaço em suas múltiplas estruturas. Assim, o espaço nesta nova ótica é produto histórico e social ao mesmo tempo em que determina e acentua as contradições da ação humana (CARLOS, 1994).

Com a renovação da ciência geográfica, o espaço passou a ser entendido como um produto das relações sociais através de sua apropriação histórica, relacionando-o com a lógica global que o transforma segundo as necessidades econômicas (SANTOS, 1979).

Os estudos geográficos se preocupam cada vez mais em desmascarar os interesses do capital que transfigura as relações sociais e o espaço pela lógica da produção e do consumo, atingindo os espaços de forma desigual e criando áreas periféricas que servem para a maximização dos lucros das economias centrais. Alguns estudos urbanos contemporâneos partem de uma revalorização das características particulares dos espaços, sem, no entanto, cair no velho paradigma da Escola Francesa tradicional de “gêneros de vida”, mas com a intenção de inserir estas características próprias do espaço dentro de uma perspectiva maior baseada no modo de produção (ABREU, 1994).

O antigo dualismo homem-natureza presente nos estudos da Geografia Urbana agora é analisado sob uma visão abrangente entre sociedade-espaço, pois a sociedade é responsável pela produção espacial e o espaço-produzido acaba por determinar a sociedade e suas relações. Assim, o homem moderno em seu cotidiano nas cidades ampliou as suas relações com a natureza e esta é, cada vez mais, social e histórica. A análise urbana deve incluir em sua perspectiva as questões relativas ao consumo, às ideologias, desejos, anseios, enfim, ao modo

de vida para trazer à tona a divisão espacial do trabalho com suas relações antagônicas materializadas nas formas e estruturas da cidade (CARLOS, 1994).

O patrimônio histórico edificado é um produto do espaço geográfico e sempre teve um caráter elitista e segregacionista, porém, as atuais políticas públicas reconheceram seu papel na geração de divisas com o turismo cultural e a partir da valorização das características locais e da memória coletiva, tem possibilitado a democratização de seu acesso. Nesta perspectiva, a população local deve ser conscientizada sobre a importância do patrimônio cultural e histórico, cobrando das atividades turísticas e dos setores públicos e privados, uma conservação significativa destes espaços para que não se deteriore.

Visando aprofundar esta questão, a pesquisa realizou um levantamento sobre as origens do patrimônio histórico, resgatando os valores atribuídos aos bens culturais e as medidas de proteção e conservação elaboradas pelas sociedades modernas. Em seguida, escolhemos os imóveis de uso coletivo do centro de Limeira – SP como objeto de pesquisa para ilustrar as condições do patrimônio histórico nos centros urbanos contemporâneos.

De acordo com Barreto (1999), o espaço de uso coletivo está sujeito às atitudes prejudiciais dos sujeitos que o utilizam, ora apropriando-se do mesmo como um bem particular, ora depredando-o, numa cultura chamada de “cultura de transgressão”. Pesquisas mostram que o conceito de público no Brasil está associado ao “conceito de ninguém”, como no caso da rua, um espaço impessoal, estando sujeito aos maus tratos, uma vez que é incapaz de proporcionar um ambiente de relações.

A cultura de transgressão não advém do abuso do espaço por necessidade ou protesto, mas por prazer. Segundo Holanda (1978 apud BARRETO, 1999), a cultura brasileira é resultado de séculos de economia agrícola, onde as relações estabelecidas entre a “casa-grande e senzala” contaminaram todos os domínios da vida social. Desde o passado, herdamos o sentimento de autoridade e impunidade da elite em se impor socialmente através do abuso de seus privilégios e a classe trabalhadora, ao invés de denunciar este esquema, acaba por copiá-lo para não se sentir inferiorizada.

Esse modelo se repete em toda a América Latina, onde o respeito às leis e às normas sociais são vistas como sinal de submissão, o que resulta na transgressão dos espaços públicos. A cultura de transgressão ainda foi reforçada pela distância entre a colônia e a metrópole, dando às administrações locais, grande sensação de impunidade. Este resquício do Brasil colônia persiste nos dias atuais pelo mau uso dos bens públicos. Desta forma, os detentores do poder praticam até os dias de hoje a “esperteza” para se manter no poder e o

povo fica sujeito a um esquema que o desfavorece, obrigando-o a desenvolver seus próprios mecanismos de realização (BARRETO, 1999).

Atualmente, a cultura da transgressão se exacerbou nas grandes cidades, devido aos sentimentos de insegurança e efemeridade das relações e experiências vividas, dando margem à apatia e à banalização da transgressão dos espaços públicos.

Os imóveis selecionados para a pesquisa tiveram suas funções e formas modificadas ao longo dos anos, no entanto, preservaram sua essência arquitetônica e sua imagem de opulência no imaginário da população local. Atualmente, estes edifícios históricos se encontram em estado de deterioração e as políticas públicas locais, ainda que tenham iniciado recentemente um processo de proteção, pelo tombamento, e requalificação de alguns imóveis, não investigaram os anseios e as percepções da população local sobre estas áreas.

Desta forma, a pesquisa realizou 150 entrevistas abertas com a população usuária do centro da cidade, no período de janeiro a março de 2007, para descobrir quais imóveis estavam precisando ser conservados e o que entendiam sobre conservação do patrimônio histórico. De acordo os resultados obtidos, detectamos que a maioria da população não entende o que vem a ser a conservação do patrimônio histórico, embora saibam que isto é importante para a sociedade.

Dos imóveis históricos de uso coletivo na área urbana, a maioria população escolheu o prédio da Estação Ferroviária para ser conservado, alegando as condições de degradação em que o imóvel e todo o seu entorno se encontram. Acreditamos que a escolha deste imóvel se deu pela maior identificação que a população tem com o imóvel devido ao uso histórico do transporte ferroviário e ao papel que a ferrovia desempenhou na produção histórica de desenvolvimento da região.

Por fim, foram elaboradas propostas de intervenção turística e educativa para valorizar o patrimônio histórico do centro de Limeira e contribuir com o desenvolvimento econômico e cultural da cidade.



CAPÍTULO I
“A PRODUÇÃO
DO ESPAÇO URBANO”

*Figura 01 - Foto digitalizada do Viaduto Santa Cruz que ligava o centro ao Bairro Boa Vista, Limeira – SP (década de 1960).
Fonte: Acervo do Museu Histórico Pedagógico “Major José Levy Sobrinho”.*

1.1. Origens e características da sociedade moderna

A análise que se segue tem por finalidade procurar, desde a origem da organização do homem na sociedade, as razões que explicariam o contexto atual de desigualdades sociais e espaciais observadas no cenário urbano contemporâneo, para que assim, possamos compreender, nos próximos capítulos, o objeto de estudo desta pesquisa.

A origem das desigualdades sociais e espaciais se deu de maneira concomitante, na medida em que o homem escolhia e demarcava seu território, dando início à propriedade privada e, ao mesmo tempo, à diferenciação entre seus pares. Porém, segundo Jean-Jaques Rousseau em “A origem da desigualdade entre os homens”, nem sempre foi assim: o homem selvagem vagava solitário pela floresta e restringia suas necessidades à sua sobrevivência individual. Não reconhecia seus semelhantes, nem ao menos sua descendência, por isso a comunicação entre os indivíduos era limitada e conseqüentemente, os progressos e desenvolvimentos técnicos se perdiam pelas gerações, fazendo do homem uma eterna criança ainda que sua espécie já acumulasse um bom tempo de existência (ROUSSEAU, 2005).

A passagem deste estado de selvageria para a sociedade civil se dá quando o primeiro homem demarca um território que passa a considerar como seu e os outros, que por ali também se encontravam, acatam esta afirmação em razão de sua ignorância. Podemos compreender que a aceitação dos demais habitantes se deu porque para eles as terras eram ilimitadas, eles desconheciam o planeta em suas dimensões, não havendo motivo para disputas.

A partir de então, inicia-se a organização social, uma vez que certos indivíduos escolhem e demarcam seus territórios em uma dada região, fixando-se definitivamente. Esta aproximação entre os indivíduos provoca uma troca de hábitos, costumes e linguagens, compartilhada pelas semelhanças do gênero de vida e dos elementos fisiográficos do terreno.

Para Rousseau, os homens se diferenciam uns dos outros de duas maneiras: a primeira é a natural ou física que pode ser medida pelas características de gênero, idade, personalidade, saúde e etc. e a segunda é a desigualdade moral ou política que se dá em consentimento entre as classes, pois é resultado das convenções estabelecidas por dada sociedade. Assim, alguns acabam obtendo privilégios e facilidades, ocupando posições de destaque perante os demais que pelo costume e simplicidade aceitam tal oposição.

Mas, o que levariam os homens a criar tais convenções, rompendo com o seu próximo? Rousseau acreditava que por uma questão de sobrevivência e de perpetuação da

espécie era necessário formular regras e punições, segundo uma moralidade imposta, que garantissem a manutenção e direito de posse dos indivíduos segundo seu trabalho.

É apenas o trabalho que, dando direito ao cultivador sobre o produto da terra que lavrou, o dá, por conseguinte, sobre o solo, pelo menos até a colheita e assim todos os anos, o que se constituindo em posse contínua, transforma-se facilmente em propriedade. (ROUSSEAU, 2005, p. 65-66).

As bases para a exploração de uns sobre os outros foram consolidadas, na medida em que atribuíam valores diferentes aos ofícios e produtos, segundo as necessidades ou a esperteza de seus mestres. Assim, ocorreu que, mesmo todos trabalhando e produzindo, uns se tornaram mais ricos enquanto outros pereciam e, sem procurar alternativa, estes foram se habituando a estas circunstâncias e aceitando tal destino.

A propriedade privada, uma vez constituída, provocou naqueles homens de outrora sentimentos que antes desconheciam, tal como: cobiça, usura, avareza, ambição, dentre outros. A partir dos conflitos de interesse individuais, instaurou-se o caos social, cada qual defendendo seus interesses e agindo conforme sua consciência. Arrasados pelas conseqüências maléficas da propriedade privada, os primeiros grupos sociais já não podiam mais retornar ao estado selvagem, mas precisavam encontrar meios para regular e ordenar os interesses daqueles que haviam se tornado mais poderosos dentre os demais.

Neste momento, surgiram as leis, a polícia e o Estado cada qual legitimando o poder da classe dominante e oprimindo as opções da classe subalterna. A sociedade estava fadada aos caprichos de uma minoria que se impunha, cada vez mais, veementemente perante os outros, criando a servidão, a mendigagem e a miséria.

Segundo Rousseau, as nações mais poderosas sentiram-se ainda no direito de usurpar as riquezas das comunidades menos articuladas, ampliando pelo mundo sua dominação e perpetuando a desigualdade entre os povos. A modernidade trouxe ainda o desenvolvimento da ciência e das artes, circunscritas a um núcleo restrito de abastados enquanto que a imensa massa da população se sujeitava ao trabalho incessante nas fábricas e lavouras, sem nenhuma proteção social. Aos caprichos da burguesia, o proletariado crescia, inchando as aglomerações urbanas de seus hábitos ainda mal-adaptados a tal realidade.

Friedrich Engels em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, revela que a riqueza passou a ser mais valorizada que a própria organização familiar, de forma que, para obtê-la os homens valiam-se da violência e de crimes diversos. A antiga forma de organização familiar, poligâmica, comunista e que tinha na figura materna a linhagem de descendência, foi substituída pela família patriarcal monogâmica, que resguardava o direito de

herança das posses apenas aos descendentes paternos legítimos. Assim, a acumulação da riqueza ocorria de maneira vertiginosa nas mãos da classe dominante e o Estado era uma forma de legitimar esse poder, retirando dos demais seus direitos e liberdades de escolha (ENGELS, 2005).

Na medida em que o homem modernizava suas práticas produtivas, através do aperfeiçoamento técnico, criavam-se novos ofícios e habilidades específicas, dividindo as pessoas em grupos conforme os respectivos trabalhos que possuíam. Cada grupo, seja de comerciantes, agricultores, artesãos ou navegadores, possuía seus interesses próprios que precisavam ser resguardados e regulamentados, o que deu origem ao estado ateniense. A divisão do trabalho entre cidade e campo, dentro destes e entre cada ofício específico, necessitava de cargos públicos específicos para regimantar os interesses particulares dos grupos.

O Estado é uma produção social que revela o grau de desenvolvimento e organização da sociedade, constituindo-se na prova indelével de que esta se encontra em uma contradição profunda de interesses antagônicos que só poderão ser remediados por meio de uma força aparentemente superior e impositiva.

Além disso, na maior parte dos Estados históricos, os direitos concedidos aos cidadãos são regulados de acordo com a riqueza, ficando evidente que o Estado pode ser dito claramente tratar-se de um organismo para a proteção da classe possuidora para protegê-la contra a não possuidora. (ENGELS, 2005, p. 184).

O Estado ateniense, através de suas leis, passou a proteger os direitos e deveres dos cidadãos, de acordo com o tamanho da propriedade privada que possuíam. Assim, a organização social baseada nos laços consangüíneos é definitivamente substituída pela riqueza das propriedades fundiárias. A ruína do Estado ateniense, segundo Engels, foi provocada pela grande concentração de riquezas nas mãos de uma minoria enquanto a grande massa de cidadãos livres ficou sujeita à miséria, como os escravos. “Não foi a democracia que arruinou Atenas, como pretendem os mestres europeus que abanam a cauda diante dos príncipes, mas a escravidão que proscrescia o trabalho do cidadão livre.” (ENGELS, 2005, p.158).

Para resolver eventuais situações de conflitos ou embates físicos entre as classes divergentes foi necessária a criação de uma instituição pública que imprimisse uma força armada externa e superior: criou-se então a polícia. Esta instituição, mantida por impostos cobrados aos cidadãos, exercia a função de mantenedora da ordem e das vontades do Estado, através de seus agentes, armas, prisões e outras instituições.

Segundo Engels, as desigualdades sociais existiram em todas as fases da civilização humana, como a escravidão no mundo antigo, a servidão na Idade Média e o trabalho assalariado na modernidade, sendo que a escravidão manteve-se durante todos os períodos de forma explícita ou velada. Porém, na medida em que a civilização ia se desenvolvendo, as divisões do trabalho aumentavam e a segregação clássica entre cidade e campo - na antiguidade (domínio da cidade) e na Idade Média (domínio do campo), foi surpreendida por uma terceira divisão que criava uma classe, a dos comerciantes, que não produzia mercadorias em si, mas cuidava unicamente de sua troca.

Foram os comerciantes que trabalhando com a moeda, os juros, os empréstimos e a especulação materializaram o culto ao dinheiro submetendo todos os demais ofícios aos seus ditames. Assim, as terras também passaram a ter valor monetário, tornando-se também mercadoria sujeita à venda ou confisco.

Em resumo, a civilização moderna só pôde chegar ao domínio das outras formas de organização social porque contou com a família monogâmica enquanto núcleo econômico da sociedade, com o Estado que resguardou os direitos da propriedade privada e com a polícia que conteve os conflitos através da força e violência. Essas características foram resultantes das novas divisões de trabalho que criaram as desigualdades entre cidade e campo e entre as classes sociais.

A antiga estrutura familiar foi reorganizada, pois o homem enquanto provedor dos bens familiares passou agora a dividir suas funções com sua esposa que trabalha também nas fábricas. Ainda que os direitos de igualdade entre os homens e mulheres ainda não se concretizaram plenamente, as mulheres passaram a gozar da liberdade de estudo, profissão e escolha de seu parceiro. Isto altera o caráter do antigo casamento burguês, que era constituído a partir de interesses econômicos, incitando o adultério velado ou consentido de ambas as partes (ENGELS, 2005).

A Modernidade tem início com a superação da Idade Média pela consolidação do sistema capitalista de produção através da revolução industrial na Inglaterra do século XVIII. Para dar sentido a essa nova forma de organização sócio-econômica foram elaborados os pressupostos filosóficos do Iluminismo que, dentre outros, legitimavam a superioridade da razão humana em detrimento da fé e davam ênfase ao progresso civilizacional por intermédio de leis e contratos sociais.

A ciência torna-se positivista, através do método empírico e da separação entre o sujeito e o objeto, tida como a única forma confiável de se obter o conhecimento, o que gerou inúmeras especializações e técnicas. Já os ideais iluministas visavam melhorar a sociedade ao

garantir ao indivíduo sua liberdade e felicidade. Para tanto, era necessário racionalizar e ordenar o espaço e o tempo. A produção industrial mecanizada, a inovação tecnológica dos transportes e comunicação e a utilização de novas fontes de energia, implicavam em uma noção de velocidade sem precedentes na história humana, favorecendo a sujeição do espaço pelo tempo.

Assim, o espaço tornou-se reduzido frente às novas formas de produção, circulação e consumo que aceleravam o tempo da vida cotidiana. Esse espaço teve que se fragmentar desigualmente de acordo com os interesses de expansão do capitalismo e a destruição das suas formas antigas passa a ser um requisito dentro da ordem e progresso iluminista.

Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de terem um esqueleto que as sustente. Tudo que era sólido e estável evapora-se, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são, finalmente, obrigados a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas. (MARX, 1988, p. 79).

Esta célebre frase de Karl Marx resume bem o sentimento do homem moderno, cuja organização social é marcada pela desunião e valores e estruturas são continuamente refeitos à luz dos interesses econômicos, gerando um forte sentimento de angústia e inadequação. A luta de classes tornou-se mais simplificada e explícita dentro do sistema produtivo atual, pois se encontra dividida em dois campos opostos: a burguesia e o proletariado, sendo que este último teve sua liberdade conquistada com tanto esforço, sendo resumida ao ato de consumir.

Segundo Karl Marx (1988), a história da humanidade se desenvolveu em diversas etapas se constituindo basicamente em uma história de luta de classes entre explorados e exploradores. Na modernidade, a burguesia e o proletariado se opõem, sendo que o último é incapaz de livrar-se desta condição sem dissolver totalmente as desigualdades e contradições em que esta sociedade se encontra. Estas contradições da modernidade são observadas na sujeição do campo pelas grandes aglomerações urbanas, dos países bárbaros pelos países civilizados e da burguesia pelo proletariado.

O proletariado sofre ainda os efeitos do desenvolvimento do maquinismo que deprecia sua mão-de-obra e seu salário, ao passo que intensifica sua jornada de trabalho. A cultura passa a ser um desfrute da classe burguesa enquanto que para a imensa massa de trabalhadores operários, torna-se um adestramento que os transforma em máquinas.

Em cima de necessidades cada vez mais controladas e fúteis, o homem moderno se estrutura vagando pela urbe em laços frouxos de identidade e relações interpessoais. Todavia, não se deve culpar o homem pelos males atuais, mas compreender que fora de seu controle

encontra-se uma estrutura cada vez mais intrincada e complexa que o desapropria de suas faculdades de escolha, cabendo-lhe apenas sujeitar-se aos limites impostos pela sociedade em que se situa.

Segundo Harvey (2002), a expressão máxima da racionalidade na produção industrial moderna está representada na figura do empresário Henry Ford que, em 1914, na sua fábrica automobilística dos Estados Unidos, instituiu a carga horária de oito horas de trabalho por cinco dólares. Além disso, Ford acreditava que a produção em série implicava em consumo em série e essa concepção alterou profundamente as formas de reprodução da mão-de-obra e da organização social como um todo. O tipo de organização industrial fordista foi muito eficaz para a época sendo amplamente reproduzido pelo mundo. Sua lógica se baseava na padronização dos mercados de produção e consumo através de um sistema fixo de administração e execução, porém para ampliar a produção e construir coisas novas era necessário destruir o antigo.

A condição de destruição-criação marcada pela produção industrial modernista influenciou em muito as artes e o pensamento da época, uma vez que se buscava desconstruir aos poucos os alicerces estáveis da vida cotidiana a fim de buscar a essência nas coisas e produzir um conceito mais duradouro. Assim, os pintores e arquitetos da época representaram através da transitoriedade (destruição), a essência das coisas (criação).

A passagem da modernidade para a pós-modernidade foi marcada, no final da década de 1960, pelos inúmeros movimentos sociais que eclodiram pelo mundo, sinalizando a insatisfação e inquietude da população diante da estrutura rígida e elitista do modernismo. Nessa época também o sistema de produção fordista entrava em crise perante as novas exigências do capitalismo que precisava de uma maior flexibilidade de adequação às rápidas mudanças estruturais.

Segundo Harvey (2002), o novo regime de acumulação flexível se pautava na descentralização dos processos produtivos pelo mundo, nas novas formas organizacionais das empresas (terceirização) e no investimento em novas tecnologias, que possibilitaram novas percepções do tempo e espaço. O dinheiro moeda cedeu lugar para os cartões de créditos e os caixas eletrônicos, dinamizando as trocas financeiras globais. A rede do mercado de ações se expandiu e a simultaneidade do tempo em diferentes partes do globo tornou-se cada vez mais delicada no delineamento de crises e instabilidades financeiras. A mão-de-obra tornou-se mais especializada tecnicamente e o consumo de bens ampliou-se para o consumo de serviços, tais como lazer, saúde, educação, beleza e etc.

Com o fim da Guerra Fria, o capitalismo se espalha pelo mundo todo e as grandes corporações multinacionais encontram terrenos férteis para a sua expansão, aumentando a formação dos monopólios e oligopólios. Os sistemas financeiros seguiram essa mesma lógica de centralização, transformando o dinheiro em mercadoria através dos sistemas de crédito, seguros e previdências.

Dentro desse cenário atual chamado de pós-modernidade a organização social e o indivíduo em si são marcados pela efemeridade, onde não são apenas descartados rapidamente os bens e serviços consumidos, mas também os relacionamentos, valores, estilos de vida, lugares e etc. Assim, de acordo com Toffler (1970 apud HARVEY, 2002, p. 259), essa “sociedade de descarte cria uma temporalidade na estrutura dos sistemas de valores públicos e pessoais” que fomentam a desunião.

Ao mesmo tempo em que o pós-modernismo desagrega a coesão social a partir da coexistência de múltiplas identidades e valores, há um movimento contrário que prega a ética global, o cuidado com o ser e o espaço, as políticas carismáticas e neoconservadoras. Este fato pode ser explicado pelo aumento da classe média, impulsionada pela livre iniciativa, que ao invés de continuar sua missão histórica de militância social acaba ainda mais alienada através do consumo e passa a incorporar os valores tradicionalistas da classe dominante (HARVEY, 2002).

Para Giddens (1991), as sociedades pré-modernas são marcadas pela inter-relação espaço e tempo. A vida social seria dominada por atividades localizadas e compartilhadas entre a maioria dos indivíduos, favorecendo a transmissão de símbolos e memórias coletivizadas. A tradição serve de alicerce e vínculo para a sociedade, pois ela conecta as práticas cotidianas aos costumes e crenças locais, vinculando o tempo ao espaço, de maneira dinâmica e contínua.

Em resumo, a tradição garante uma segurança ontológica aos indivíduos, na medida em que, em tempos cada vez mais instáveis e fragilizados por ameaças planetárias, serve para organizar as crenças e práticas sociais. Assim, o cotidiano incorpora o tempo passado e fundamenta as ações do futuro com uma estabilidade reconhecida no presente.

A modernidade marca a ruptura do tempo no espaço e as relações sociais são cada vez mais mediadas por instrumentos e por lugares distantes, criando as chamadas virtualidades espaciais. Desta forma, a localidade passa a ser crescentemente modificada por influências externas e globais e as aparências são determinadas por relações ausentes. O distanciamento tempo-espaço se intensifica na medida em que as relações sociais vão se conectando a espaços e culturas cada vez mais remotas.

A instabilidade e a ruptura são características marcantes da modernidade e a confiança interpessoal passa a ser uma qualidade muito valorizada. As relações são facilmente alteradas e os vínculos são perdidos e retomados rapidamente, tornando a ansiedade e a insegurança, sentimentos comuns a todos. Aumentam-se as chances e os riscos, recaindo sobre o indivíduo a pressão e a exigência em se auto-conhecer e auto-confiar, já que nos relacionamentos a reciprocidade na exposição e a afetuosidade podem não ser estabelecidas.

Entramos na era da globalização, facilitadas pelas técnicas cada vez mais eficazes de comunicação e transporte que conecta pontos longínquos do globo e intensifica as escalas de risco e dependência entre os agentes do processo.

A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos podem se deslocar numa direção inversa as relações muito distanciadas que os modelam. A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e do espaço. (GIDDENS, 1991, p. 70).

Giddens (1991) acredita que o período atual é de uma radicalização das conseqüências da modernidade em nível global, ao invés de uma transição para uma suposta pós-modernidade, que seria uma fase nova e diferente da ordem social vigente. Já o pós-modernismo seria o conjunto de manifestações artísticas, plásticas, literárias e arquitetônicas decorrentes da reflexão estética sobre a natureza da modernidade.

As relações sociais em escala global acirram as contradições existentes no modo de produção capitalista, como o enfraquecimento da tradição e das identidades locais, provocadas pelo intercâmbio cultural e pela manifestação reacionária de nacionalismo, xenofobia e terrorismo por alguns grupos extremos. Os embates são cada vez mais delicados e sensíveis, uma vez que os agentes do processo, Estado (política) e corporações transnacionais (economia), transformam tudo em mercadoria para retirar-lhes o lucro. O homem fica reduzido a uma mercadoria na medida em que sua mão-de-obra se desqualifica rapidamente tal como o tempo de vida dos produtos.

A questão não é que a vida cotidiana seja hoje inerentemente mais arriscada do que em épocas anteriores. É que, nas condições da modernidade, tanto para os leigos quanto para os peritos em campos específicos, pensar em termos de risco e estimativas de risco é um exercício quase que permanente, e seu caráter é em parte imponderável. (GIDDENS, 2002, p. 117).

Ao mesmo tempo em que houve uma revolução técnico-científica e uma massificação dos sistemas de informação e comunicação, através da televisão e da *internet*, nunca fomos tão leigos e dependentes de bens e serviços. Isso se deve à crescente divisão do trabalho pela criação de inúmeras especialidades que estão continuamente sendo atualizadas, requerendo dos trabalhadores constantes capacitações para se manterem no mercado de trabalho. Desta forma, corremos um risco duplo: o de estarmos desatualizados e de sermos impactados negativamente com a falha de outrem.

A ciência passa a ser relativizada e os riscos são cada vez mais mensurados, aumentando a procura por seguros, previdências e planos privados de segurança social. O período atual é de inquietação e insegurança produzidas pelo sistema capitalista que aumenta os contrastes de estilos de vida e de regiões geográficas, tornando os conflitos armados, os riscos ambientais e epidemiológicos, ameaças constante a todos.

A busca pelo bem-estar e realização pessoal momentânea é uma premissa da vida moderna, enquanto fuga do cotidiano e seus riscos. Uma vez que os riscos são cada vez menos controláveis pelos indivíduos, resta ao mesmo arriscar-se em estratégias sempre manipuladas e organizadas pelo consumo dirigido de aperfeiçoamento e satisfação psíquica e corporal. Esse fenômeno esvazia o ser humano de seu passado e tradição, tornando-o um ser atemporal e a-espacial, multifacetado, obliterado, um ser solitário e sem vínculos.

A vida moderna passa a ser cada vez mais padronizada segundo as estratégias dos indivíduos forçados a enfrentar situações de grande adversidade onde só existe um “eu mínimo”, defensivamente separado do mundo exterior. A apatia em relação ao passado, a renúncia sobre o futuro, e uma determinação de viver um dia de cada vez – essa posição é hoje característica da vida ordinária em circunstâncias dominadas por influências sobre as quais os indivíduos sentem que têm pouco ou nenhum controle. (GIDDENS, 2002, p. 161).

Os espaços tornam-se fantasmagóricos, ainda que os meios de reprodução da vida social estejam vinculados ao lugar e as experiências são na maioria das vezes deslocadas do espaço, não se fazendo valer da familiaridade, segurança e tradição. As relações midiáticas são ampliadas com a proliferação de novos *gadgets*, *softwares* e meios de informação, possibilitando uma virtualização sem precedentes.

O lugar já não oferece mais os apoios estáveis de referência para os diversos grupos residentes. Assim, os indivíduos escolhem e adaptam-se aos espaços de forma particularizada, baseada em seus interesses específicos. A vida em comunidade se torna cada vez mais restrita, assim como o orgulho cívico e patriótico, sendo uma alternativa a adaptação das práticas sociais aos espaços existentes, ainda que nas condições atuais esta opção seja cada vez mais difícil (GIDDENS, 2002).

De acordo com Hall (2006) estamos vivendo, desde o final do século XX, uma crise de identidade enquanto indivíduos e classes sociais. Antigamente a identidade era única, estável e local, agora a identidade é múltipla, fragmentada e global, havendo uma descentralização do sujeito ao lado de uma pretensa liberdade de escolha. Essas múltiplas identidades estabelecem uma relação intrínseca como o mundo externo, através das nossas necessidades, refletindo na produção histórica, espacial e cultural.

A globalização e suas trocas constantes de informação e mercadorias contribuem também para a troca de identidades que se reflete na produção de espaços globais “do” e “para o” consumo, como os *shoppings centers*. Desta forma, enfraquecem a cultura e a história locais pela invasão cultural das áreas centrais (no sentido político e econômico) do planeta que servem de referência e modelo. Esse fenômeno de massificação cultural refletida nos espaços globais ocorre em conjunto com a busca por uma valorização das múltiplas identidades, acentuando as características locais. Esta tendência também foi capturada pelo sistema capitalista, uma vez que o patrimônio cultural se transforma em mercadoria para o consumo através do turismo.

As identidades estão refletidas no espaço construído através do sentimento de ligação do indivíduo com o lugar e com o tempo, já que as tradições e culturas do passado estão vinculadas com a vida cotidiana do homem moderno. Destarte, a preservação do patrimônio histórico edificado é uma alternativa necessária à significação da identidade do homem com o seu entorno e com o seu passado, possibilitando também o desenvolvimento da economia local, quando estimulada pela administração pública e privada.

1.2. Produção e consumo no espaço urbano contemporâneo

Vimos previamente que a modernidade contribuiu para explicitar ainda mais as desigualdades sócio-espaciais, ainda que estas tenham sempre existido, tornando as mais intensas, devido à crescente concentração de riquezas nas mãos de uma minoria e mais extensas, pelos avanços técnico-científicos em nível global.

No atual estágio em que se encontra o sistema capitalista de produção, tudo virou mercadoria, tudo pode ser obtido pelo consumo e as relações entre os homens e o meio ocorrem dentro dessa lógica. A extensão do consumo em todos os setores da vida moderna está condicionada ao avanço técnico-científico que constrói as bases para a produção de mercadorias cada vez mais complexas e efêmeras.

A produção material da vida cotidiana ocorre primeiramente com a sua produção no nível ideológico e o consumo segue a mesma lógica: o consumo da imagem por trás do objeto e o consumo do objeto propriamente dito. Essa lógica do consumo acarreta em uma alienação dupla primeiramente, no consumo da imagem do objeto que, com a publicidade afirma uma função de realização pessoal. Depois, na compra da mercadoria em si que frustra o indivíduo, pois o objeto é incapaz de cumprir com a sua função ideológica prometida e assim, o sujeito percebe-se desejando novos objetos para se satisfazer (GRANOU, 1975).

Segundo Santos (1987), o consumo tornou-se o ópio do homem moderno que cerca seu cotidiano de imagens e objetos que, direta ou indiretamente, o incita a possuí-los e descartá-los, pois novos objetos serão produzidos. Sendo assim, basta ao homem consumir fragmentos de objetos para se sentir parte integrante da sociedade, para se iludir e não enxergar sua condição de alienação. O esquema produção-consumo estimula o individualismo e suprime a individualidade, condição necessária para a cidadania.

De acordo com o mesmo autor, a cidadania é um exercício de consciência de mundo e de prática cotidiana que respeita a si, os outros e seu entorno, dando um sentido à vida e uma esperança no futuro. Porém, o homem moderno só se sente cidadão quando consome produtos e serviços, tornando-se mutilado de suas reais sensibilidades e capacidades. Esse cidadão é chamado agora “cidadão imperfeito” ou “consumidor mais-que-perfeito”.

A vida cotidiana do homem moderno foi descrita por Lefebvre (1991) como o lugar de manifestação dos resíduos produzidos por nossa organização social, pautada na produção e no consumo, que direciona os anseios e as necessidades humanas através da “sociedade burocrática de consumo dirigido”.

As necessidades são “criações” estimuladas pelo sistema produtivo que quando atendidas rapidamente pelo consumo, dão uma sensação de satisfação e logo são re-criadas, gerando novas necessidades. Para que o sistema se torne rentável é necessário manipular e diferenciar não só os objetos, mas os desejos e as satisfações provocados por eles. Assim, quanto menor o ciclo de vida dos objetos e das necessidades, criadas para o consumo desses objetos, maior o lucro para o sistema. Essa lógica de reprodução do sistema capitalista está fundamentada na obsolência e na efemeridade dos objetos, dos estilos, das habitações, das cidades etc.

Para se reproducir la sociedad es necesario que los hombre particulares se reproduzcan a sí mismo como hombres particulares. La vida cotidiana es el conjunto de actividades que caracterizan la reproducción de los hombres particulares, los cuales, a su vez, crean la posibilidad de la reproducción social. (...) El hombre solo puede reproducirse en la medida en que desarrolla una función en la sociedad: la

autoreproducción es, por consiguiente, un momento de la reproducción de la sociedad. Por lo tanto, la vida cotidiana de los hombres nos proporciona, al nivel de los individuos particulares y en términos muy generales, una imagen de la reproducción de la sociedad respectiva, de los estratos de esta sociedad. (HELLER, 2002, p.19-20).

Para Baudrillard (1995), o consumo, além do necessário, é uma característica de todas as civilizações porque é assim que a humanidade percebe a sua existência. Porém nossa sociedade é a do consumo em abundância, pois exige um imenso esbanjamento de objetos que gera um grande volume de desperdício. A sociedade vive, atualmente, segundo o tempo dos objetos, pois observa a sua criação, uso e obsolência, ao passo que antigamente, os objetos (mercadorias, monumentos e técnicas) sobreviviam aos homens.

A reprodução desigual de nossa sociedade ocorre via a manipulação dos signos dos produtos que se diferencia para cada classe social. Assim, todos os homens são iguais perante as suas necessidades, perante o valor de uso dos objetos, porém são diferentes segundo o valor de troca dos objetos. Isso ocorre porque não consumimos o objeto pelo seu valor real de uso, pois ele se encontra impregnado de símbolos que o difere, que o filia a determinado grupo, agregando-lhe valor de troca e assim, dividindo os homens.

Segundo Lefebvre (1991), a classe trabalhadora, como um todo, reproduz a sua condição de alienação, pois prefere o equilíbrio e a segurança do cotidiano a irrompê-lo com arriscadas lutas revolucionárias. Ela se encontra imersa em uma variedade de signos da produção e do consumo sem perceber a sua situação de exploração e subjugação. Portanto, é no cotidiano que se manifestam todas as contradições e os equilíbrios existentes no modo de produção capitalista sem, no entanto, incitar um confronto de classes, pois estas se encontram segregadas e alienadas.

O esquema de produção e consumo manipula a vida útil dos objetos, primando pela sua efemeridade e substituição, dando uma impressão de dinamismo e de possibilidade de ascensão social. Essa ilusão reproduz-se ao lado do gosto pela tradição e estabilidade, difundidas pela classe dominante, que assim, mantém sua posição no poder. Esta contradição apresentada contribui para a desarticulação dos movimentos sociais, pois o homem, isolado pelo consumo e pela livre-iniciativa, sente-se incoerente e perdido em seu esquema de vida, de rotina.

O consumo de mercadorias está associado à busca por prazer e felicidade prometidos pelas mensagens e signos dos objetos, porém este consumo de imagens e objetos provoca apenas uma satisfação momentânea, um sentimento de liberdade de escolha, e logo o sujeito se vê vazio e frustrado.

O capitalismo consumidor, com seus esforços de padronizar o consumo e formar os gostos pela propaganda, desempenha um papel básico na difusão do narcisismo. A idéia de criar um público educado e perspicaz foi há muito derrotada pela difusão do consumismo, numa “sociedade dominada pelas aparências”. O consumo interpela as qualidades alienadas da vida social moderna e se apresenta como a solução: promete as coisas mesmas que o narcisismo deseja – charme, beleza e popularidade – através do consumo dos tipos “certos” de bens e serviços. Daí que todos nós, nas condições sociais modernas, vivemos como que cercados de espelhos; neles procuramos a aparência de um eu socialmente valorizado, imaculado. (GIDDENS, 2002, p. 160).

Guy Debord (1997) definiu nossa sociedade contemporânea como a sociedade do espetáculo, onde todas as experiências, antes vividas diretamente, foram substituídas por espetáculos, por representações, e as relações sociais são intermediadas por imagens. É através da produção dos espetáculos que reside a eficiência do nosso sistema produtivo, criando e moldando as imagens-objetos.

O espetáculo representa a admiração humana pelo belo, pelo inatingível, pelo inexplicável, ou até mesmo pelo medo, pelo horror e pela miséria. Nos tempos longínquos da pré-história podemos imaginar a natureza como principal fonte de espetáculos com suas constelações, nuvens, tempestades, raios, vulcões e etc. Posteriormente, o homem passou a criar espetáculos através de suas obras, como a música, as artes plásticas, o teatro, as construções, as festividades, os esportes, a religião, as guerras, a violência dentre outros.

O ser humano, isolado ou em grupo, pode se comportar como ser passivo diante do espetáculo demonstrando sua escolha pela alienação, ou em outras circunstâncias o homem opta pela militância, pela transformação da realidade social apreendida.

Em tempos de consumo exacerbado, o mundo visto é o da mercadoria que domina todos os setores de nossas vidas, separando os homens entre si e entre aquilo que produzem. Assim, o espetáculo representaria o domínio da mercadoria na vida social moderna, difundida pela produção econômica.

Assim, a nossa organização social necessita, antes de tudo, de uma representação ideológica através da produção e consumo de imagens. Essa manipulação dos códigos contribui para a perda do domínio da classe trabalhadora de sua condição existencial e de suas forças produtivas, cabendo-lhe receber apenas fragmentos da realidade espetacularizada.

O papel crescente do consumo em nossa sociedade tem sua reprodução nas cidades, devido a sua alta densidade populacional e ao seu arranjo espacial, pois é nela que são alimentados os desejos, a concorrência e as trocas, sendo tudo isso fomentado por um discurso utópico de democracia e de participação coletiva. A produção industrial precisa das cidades e de suas múltiplas necessidades para se expandir e sua ideologia de eliminar a contradição social não se dá através da igualdade e democracia, mas pela diferenciação e

individualização, assim, minando assim, todas as possíveis revoluções eficazes de transformação social (BAUDRILLARD, 1995).

No período atual, observa-se um domínio da cidade sob o campo, de forma que é na cidade que a maioria da população se concentra, fornecendo a mão-de-obra necessária para a produção e reprodução das relações entre si e entre a natureza. As cidades, com seus problemas e contradições, passam a ser objeto de investigação de diversos campos científicos e a Geografia renovada preocupa-se em investigar principalmente o espaço urbano construído e a vida cotidiana de seus habitantes.

O sistema capitalista de produção transforma tudo em mercadoria de consumo, auferindo valores de troca, inclusive ao solo com a propriedade privada. Dentro desta ordem mercadológica, o solo urbano está sujeito às oscilações econômicas dos mercados globalizados, transformando-o continuamente. O valor das mercadorias pode ser definido segundo o seu valor de uso (necessidade) e seu valor de troca. Para o espaço-mercadoria, observa-se a importância de troca sobre o uso e assim, o espaço se converte em produto lucrativo e hierarquizado (CARLOS, 1998).

O valor de troca do solo urbano se baseia na localização geográfica, no acesso aos bens e serviços públicos e na especulação imobiliária. Como objeto, o espaço urbano perde seus laços de vivência, afetividade e historicidade, tornando-se meramente artigo espetacularizado “de” e “para” o consumo.

Para Santos (1985), o espaço-mercadoria é dotado de valor de acordo com a sua função dentro do sistema capitalista produtivo. Desta forma, os espaços mudam de valor com o tempo, à medida que suas funções mudam, alternando também a sua relação com os outros espaços. A atribuição e a alteração dos valores do espaço urbano, seja ele um edifício isolado ou uma área mais extensa, podem ser explicadas à luz da soma de relações globais.

Para manter sua competitividade econômica, o espaço vai se transformando cada vez mais rapidamente, de acordo com as novas necessidades criadas pelo sistema capitalista de produção, passando a ter um ciclo de vida tal como as demais mercadorias. O cotidiano urbano vai gerando novas necessidades, ainda que estas sejam manipuladas para um consumo individualizado, imprimindo novos conteúdos e funções aos espaços pré-existentes, de forma a fracionar os espaços de acordo com interesses diversificados.

O espaço urbano é também mutável, pois a sociedade que o produz, assim como a racionalidade do capitalismo, promove no espaço uma constante transformação que, entretanto, não imprime modificação no cerne da racionalidade e da organização social, mantendo-o como espaço desigual, fragmentado e articulado. (IAOCHITE, 2008, p. 23).

A produção social e histórica do espaço pode ser analisada através de sua forma, função e estrutura. A “forma” do espaço seria a sua representação física, visível ao observador e passível de descrição; a “função” do espaço é o seu papel dentro das relações sociais locais e globais; a “estrutura” seria como o espaço se organiza e se articula como um todo; e o “processo” seria as condições históricas que determinam as suas mudanças. Estas características, tomadas separadamente, representam uma reflexão míope sobre o espaço geográfico, mas analisadas em seu conjunto possibilitam uma discussão teórica e metodológica da produção espacial (SANTOS, 1985).

A produção do espaço urbano depende da ação de três agentes sociais interessados no lucro financeiro: o Estado, a sociedade civil e o mercado imobiliário. Os agentes acabam por impactar o solo urbano, reorganizando a sociedade, adicionando e adensando o solo e criando e destruindo suas formas. A transformação do espaço urbano à luz dos interesses dos seus agentes produtores se dá principalmente pela ação conjunta do mercado imobiliário e do Estado que visam o lucro pela renda da terra. Ainda que o espaço urbano seja tratado como mercadoria, ele abarca momentos de ruptura do cotidiano através da sociedade civil com atitudes de criação, liberdade e confraternização.

Dos agentes produtores do espaço urbano, o Estado, criação social que deve resguardar os direitos e interesses da coletividade e seu espaço de vivência, acaba favorecendo determinados interesses de classe, privilegiando o domínio de certos grupos sobre o solo urbano. Deste modo, o Estado molda o espaço urbano, arcando com os riscos, enquanto que o setor imobiliário fica com os lucros.

Com seu aparato político e jurídico, o Estado acaba atuando sobre a sociedade como entidade externa, soberana e coercitiva, impelido por interesses econômicos de classe. A administração pública do espaço urbano cria projetos e decretos para fiscalizar, arrecadar impostos e ordenar a ocupação do espaço, apropriando-se deste como grande proprietário e promotor imobiliário, modificando o espaço urbano com a distribuição desigual dos equipamentos de infra-estrutura pública que acabam impondo grandes discontinuidades sócio-espaciais.

A sociedade civil produz o espaço urbano como base material para a reprodução de suas condições de existência, exigindo do Estado o direito de viver em um lugar seguro que contenha os equipamentos públicos necessários. Além disso, a sociedade civil constrói os vínculos, percepções e sentimentos com o lugar através de sua vida cotidiana, dotando-o de um sentido de familiaridade e tradição.

Dentre os agentes produtores do espaço urbano, a sociedade civil representa para o mercado imobiliário e o Estado, um todo homogêneo, passivo e alienado, que age sobre o espaço como meros consumidores e transeuntes. Só uma sociedade civil organizada, crítica e atuante poderá cobrar seus direitos sobre o espaço urbano, produzindo-o e vivenciando-o de maneira mais significativa e plena.

A transformação da propriedade privada em mercadoria de consumo é feita pelos promotores imobiliários, que obtém a mais-valia através da especulação, resguardada por benefícios públicos instalados pelo Estado. O solo urbano torna-se fonte de investimentos financeiros, regulados pelas leis oscilantes do mercado imobiliário globalizado.

Segundo Corrêa (1989 apud NATÍVIO, 2008, p. 16):

(...) os promotores imobiliários formam um conjunto de agentes que realizam a incorporação, isto é, transformam o capital em mercadoria, ou melhor, em imóvel, além de promoverem o financiamento; estudo técnico pela viabilidade da obra; construção ou produção física do imóvel e sua comercialização. Acabam, assim, controlando o mercado de terras e direcionando a localização dos diferentes grupos sociais no espaço urbano.

A legitimação do consumo do solo se deu no Brasil pela Lei de Terras de 1850, que garantia a posse e uso do solo rural através de sua compra, limitando o seu acesso à maioria da população e abrindo as portas para a concentração fundiária. Apesar de não ser uma mercadoria produzida, a terra se torna um artigo de consumo através de sua troca.

A cidade com os investimentos dos promotores imobiliários e o aval do Estado passa a crescer de maneira desigual sobre o território, desenvolvendo áreas, serviços e relações sociais contraditórias. Algumas áreas vão se valorizando enquanto outras vão sendo depreciadas, num jogo engendrado de maneira interdependente entre a livre iniciativa do mercado imobiliário e o poder público que vai construindo seu capital monopolista.

Dessa maneira, a terra é sempre um investimento atraente, seja por seu caráter flexível, seja pelos incentivos produzidos pelas relações de produção, pois pode continuamente ser transferida de proprietário e reestruturada. E assim, permitir a realização da mais-valia no ambiente construído, isto é, a renda pode ser apropriada de forma direta pelo proprietário da terra, ou de forma indireta, pelos interesses imobiliários, em que o Estado agirá como agente desses interesses, pois transforma o ambiente construído por meio do capital intervencionista. (NATIVIO, 2008, p.17).

A produção do espaço precisa ser analisada à luz do processo de globalização da economia capitalista que se utiliza das particularidades locais para se reproduzir. Nesta lógica há uma troca contínua e dialética entre o local e o global baseada no avanço da técnica (SANTOS, 1996 apud BENKO, 2002). Para tanto, não basta simplesmente analisar a forma e

as estruturas do espaço geográfico através de uma análise descritiva, mas, se faz necessário, compreender a essência desses elementos através da sua função histórica para a sociedade.

Esse capitalismo globalizado molda os espaços existentes através da urbanização, ruindo as características históricas dos lugares. Segundo Oseki (1996), o espaço urbano pode ser assim definido “homogêneo”, pois se repete sem se democratizar; “quebrado”, porque é vendido e consumido em fragmentos; e “hierarquizado”, uma vez que cada lugar é dotado de um valor específico, estendendo no espaço o poder político e econômico das classes sociais.

Dentro da Nova Ordem mundial, onde as grandes empresas multinacionais dominam e interferem diretamente na produção da vida moderna, a realidade sócio-espacial se transfigura com uma aparência totalizadora e homogênea. Ao mesmo tempo, o capitalismo precisa se apoiar sobre as características locais do espaço e da sociedade para que ele possa se expandir, gerando uma contradição entre o local e o global.

As histórias locais, a memória e o patrimônio histórico se transformam em mercadorias e passam a integrar uma nova oportunidade de exploração do capital através do turismo. As práticas de valorização da cultura pelo capitalismo devem ser acompanhadas de uma real participação coletiva, a fim de contribuir para a tomada de consciência sobre a identidade e história local e possibilitar a formação de espaços de esperança e transformação social.

As edificações que resistiram historicamente apesar das pressões do capital em modificar continuamente suas formas na medida em que novas necessidades iam sendo inventadas, representam importantes referências de identificação, localização e memória para a população local e visitante e assim, devem ser conservadas e valorizadas pelas suas qualidades específicas.

O patrimônio histórico edificado possui funções contraditórias no espaço urbano, pois ao mesmo tempo em que ele valoriza e preserva os espaços históricos, considerados como marcos, ele os transforma em simulacros produzidos da história local a fim de compor uma imagem urbana atrativa ao turismo, o que descaracteriza suas formas e funções originais. Destarte, as iniciativas de preservação do patrimônio edificado acabam distanciando a população local que contribuiu para a sua conservação ao longo dos anos, pois tais iniciativas objetivam o lucro financeiro obtido pelas atividades vinculadas ao lazer e turismo.

Segundo Meneguello (2005), os edifícios de relevado interesse histórico-cultural quase sempre se localizam no centro das cidades, pois este é o setor da cidade que agrega a maior variedade de funções, como por exemplo, moradia, produção, consumo e serviços. O centro das cidades deixou de ser compreendido apenas por sua localização geográfica e passou a ser

o local de representação física das experiências coletivas, sendo um micro-cosmos da cidade como um todo, pois nele estão materializados os diversos grupos sociais que contribuíram para a sua produção.

A sobreposição de diferentes temporalidades nos centros das cidades modernas é visível nas construções históricas que permanecem, ainda que com funções diferentes das quais foram erguidas, lado ao lado com as novas formas arquitetônicas. Estas discontinuidades históricas e diferentes funções imprimem dinamicidade às áreas centrais, tendo no preço do solo uma supervalorização, o que gera os investimentos necessários à especulação imobiliária. Com isso, há uma pressão em destruir estas formas antigas para dar lugar a novos empreendimentos, minando gradualmente os símbolos e vínculos destes espaços com a população.

No entanto, a patrimonialização das áreas centrais deixou de ser vista como um empecilho ao crescimento econômico para ser concebido como uma alternativa à geração de renda e emprego e de especulação imobiliária, a partir das iniciativas públicas e privadas vinculadas ao lazer e turismo após a revitalização desses imóveis (MESSENIER, 2005).

A cidade em sua complexidade e inúmeras contradições é o espaço de reprodução desta cotidianidade que se refaz à luz da destruição e da revitalização de suas áreas centrais, atraindo turistas que buscam se identificar através com a arquitetura histórica. A vida urbana possui múltiplos significados e tendências que não são rupturas, e sim novas apropriações do capital que se alimenta da fragmentação de seus espaços dando-lhes novas formas, funções e valores (SEABRA, 1996).

O patrimônio histórico edificado possibilita um contato direto com a história e identidade das classes sociais que habitam e frequentam os centros urbanos, pois o indivíduo se conecta ao lugar através do sentimento de identificação histórica, uma vez que as tradições ensinadas ainda influenciam a vida cotidiana. Assim, o patrimônio edificado serve como elo entre o homem, sua história e seu meio. Esta relação, quando bem explorada, pode ainda estimular o crescimento da economia local através do turismo.

Para que a preservação do patrimônio edificado ocorra é necessário inserir estes espaços no cotidiano da população que passará a frequentá-los e conservá-los através da vivência e dos vínculos afetivos que surgirão, servindo-se do local para as manifestações socioculturais. Também se faz necessária a conscientização da população sobre a história desses imóveis e a necessidade de conservá-los. Dessa forma, a população local pode realizar uma análise crítica de seu papel na produção do espaço urbano, possibilitando um melhor

exercício dos seus direitos e deveres. Os indivíduos passam a se sentir mais seguros, interligados e capazes de vislumbrar novas alternativas e esperanças no futuro.

O Estado deve ser o agente que promove o levantamento e o tombamento do patrimônio histórico edificado, bem como a participação da população local para que a conservação destes espaços se efetive e se for relevante, o desenvolvimento de atividades turísticas.

1.3 Os percursos do patrimônio histórico

O conceito de patrimônio histórico e seus cuidados evoluíram com a sociedade, demonstrando seu grau de aperfeiçoamento técnico científico e sua sensibilidade para com a própria história. A palavra patrimônio sempre esteve vinculada a bens materiais, mas atualmente este conceito se ampliou para outras áreas como na genética, biologia, cultura e história, democratizando-se para a população como um todo.

O significado de patrimônio cultural de uma sociedade não diz respeito apenas aos objetos, obras artísticas ou construções, materializando a cultura, o pensamento e o modo de vida da população, mas também representa as manifestações culturais imateriais de uma comunidade específica, como podemos observar na dança, no folclore etc.

Compondo o patrimônio cultural material de uma sociedade está o patrimônio histórico, foco da atual pesquisa, que representa os bens comuns da população global, revelando sua história, arte, tradição, identidade e memória. Para esclarecer este conceito, bem como as medidas de conservação e inserção desses bens no cotidiano da população, foi feita uma revisão da obra de Choay (2001) “A alegoria do patrimônio” que será relatada a seguir.

Os bens que compõem o patrimônio histórico podem ser divididos em móveis que compreendem os objetos artísticos e utilitários que juntos constituem um acervo de museu e os imóveis que correspondem às construções edificadas no espaço urbano ou rural. Os bens imóveis são os que mais se relacionam com a população em seu cotidiano, pois por sua característica fixa no solo, ele representa um marco territorial, uma referência à rotina da população, orientando os trajetos e dando uma sensação de segurança, identidade e vínculo entre o homem e seu espaço.

O conceito de patrimônio histórico difere do de monumento, ainda que ambos tenham sido tratados como sinônimos até a década de 1960, no qual o monumento histórico é

entendido atualmente como uma categoria de patrimônio histórico que, por sua vez, representa um conceito bem mais amplo.

O monumento histórico, termo criado em 1837 pela Comissão dos Monumentos Históricos da França, compreenderia os remanescentes da Antiguidade Clássica, as igrejas medievais e alguns castelos, enfim, as construções arqueológicas e da arquitetura erudita anteriores à Revolução Francesa. Esses monumentos isolados deveriam ser protegidos pelo Estado, de forma a contribuir para uma hierarquia classista do espaço urbano.

Já o conceito de patrimônio histórico englobaria novas temporalidades como as edificações populares, urbanas e rurais, público ou privadas, utilitárias ou suntuosas sob a denominação de arquitetura menor (termo italiano para arquitetura privada não monumental), arquitetural vernacular (termo inglês para os edifícios locais) e arquitetura industrial (reconhecida pelos ingleses segundo os remanescentes da Revolução Industrial).

O homem, em qualquer parte do mundo, sempre se espantou e se admirou perante as grandes obras arquitetônicas, pois estas revelam a capacidade humana de intervir no espaço, moldando-o segundo seu grau de conhecimento técnico e ambição. Assim, fora em épocas remotas com a população que testemunhou as pirâmides no Egito e na América pré-colombiana, os templos gregos e os palácios orientais.

Segundo Choay (2001), as fases históricas do patrimônio histórico edificado podem ser resumidas da seguinte forma: na fase do *Quattrocento* em Roma, quando as edificações mantidas pertenciam à Antiguidade Clássica; na fase de culto ao monumento histórico que iniciou no século XIX e durou até meados do século XX; e na consagração do patrimônio histórico com a Carta de Veneza em 1964, elaborando políticas de conservação internacionais e criando a restauração como especialidade técnica e acadêmica.

Em 1420, nasce a preocupação com o monumento histórico quando Martinho V reinstala a sede do papado em Roma com a pretensão de re-erguer a Cidade Eterna das ruínas. Essa atitude fez com que artistas e grandes pensadores da época se apaixonassem pela atmosfera da cidade e passassem a valorizar a história ocidental com a adoção de medidas de controle da depredação na qual estava sujeita. Ao lado dos adoradores vieram os oportunistas, que movidos pela cobiça e usura, transformaram a cultura em comércio, deteriorando-a.

O clero, classe detentora do saber e riqueza da época, deliberou a conservação de edifícios pagãos por motivos econômicos, conservando somente a fachada desses espaços e alterando os espaços internos para utilizá-los de acordo com seus interesses. A reutilização dos monumentos históricos nessa época era movida pela curiosidade em absorver o conhecimento clássico na qual foram erguidos em nome das humanidades.

As obras clássicas reutilizadas durante o *Quattrocento* não podem ser consideradas monumentos históricos, pois não havia a intenção de conservar os edifícios por razões históricas ou de identidade, mas por conveniência, fazendo uso de eventuais reformas e fragmentações que descaracterizavam esses espaços segundo novas funções.

Foi neste contexto de admiração e conveniência que o clero chamou as obras históricas de “antiguidades”, dando a elas um tratamento aleatório que definiria as políticas de “conservação” para os próximos três séculos até ganhar seu nome definitivo e seu cuidado devido.

Em 1430, os humanistas do clero, com o objetivo de proteger os monumentos romanos da depredação por novas construções civis, elaboram medidas de conservação e proteção dos monumentos. As medidas incluíam a desobstrução e restauração das antiguidades romanas que eram acompanhadas pela destruição de algumas obras, com o intuito de que suas ruínas alimentassem as pedreiras para novas construções.

Sob denominação de “antiguidades”, os monumentos eram interpretados como textos que narravam uma época memorável de conquistas e vitórias romanas para a sociedade da época, ainda que os textos literários possuíssem um prestígio superior aos monumentos. Este fato era baseado na idéia dos humanistas que a palavra era uma expressão mais confiável e digna do que as construções.

No século XV, a emergência do patrimônio histórico, sob denominação de antiguidades, ilustra o desdobramento do projeto humanista. Em face dos edifícios e dos objetos que o uso cotidiano transformou em meio ambiente, familiar, presente desde sempre, as antiguidades funcionam como um espelho. Espelho que cria um efeito de distância, de afastamento, propiciando um intervalo onde se haverá de instalar o tempo referencial da história. Espelho que mostra também à sociedade humanista uma imagem desconhecida, por definir, de si mesma como alteridade. A descoberta das antiguidades é também a descoberta da arte como atividade autônoma, desligada de sua tradicional vassalagem à religião cristã. Experiência irreduzível, mas adquirida a um alto preço, como consciência de si, ela está na origem de uma arte que vai se constituir refletindo-se e pensando-se ao mesmo tempo como devir e como história. (CHOAY, 2001, p. 205).

Os artistas, escultores e arquitetos do século XV começaram a reproduzir as formas clássicas, demonstrando interesse e admiração pelo monumento histórico. Assim, Roma torna-se referência máxima em termos de monumentos e antiguidades.

Os bens patrimoniais móveis eram escrupulosamente arrancados de seus espaços de origem para servir a um comércio crescente de colecionadores de arte e suas galerias. O século seguinte fez surgir a “galeria” com suas coleções de obras artísticas particulares e visitas eventuais, precedendo ao nascimento do museu e a preservação dos objetos antigos.

Os monumentos ficaram em segundo plano com relação aos objetos artísticos e literários colecionados e apreciados em galerias e museus pelos eruditos da época. Mesmo assim, os bens antigos preservados em museus ajudaram a discutir sobre as medidas de conservação dos monumentos históricos.

As antiguidades, tanto móveis quanto imóveis, foram objetos de intensos estudos e levantamentos iconográficos do século XVI ao XIX, formando uma fundamentação conceitual e histórica sobre a arte clássica e medieval. Esses estudos eram realizados pelos “antiquários”, ou seja, colecionadores de arte que analisavam as obras históricas e as descreviam em dossiês que serviram de referência para artistas e pensadores da época.

Os antiquários buscavam, principalmente nas igrejas, a fonte de pesquisa nacional e histórica, já que possuíam a documentação necessária e por serem obras arquitetônicas que revelavam variados estilos artísticos, como no caso da arquitetura medieval com suas igrejas góticas. Estes estudiosos valorizavam mais as construções do que os textos literários, por desconfiarem das histórias narradas e de sua possível manipulação, ao passo que os monumentos eram retratos históricos fieis ao seu tempo de origem.

Com a Reforma protestante na Inglaterra, vários monumentos religiosos foram depredados ou tiveram suas funções alteradas, prejudicando sua identidade histórica. Ainda assim, os antiquários ingleses construíram um corpo histórico sistematizado sobre a arte medieval gótica, classificando seus estilos e propondo medidas de restauração.

Para estes estudiosos, a restauração deve ser realizada com uma preocupação em manter as características originais *in situ*, a fim de obter uma reprodução válida e coerente. No entanto, as medidas empreendidas eram realizadas à revelia de seus arquitetos, que construíram ou reconstituíram partes dos monumentos de acordo com seus próprios conceitos artísticos.

A formação dos Estados europeus contribuiu para consolidar o caráter de identidade dos monumentos históricos, através da construção de acervos nacionais que representariam a formação de cada nação e cultural local. Assim, surge a conservação do patrimônio histórico edificado durante a Revolução Francesa e posteriormente esta postura é copiada em outros lugares do mundo.

A primeira vez que a expressão monumento histórico apareceu juntamente com suas medidas de preservação foi em 1790 pelo antiquário-nacionalista Aubin-Louis Millin que apresentara à Assembléia Nacional Constituinte da França seu trabalho “Antiquités nationales ou Recueil de Monuments”. Quarenta anos após este ato, o Ministro do Interior francês Guizot criava o cargo de inspetor de monumentos históricos.

Segundo a legislação francesa existem dois tipos de patrimônio histórico: os móveis que compreendem as obras de arte e os objetos utilitários do cotidiano, guardados em depósitos próprios abertos ao público, sob o nome de museu, cuja função é a de servir para a instrução cívica, histórica, artística e técnica da nação; e os imóveis que seriam os conventos, igrejas, castelos e residências que padeceram com o despreparo técnico-científico dos comitês de conservação, que não sabiam qual finalidade dar a esses espaços e nem como indenizar os seus antigos proprietários devidamente.

A partir de então os monumentos históricos deixam de ser apenas alvo de inventários dos antiquários e passam agora a ser objeto de proteção e conservação regulamentada juridicamente pelo Estado-Nação, segundo uma classificação que levava em conta as suas características artísticas. Estes bens passam a ser considerados bens públicos sob pena de prejuízo financeiro aos proprietários que não cumprirem as medidas estabelecidas.

A Revolução Industrial com suas mudanças no modo de produção e reprodução da vida cotidiana alterou também a concepção de monumento histórico e como ele deveria ser tratado. Essa fase marca a reação dos pensadores românticos aos efeitos danosos da modernidade, privilegiando as qualidades estéticas dos monumentos em detrimento das qualidades históricas.

Emoção estética gerada pela qualidade arquitetônica ou pelo pitoresco, sentimento de abandono imposto pela percepção da ação corrosiva do tempo: a ascensão desses valores afetivos integra o monumento histórico ao novo culto da arte, chamado a substituir aquele de um Deus, que será dado como morto por um pensador do final desse século. (CHOAY, 2001, p. 133-134).

A modernidade com sua produção em série e o domínio da máquina sobre o trabalho humano inaugura uma época sem precedentes e assim, o papel do monumento histórico sacralizado que durante o Renascimento servira para ensinar as artes e ofícios, perde esse valor para a arquitetura moderna e seus meios de comunicação sempre renovados, ficando relegado a um passado cada vez mais distante.

As novas maneiras massificadas de retratar o passado, como a gravação de imagem, som e vídeo, tiveram um impacto muito grande sobre a importância dos monumentos e sua soberania no território urbano. Esse fato foi descrito em “NOTRE-DAME de Paris” pelo escritor romântico Victor Hugo que condenou o monumento à morte em função da invenção da imprensa. As novas formas de documentação e expressão disseminadas pela imprensa moderna têm o privilégio de individualizar o registro histórico de acordo com as intenções particulares de cada um.

Os monumentos, fixados em um sítio, tem a função de preservar a identidade coletiva e sua evolução histórica. No entanto, essas formas passam a sofrer a degradação decorrente das intempéries climáticas, que ocasionam uma deterioração lenta e progressiva. Além desta degradação natural do tempo sobre o monumento, tem-se o mau uso, o abandono, a destruição e a substituição por uma construção mais nova.

O conceito de patrimônio histórico surge com o final da II Guerra Mundial, atrelado ao de herança e conservação. Este novo conceito abrange não só os monumentos da antigüidade, mas também os imóveis da história recente que possuem significado identitário e afetivo para a comunidade cada vez mais globalizada. A proteção aos monumentos históricos passa a ser concebida a nível internacional e em extensões maiores do sítio urbano, principalmente através da militância de William Morris e John Ruskin.

Estes dois ingleses pertenciam ao grupo dos pensadores românticos anti-intervencionistas, pois estavam convictos de que é impossível restaurar um monumento. Para eles, a restauração é uma utopia uma vez que a intervenção humana sobre um imóvel histórico, por mais cuidadosa que seja, o descaracteriza.

Já o francês Viollet-le-Duc pertence ao grupo de restauradores intervencionistas, inspirando várias restaurações até a década de 1960. Para ele, a restauração deve partir de um despojamento das concepções artísticas dos seus técnicos que devem pensar segunda a época em que a obra foi realizada, a fim de chegarem o mais próximo da autenticidade.

O italiano Camillo Boito, representa um meio termo entre o grupo intervencionista e anti-intervencionista, pois aderiu a pontos de vista de ambas as correntes. Assim, considera que a restauração só deve ser realizada após esgotarem todos os demais recursos (manutenção, consolidação e concertos imperceptíveis), mas, no caso de ser necessária, é um recurso legítimo e válido. Boito consolida a Restauração como disciplina e propõe medidas diferentes segundo o tipo de patrimônio histórico, pois criticava a forma homogênea em que eram realizados os projetos de restauro.

Para os monumentos da Antigüidade, Boito propõe uma restauração arqueológica, com critérios científicos e, se necessário a reconstituição do projeto deverá considerar apenas a massa e o volume, deixando de lado a ornamentação e o tratamento das superfícies; para os monumentos góticos a restauração deverá se concentrar na estrutura do edifício, relegando o interior aos desgastes naturais; e para os monumentos clássicos e barrocos, a restauração deverá considerar os edifícios em sua totalidade.

A criação do Urbanismo também contribuiu para a mudança de perspectiva sobre o patrimônio histórico, uma vez que toda a cidade passa a representar um documento histórico,

cujas formas deveriam ser objetos de investigação. As cidades-museu da Ásia e África islâmica recebem, no início do século XX, uma grande valorização pela sua etnologia, contribuindo para a conservação de extensas áreas do sítio urbano, ainda que impulsionadas pelas suas qualidades estéticas e pelo desenvolvimento da economia através do turismo.

Para Camillo Sitte, arquiteto e engenheiro, a cidade pré-industrial é um arquivo-morto e, ainda que possua qualidades estéticas, sua função não pode ser inserida na modernidade, o que a torna frágil e anacrônica. Já G. Giovannoni cria o termo “patrimônio urbano” em seu artigo “Vecchie città ed edilizia nuova” de 1913, em referência ao fato de que a modernidade fragmentara ainda mais o espaço urbano com o desenvolvimento das comunicações e os meios de transporte. Para o autor, os bairros antigos são tratados como monumentos históricos por possuírem valores artísticos, históricos e pedagógicos e devem receber um tratamento adequado com sua morfologia.

Giovannoni propõe medidas de conservação e restauração do patrimônio urbano por meio da criação de um plano diretor local ou mais abrangente que valorize esses bens, dando-lhes funções contemporâneas. Para o autor, o monumento histórico deverá ser considerado em seu contexto mais amplo devido à relação que estabelece com o seu entorno, o que implica na elaboração de medidas de reabilitação dessas áreas mais vastas do tecido urbano.

Segundo a lista atual do Patrimônio Mundial da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o patrimônio histórico edificado não se limita mais às construções isoladas, mas às áreas mais extensas, como bairros, sítios urbanos, aldeias ou até uma região. No entanto, as políticas de conservação e tombamento do patrimônio histórico diferem em cada país segundo a respectiva legislação, e geralmente, esbarram nos direitos individuais de propriedade privada e no interesse público, protegido pelo Estado ou estimulado pelos promotores imobiliários e pelo turismo.

Nos Estados Unidos há uma tendência em privilegiar o direito da propriedade sobre o patrimônio público, já na França, privilegia-se a democratização do patrimônio sobre os interesses individualistas. Mas em todos os casos, delegam-se aos municípios inventariar e estabelecer diretrizes específicas como, por exemplo, no tocante a isenção de impostos que estimulem a conservação do seu patrimônio histórico edificado.

A lista mundial dos bens patrimoniais da UNESCO era composta por 21 países na década de 1970, quando foi criada e vinte anos mais tarde já contava com mais de cem signatários, demonstrando a consagração mundial do patrimônio histórico e sua conservação.

As verdadeiras dificuldades surgem quando se trata de dar uma destinação aos velhos edifícios religiosos, de culto ou conventuais, aos antigos palácios, palacetes particulares, hospitais, casernas, cavalaria, etc., que foram obras-primas da arquitetura pré-industrial. As funções ditas culturais (museus, bibliotecas, instituições escolares e universitárias, fundações) sofrem a concorrência das utilitárias, de prestígio (ministérios, sedes sociais, hotéis) ou comuns (escritórios, moradias, comércio), e os usuários públicos são substituídos pelo mercado privado. Em todos os casos, porém, os trabalhos de infra-estrutura exigem uma competência técnica especial e têm custo às vezes proibitivo. É por isso que é difícil garantir que a reutilização seja rentável, o que em geral só se consegue em prejuízo da funcionalidade. (CHOAY, 2001, p. 221).

A valorização é a palavra que resume o *status* do patrimônio histórico que deve ser acompanhada por medidas jurídicas e práticas, além da animação cultural, da iluminação noturna, da modernização de seus espaços internos, da conversão do bem em artigos consumíveis, e de melhoras de acesso e re-funcionalização do local. O patrimônio histórico conservado em sua originalidade e bem administrado - adequando o fluxo dos visitantes, conscientizando a população sobre sua importância e a forma adequada de uso, serve também para ajudar na economia local com a criação de atividades de turismo cultural.

A palavra mágica: valorização (*mise-en-valeur*) (...) Essa expressão-chave, que deveria nos tranquilizar, é na realidade inquietante por sua ambigüidade. Ela remete a valores do patrimônio que é preciso fazer reconhecer. Contém, igualmente, a noção de *mais-valia*. É verdade que se trata de *mais-valia* de interesse, de encanto, de beleza, mas também de capacidade de atrair, cujas conotações econômicas nem é preciso salientar. (CHOAY, 2001, p. 212).

O patrimônio histórico merece valorização e conservação, pois representa a sociedade e seus desafios vividos, além de possuir qualidades estéticas e históricas que servem como registros dos caminhos e percalços que a população tem superado. Esses bens são testemunhos do passado para todas as classes sociais, possibilitando construir um retrato amplo da história local e de suas representações estéticas. Para que esses bens deixem de ser visto como algo morto, congelado em um passado distante, e passe a representar formas urbanas interessantes e instigantes para a população, eles precisam ser inseridos na dinâmica da vida cotidiana. Essa inserção começa com uma mudança de consciência para que haja a conservação destes espaços e assim, não se esgotem rapidamente. Para que isto ocorra, faz-se necessário investir na educação em todos os seus níveis.

As sensações de transitoriedade e de insegurança na vida moderna e no modo de produção capitalista globalizado desestabilizam os alicerces que comandavam a vida social e a subjetividade. Somos levados a buscar nos objetos e nas imagens os reflexos que temos de nós mesmos e da nossa origem, contribuindo para amenizar as conseqüências danosas da modernidade.

Na sua função narcisista, o culto do patrimônio só é justificável por um tempo: o tempo de interromper simbolicamente o curso da história, tempo de tomar fôlego na atualidade, tempo de confortar nossa identidade antropológica a fim de poder continuar sua construção, tempo de reassumir um destino e uma reflexão. Passado esse prazo, o espelho do patrimônio estaria nos precipitando na falsa consciência, na recusa do real e na repetição. (CHOAY, 2001, p. 248).

O reconhecimento da história da cidade é um meio para que os indivíduos se reconheçam como atores importantes do seu processo de construção e assim, elaborem uma identidade, primeiramente local e posteriormente regional e nacional. O patrimônio histórico edificado permite um contato direto com o passado, podendo ser percebido cotidianamente como páginas que precisam ser lidas, mas que requerem certo conhecimento prévio (SBERNI JR; SARAIVA; MARTINO, 2006).

A preservação do patrimônio histórico edificado, tendo em vista o estabelecimento de vínculos de memória e identidade, requer uma conscientização da população para que a mesma possa assimilar as informações ali implícitas. Pois é através da memória representada nos espaços públicos das cidades que a população vai reconhecer sua história de vida, suas lutas cotidianas e seu papel na produção do espaço urbano. Uma vez reconhecida e valorizada, a memória estabelece um elo entre o habitante e o espaço para que o mesmo possa exercer a sua cidadania e enfim, gozar melhor dos seus direitos e deveres.

Segundo Mesentier (1997), o patrimônio histórico-cultural não se associa somente à memória e aos conteúdos do passado histórico de uma sociedade, mas também possibilita entender o presente e os seus problemas, bem como vislumbrar a elaboração de projetos que os solucionem. Os bens patrimoniais fixam no território as lembranças coletivas da construção do espaço de forma seletiva, ou seja, apenas as obras conservadas no espaço urbano passam a nortear a memória de maneira transgeracional, revelando o caráter político e elitista do patrimônio.

A memória coletiva é o meio de perceber o desenvolvimento da sociedade ao longo do tempo e como as mudanças estruturais do presente são resultantes da evolução histórica. Ao mesmo tempo em que a memória é determinada pelos acontecimentos do passado, ela acaba influenciando os rumos do presente, uma vez que a mesma determina a consciência social. Assim, a memória fornece as bases históricas à identidade sócio-cultural dos indivíduos, situando-os no arranjo global das relações que o circundam.

As políticas de conservação de imóveis patrimoniais isolados possibilitam a consolidação de diversas identidades no espaço urbano, sejam elas regionais, locais, étnicas, religiosas e sociais, desde que sejam preservados os imóveis a elas correspondentes. Vale

ressaltar ainda, que o mesmo imóvel patrimonial pode ser referência para múltiplas identidades.

Já as políticas de conservação do patrimônio histórico que vão além dos edifícios isolados e se expandem para áreas mais vastas do território possibilitam uma democratização da história para as classes populares, pois estas se percebem representadas nesses espaços, bem como conseguem visualizar as mudanças pelas quais sofreram. Assim, a história deixa de ser marcada por fatos pontuais e elitistas e passa a ser uma história construída socialmente, com as suas desigualdades aí presentes e sujeitas a rupturas e continuidades ao longo de sua evolução.

As áreas patrimoniais mais vastas, como ruas, bairros e sítios urbanos contribuem para a construção de identidades coletivas de forma democrática, uma vez que englobam várias facetas do passado histórico onde todas as classes participaram de sua construção. Essa democratização do patrimônio edificado contribui para geração de um sentimento de urbanidade e de civilidade entre as classes sociais, uma vez que todas estão reconhecidas e valorizadas em sua atuação no processo produção do espaço urbano.

O que ocorre nas políticas urbanas atuais de patrimonialização é a negligência dos imóveis enquanto suporte para a memória coletiva e uma supervalorização do caráter estético da obra. Os bens patrimoniais são apenas valorizados pela sua contribuição artística e cultural, se tornando facilmente em objetos de consumo para o *marketing* urbano. Dentro dessa lógica, o patrimônio edificado se distancia de seu papel na construção da cidadania pelo seu conteúdo histórico e pela sua representatividade na memória coletiva e assim, se assemelharia mais a um objeto artístico que contém uma variedade de componentes simbólicos que se destacam pela sua estética diferenciada.

O patrimônio histórico edificado não é uma obra artística para ser somente admirada: deve-se ter em mente que ele foi construído e utilizado para a habitação humana e é nesse sentido que o patrimônio interage com a sociedade, representando a sua história. Assim, as políticas urbanas têm uma variedade de ações que podem explorar o potencial do patrimônio edificado, desde sua forma arquitetônica simplesmente até o seu conteúdo identitário.

Para Corrêa (2007), o monumento e sua localização geográfica são carregados de sentidos políticos que contribuem para acirrar os conflitos sociais existentes, pois incorpora os significados do seu entorno e cria novos mais fortes. Uma vez estabelecido o monumento aumenta o potencial simbólico do lugar e inversamente, a localização de um monumento pode minimizar ou reverter os significados atribuídos ao lugar.

Esse é um ponto importante porque o monumento pode incorporar os significados já atribuídos à sua localização. Ao mesmo tempo, esses significados, em razão da presença de um dado monumento, podem ser fortalecidos, ampliando o potencial simbólico do lugar. Inversamente, a localização de um monumento pode minimizar ou reverter os significados atribuídos ao lugar, estabelecendo-se uma ambigüidade locacional. Assim, a localização é parte integrante do planejamento de um monumento, seja templo ou não. (CORRÊA, 2007, p. 19).

As atividades econômicas ligadas ao turismo e ao mercado imobiliário lançam mão do valor artístico e cultural do patrimônio enquanto insumo para a produção de uma imagem urbana mais lucrativa. Mas, para que essas necessidades sejam atendidas, essas áreas necessitam de ações que transformem o uso desses espaços e a imagem através do processo de revitalização. Já as políticas de patrimônio voltadas para a memória social inibem as alterações no uso desses imóveis e a instalação de equipamentos urbanos ligados ao turismo, restringido a expansão do mercado imobiliário.

A conservação do patrimônio histórico pelo seu valor artístico-cultural tem sido objeto da privatização desses bens, transformando-os à luz das atividades vinculadas ao turismo, o que contribui para aumentar as desigualdades sociais e a segregação da área urbana. No entanto, a conservação do patrimônio com intenção de valorizar as identidades e memórias sociais, possibilita a democratização do espaço público e a construção da cidadania, bem como projeta a sociedade em direção ao futuro.

1.4 As medidas de proteção do patrimônio histórico

Como foi observado previamente, o patrimônio histórico passou por diferentes conceitualizações ao longo dos séculos, mas manteve sua essência de constituir os bens do passado que deveriam ser conservados para as próximas gerações devido aos valores que imprimiam no espaço geográfico. De acordo com cada conceitualização que recebia, o monumento passava por novas formas de proteção, fato este que revela o pensamento de cada época. Assim, serão detalhadas a seguir algumas medidas importantes de proteção do patrimônio histórico em nível internacional e nacional.

Como já foi mencionado, desde seu surgimento no século XV em Roma, sob a denominação de antiguidades, o patrimônio móvel e imóvel, carregados de valores artísticos e históricos, implicavam na criação de medidas que regulamentassem a sua conservação. Foi assim que o clero, impulsionados pela admiração e pela conveniência financeira em aproveitar

tais espaços inicia um processo de desobstrução e restauração das grandes construções clássicas agindo de acordo com seus pressupostos sobre a antiguidade romana.

Já na França em meados do século XIX as antiguidades inertes no espaço urbano foram batizadas de monumentos históricos e grandes pensadores franceses e ingleses começam a se voltar para as medidas de proteção dessas obras. A esses monumentos históricos foram atribuídos os valores de identidade nacional devido a consolidação dos Estados nacionais na Europa.

Nesta época, o monumento histórico era visto como uma obstrução ao desenvolvimento como pode ser ilustrado pelas medidas adotadas por Georges-Eugène Haussmann, o prefeito do Sena, que transformou intensamente a estrutura de Paris, uma cidade que havia crescido desordenadamente, em um grande e moderno centro urbano europeu.

Segundo Giedion (2004), o projeto de Haussmann incluía a adoção de quatro estratégias principais, dentre elas: o isolamento dos grandes monumentos históricos de forma a destruir o seu entorno e assim, facilitar o acesso para a população e a defesa pública; o saneamento urbano com a destruição de ruas infectadas e os focos de epidemia; a manutenção da segurança pública a partir da criação de grandes avenidas “boulevards” dotadas de maior iluminação e ventilação; e por fim a criação de artérias para o tráfego ferroviário que agilizariam o transporte de pessoas e mercadorias. As medidas de Haussmann foram copiadas por planejadores urbanos pelo mundo afora, acabando por destruir importantes áreas patrimoniais em prol dos interesses da vida moderna como o tráfego e a segurança pública.

No início do século XX, os problemas urbanos aumentaram ainda mais devido ao crescimento demográfico, ao crescimento da atividade industrial e a introdução dos veículos. Neste momento era urgente a definição de um planejamento urbano. É neste contexto que surgem os CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) que foram fundados para proteger os direitos dos arquitetos modernos sobre os já consolidados círculos arquitetônicos oficiais que monopolizavam os principais empreendimentos construtivos (GIEDION, 2004).

Durante a década de 1920, os CIAM foram organizados pelos grandes arquitetos modernistas num momento de crise da Arquitetura e, sem dispor de recursos financeiros discutiram os mais diferentes temas concernentes a habitação e o planejamento regional e urbano. Acompanhando as novas tendências de pensamento os CIAM foram adotando uma perspectiva mais humanista, levantando questões sobre os centros comunitários, a participação ativa do cidadão em comunidade e as relações sociais dentro das moradias. No

final da década de 1950 os CIAM encerraram suas atividades num momento de grande prosperidade para a Arquitetura Moderna.

O IV CIAM foi realizado em 1933 no percurso entre Marselha e Atenas e também, em Atenas. Este congresso foi o mais longo e produtivo dos CIAM, no qual foram realizados estudos de caso sobre 33 cidades ao redor do mundo, e ademais, foram estabelecidas as bases para o planejamento urbano contemporâneo. Com base nesses estudos, os participantes redigiram a célebre Carta de Atenas, documento que norteou o planejamento urbano para as próximas décadas (GIEDION, 2004).

A cidade funcional prevista na Carta de Atenas visava sanar o desordenamento urbano da época, através da delimitação de áreas de acordo com a sua atividade: habitação, trabalho e lazer. Outro ponto de discussão era o uso disseminado do transporte individual que forjava uma reestruturação viária, privilegiando as largas avenidas em detrimento dos pedestres e destruindo grandes quarteirões com suas construções patrimoniais.

Segundo a Carta de Atenas (IPHAN, 2008), a cidade é uma pequena pátria que comporta valores morais. Tais, valores estão impressos em suas construções históricas que deverão ser respeitadas primeiramente pelo seu valor histórico e sentimental, e também por seu valor estético. Os monumentos históricos fazem parte do patrimônio humano, sendo os seus proprietários responsáveis pela sua preservação para as gerações futuras.

A escolha dos imóveis históricos que merecem ser preservados deverá levar em consideração os interesses das cidades, pois nem tudo que é do passado tem direito à perenidade. Assim, no caso de repetidos exemplares, deverão ser mantidos apenas alguns edifícios para a posteridade enquanto os demais serão demolidos, ou em outros casos, manterá intacta uma parte do edifício enquanto o restante será transformado para atender as demandas atuais.

A Carta afirma ainda que, quando for necessário, um imóvel poderá ser transplantado para novas localidades caso sua posição estiver obstruindo outras atividades. Assim, o culto ao passado deve ser dosado e se adequar primeiramente à salubridade e ao bem-estar social. Porém, quando se tratarem de obras excepcionais, de alto valor arquitetônico, as vias de circulação deverão desviar dos monumentos ao invés de suprimi-lo, ou, se necessário, deverá ser desviada toda a atividade para ceder lugar aos monumentos. Por fim, quando for necessária a demolição de cortiços e áreas insalubres no entorno dos monumentos, estas áreas deverão ser substituídas por áreas verdes.

Sobre a restauração dos monumentos, a carta afirma:

As obras-primas do passado nos mostram que cada geração teve sua maneira de pensar, suas concepções, sua estética, recorrendo, como trampolim para sua imaginação, à totalidade de recursos técnicos de sua época. Copiar servilmente o passado é condenar-se à mentira, é erigir o 'falso' como princípio, pois as antigas condições de trabalho não poderiam ser reconstituídas e a aplicação da técnica moderna a um ideal ultrapassado sempre leva a um simulacro desprovido de qualquer vida. Misturando o 'falso' ao 'verdadeiro', longe de se alcançar uma impressão de conjunto e dar a sensação de pureza de estilo, chega-se somente a uma reconstituição fictícia, capaz apenas de desacreditar os testemunhos autênticos, que mais se tinha empenho em preservar. (IPHAN, 2008, p. 27).

As funções básicas da cidade previstas na Carta de Atenas eram convenientes para um planejamento urbano preliminar, porém em 1951, no IX CIAM em Londres, essas noções tornaram-se insuficientes e inicia-se o debate sobre o papel dos centros das cidades e sua revitalização com a criação de calçadões (GIEDION, 2004).

Segundo Ferreira (1999/2000), o urbanismo racionalista previsto pela Carta de Atenas começa a ser criticado a partir da década de 1960, sobretudo com relação ao seu zoneamento funcional: habitação (subúrbios) e trabalho e lazer (centros), distanciando a moradia do trabalho e lazer, e por isso, gerando vários transtornos sociais. O centro da cidade passa a ser visto não só como o local do trabalho e lazer, mas também o local da representação simbólica dos valores éticos e culturais da sociedade em seu cotidiano.

O interesse dos urbanistas e arquitetos pelo centro da cidade surge na Europa após a Segunda Guerra Mundial, quando estas áreas encontravam-se devastadas e havia uma necessidade de reconstruir total ou parcialmente a região. Essas cidades foram reerguidas de acordo com as diretrizes da Carta de Atenas, na qual apenas os monumentos históricos e artísticos datados antes da Revolução Industrial foram valorizados.

É na região central das cidades que se concentra o comércio, o grande fluxo de pessoas e veículos, o adensamento do solo urbano com sua valorização imobiliária e as representações ideológicas e culturais, o que torna este espaço um local de disputa de interesses financeiros e políticos. O patrimônio histórico edificado é alvo de destruição contínua, uma vez que era visto como empecilho ao desenvolvimento e progresso econômico.

Assim, em 1964 foi realizado o II ICOMOS (Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos), em Veneza, que culminou na elaboração do documento intitulado Carta de Veneza. A noção de monumento histórico, segundo a carta, extrapola os grandes edifícios históricos como na Carta de Atenas, passando a compreender as áreas mais extensas do sítio rural e urbano, incorporando inclusive as obras arquitetônicas mais modestas que são dotadas de significado cultural para a população.

Segundo a Carta de Veneza (IPHAN, 2008, p. 1):

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade.

A carta estabelece que as medidas de conservação e restauração dos monumentos devem ser elaboradas em nível internacional, devendo ser realizadas a manutenção permanente do imóvel e sua re-funcionalização para as necessidades da sociedade atual, de forma que os novos usos não venham a alterar a configuração ou decoração dos mesmos. Assim, o monumento deve ser conservado e restaurado em suas qualidades históricas e artísticas, mantendo seus volumes e cores.

Na carta, fica vetada qualquer forma de transladação dos monumentos históricos para outros sítios, a menos que sejam justificadas plausivelmente, as necessidades de tal ação, para o interesse nacional ou internacional. Da mesma forma, os ornamentos internos só serão retirados quando for necessário para a manutenção do edifício e a restauração só será adotada como uma medida excepcional, desde que sejam respeitados o material original e as técnicas tradicionais para a sua reconstituição. Quando for necessária a restauração, o emprego de técnicas modernas só deverá ser empreendido no sentido de recuperar a obra de sua destruição e os responsáveis pela obra poderão optar por revelar os estágios anteriores do imóvel quando estes forem mais relevantes e mais conservados do que o material superficial eliminado.

Assim, com a Carta de Veneza, o patrimônio edificado passou a englobar áreas mais extensas do tecido urbano, principalmente as áreas centrais e as obras posteriores à Revolução Industrial, dando diretrizes para a sua proteção que passa a ser regulada por entidades internacionais. Essa nova abordagem do patrimônio foi condizente com a criação do turismo cultural e a transformação da cultura em mercadoria, devido ao aumento do mercado consumidor pela massificação do lazer e da informação.

Em 1968, foi realizada em Paris, a XV Conferência Geral da UNESCO que elaborou uma recomendação com os critérios para a salvaguarda dos bens culturais ameaçados por obras, intitulada Recomendação de Paris de Obras Públicas ou Privadas. Esse documento conceitua os bens culturais imóveis como os sítios históricos, arqueológicos, ou científicos e as edificações ou outros bens de valor histórico, científicos, artísticos ou arquitetônicos, religiosos ou seculares, incluídos os conjuntos tradicionais, os bairros históricos das zonas urbanas e rurais e os vestígios de civilizações anteriores que possuam valor etnológico.

De acordo com a Recomendação, os imóveis do passado recente e os que ainda não foram reconhecidos e protegidos legalmente, bem como seu entorno, também deverão ser tratados como bens culturais. Para proteger esses bens deverão ser criados e mantidos atualizados os inventários dos imóveis já reconhecidos e protegidos legalmente e também para os demais imóveis de relevante interesse cultural, dando prioridade aos que estejam ameaçados por obras públicas ou privadas.

As medidas de proteção segundo a Recomendação de Paris de Obras Públicas e Privadas devem ter caráter preventivo e corretivo, sendo os bens culturais conservados *in situ*, a menos que o traslado para sítio semelhante, abandono ou destruição devido a necessidades econômicas ou sociais seja necessário. Estes bens deverão ser objeto de estudos minuciosos e os registros de dados de interesse deverão ser publicados e disponibilizados para futuros pesquisadores.

Para estimular a proteção dos bens culturais imóveis, a recomendação prevê medidas como: a diminuição dos impostos aos proprietários, a criação de um fundo ou orçamento destinado a subsidiar as manutenções ou re-funcionalizações adequadas a essas edificações, justificadas pela possibilidade de atrair o turismo cultural. Nesta mesma perspectiva, os Estados Membros deverão criar organismos oficiais apropriados, cabendo-lhes a fiscalização e punição dos proprietários que deterioraram os bens culturais, dando-lhes instruções sobre como procederem com os reparos e restaurações, e oferecendo-lhes auxílio técnico ou financeiro disponível. Por fim, os Estados devem encorajar a criação de projetos e programas que visem conscientizar e informar a população local sobre os bens culturais ameaçados por obras.

Em 1976, a UNESCO redigiu a Recomendação de Nairóbi que previa a indenização pela valorização do aluguel à população residente em bairros e sítios históricos, com o intuito de permanecessem em tais localidades, tanto para moradia como para comércio, evitando assim uma ruptura da trama social, já que os bens patrimoniais tendem a aumentar os encargos.

A recomendação também salientava a necessidade de estimular a formação de técnicos e artesãos na salvaguarda dos conjuntos históricos, bem como a conscientização da população com a educação básica e superior, os meios de comunicação e as exposições culturais. Segundo a recomendação, os Estados Membros devem buscar apoio internacional através dos organismos oficiais para a proteção dos seus bairros e sítios históricos, sendo vetada a alteração ou demolição dos mesmos.

Já no Brasil, as políticas de preservação do patrimônio cultural se iniciam com o Decreto-lei nº25 de 30 de novembro 1937, que define o patrimônio histórico e artístico nacional enquanto bens móveis e imóveis, nos quais a conservação tenha importância para a história nacional ou pelo caráter arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 2009).

Segundo o Decreto-lei, o tombamento de um imóvel compete ao SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que deverá transcrever o imóvel em livro de registro e averbá-lo ao lado da transcrição do domínio. Assim, o bem tombado não poderá ser destruído, demolido ou multilado sem prévia autorização do SPHAN sob pena de multa, devendo o proprietário encaminhar a tal entidade notificação sobre a necessidade de obras de manutenção ou reparo quando o mesmo for incapaz de realizá-lo. O SPHAN torna-se o responsável por inspecionar e fiscalizar os bens tombados, quando assim o desejar, sob pena de multa aos proprietários que se opuserem, e quando for necessária a alienação do imóvel tombado, o mesmo ficará ao cargo da União, Estado e município, respectivamente.

Em 1964, a ditadura militar se instala no país e os bens artísticos e culturais passam a ser associados a uma forma de desenvolver economicamente o território nacional com o turismo. Assim, foi criada em 1966 a EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo). Esta busca, a princípio, divulgar no exterior uma imagem cultural e política de nosso país, como sendo um lugar democrático e festivo. O patrimônio arquitetônico participa dessa consolidação da imagem nacional, uma vez que os bens selecionados para o tombamento representam uma tentativa de expressar a identidade e a tradição brasileira. No entanto, verifica-se que os imóveis históricos tombados contribuem para a legitimação ideológica e política da classe dominante no território nacional (COSTA, 2005).

Segundo Vieira (2002), os Decretos-Leis nº 25/1937 e 149/1969 da legislação federal e estadual, respectivamente, definem e protegem o patrimônio histórico e artístico do tipo móvel e imóvel nacional de interesse público, que possua uma ligação a fatos históricos brasileiros e por seu valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico. Os imóveis protegidos por lei variam de tamanho e estrutura, podendo ser apenas um edifício isolado como um monumento, um palacete, um templo, ou então, ruas, viadutos ou vilas que representem marcos da ação humana no espaço urbano.

No ano de 1970 em Brasília ocorreu o I Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais que ratificaram o documento intitulado Compromisso de Brasília. Esse documento reconhece a necessidade de ação supletiva dos estados e

municípios frente à atuação federal da DPHAT (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) concernente aos bens culturais de valor regional. Assim, os estados e municípios deverão criar os órgãos adequados para elaborar leis condizentes ao Decreto-lei de 1937 e fiscalizar os bens contando com a colaboração do DPHAT.

Em 1987, ficou definido no I Seminário Brasileiro para a Preservação e Revitalização de Centros Históricos que a cidade como um todo é um organismo histórico e sua preservação não deve restringir o uso desses espaços, mas diversificá-lo e inseri-lo nas atividades cotidianas da produção urbana. Ademais, sugere, haja vista o grande déficit habitacional do Brasil, que o patrimônio edificado seja ocupado primordialmente pela habitação, quando for respeitada a heterogeneidade da área central, garantindo assim, a permanência da população local nestes espaços junto com as suas atividades tradicionais (ICOMOS, 1987).

A Constituição da República Federativa do Brasil é formulada em 1988 e em seu parágrafo 23, delega à União, Estados, Distrito Federal e municípios, a proteção do patrimônio histórico-cultural, através de suas legislações específicas, impedindo sua evasão, destruição e descaracterização, a fim de promover os meios de acesso à cultural, educação e ciência.

Em seu artigo 216, a lei define o patrimônio cultural brasileiro:

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens da natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Outra medida que fomenta o desenvolvimento cultural brasileiro é a Lei 8.313 de 23 de dezembro de 1991, conhecida como Lei Rouanet. De acordo com a lei, os investimentos nas diversas formas de expressão culturais nacionais possibilitam um abatimento de 6% do imposto de renda para as pessoas físicas e 4% para as pessoas jurídicas (BRASIL, 1991).

As cidades, principalmente as localizadas em países de industrialização recente que sofreram um rápido e violento processo de urbanização, possuem áreas centrais degradadas pelas mudanças do capitalismo. Esses centros urbanos são alvo de projetos de revitalização que ora, se apropriam de áreas mais extensas, ora se apropriam apenas de alguns edifícios pontuais. Assim, o espaço urbano comporta a co-existência de múltiplas temporalidades em suas formas, pois se aproveita das formas antigas adaptando-as aos novos modos de produção.

Para Freitag (2003), as cidades brasileiras históricas foram erguidas durante o período colonial, sendo alvo de destruição e revitalização na modernidade de acordo com os critérios

de higienização (O. Cruz e Pereira Passos), embelezamento (C. Sitte) e funcionalidade (Hausmann). Assim, a estrutura dessas cidades se adaptou as inovações dos meios de transporte, do saneamento básico e da verticalização, contribuindo para a perda de seu patrimônio histórico. Essas cidades estão recentemente, voltando seus olhares para os edifícios e áreas históricas procurando revitalizar esses espaços e preservá-los para o futuro. No entanto, percebe-se que as iniciativas são pontuais e isoladas, sem valorizar o conjunto da “substância urbana” histórica, o que demonstra uma falta de consciência a cerca da importância dessas construções em uma época em que quase todos esses espaços já foram destruídos pela modernidade homogeneizante.

No Brasil, a revitalização de áreas urbanas é um fenômeno recente devido a pouca idade de nossas cidades e à recente incorporação desses valores na cultura local. Porém, as políticas públicas de conservação do patrimônio histórico não são ingênuas: na verdade, elas têm um objetivo - nem sempre claro - de transformação desses espaços em mercadorias para o consumo através do turismo (VIEIRA, 2002).

O processo de conservação e revitalização das áreas urbanas, de interesse histórico e artístico, tem provocado uma valorização financeira desses espaços, o que contribui para a vinda de pessoas de poder aquisitivo mais elevado do que aquelas que residiam nessas áreas anteriormente. Juntamente com esse fenômeno, observa-se a transformação dessas áreas, muitas vezes residenciais, em comércio e assim, provocando um esvaziamento demográfico do local (FERREIRA, 1999/2000).

A revitalização de áreas históricas é uma alternativa para a manutenção das características locais do espaço urbano e permite a sua exploração pela economia globalizante. Portanto, preservar a memória urbana não significa uma resistência ao capitalismo, mas antes uma possibilidade de se afirmar a identidade do lugar, usando-a possivelmente, como estratégia de lucro. Esses espaços revitalizados irão aparecer como novas mercadorias de consumo a partir da transformação de suas velhas formas pelas novas divisões do trabalho.

Segundo Vieira (2002, p. 14-15):

A revalorização de espaços antigos, bairros, ruas, prédios, fachadas, enfim, formas materiais de outros tempos, tem bem o significado da re-produção. Não são elementos novos, criados no presente, mas também não são o retorno de elementos antigos, criados no passado. São, a um só tempo, a utilização do passado e do presente. Uma nova maneira de utilizar os velhos espaços, para fins diversos daqueles que justificaram as suas construções, mas mantendo a mesma essência do lugar, manifesta nos elementos dominantes de representação do Poder, ou sua contestação.

Geralmente o processo de revitalização urbana segue uma fórmula básica, copiada no mundo todo: patrimonialização da área, estetização, espetacularização, padronização dos espaços e a gentrificação (elitização do espaço) (JEUDY, 2005 apud ARAÚJO; ALMEIDA, 2007). No entanto, esse processo deve ocorrer com a participação popular e demonstrando o respeito pela cultura local, para que não se torne uma ação externa, impositiva e sem sentido para essa comunidade.

Atualmente, o tombamento pode ocorrer em nível federal pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em nível estadual pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico) e pelas prefeituras municipais com a adoção de uma legislação específica ou condizente com a federal.

Já o processo de gentrificação consiste na melhoria da infra-estrutura do bairro histórico, atraindo investimentos e especulação imobiliária. No entanto, este processo é acompanhado pela expulsão da população residente para outros locais devido ao aumento do valor do solo e a instalação de atividades comerciais e turísticas. Os projetos de gentrificação foram bastante utilizados na Europa com seus bairros antigos e industriais que se encontravam abandonados, promovendo a melhoria estética dos mesmos sem a inclusão da população residente (IAOCHITE, 2005).

A vida moderna se reproduz cotidianamente no espaço urbano e esses lugares estabelecem vínculos constantes com os indivíduos pelos usos estes fazem do espaço. Os lugares são percebidos, vividos e concebidos social e historicamente através das suas relações intrínsecas e externas com outros lugares. Assim, a memória da cidade, ou melhor, as memórias urbanas são uma forma de valorizar as relações estabelecidas entre a sociedade e o seu lugar, valorizando a sua história sem contradizer a tendência da globalização, mas inserindo-a nessa lógica de forma lucrativa.

As atuais políticas urbanas devem ser capazes de aliar as formas históricas não só com os interesses econômicos, mas com a possibilidade de construção de uma identidade sólida e consciente de sua história e de seu papel na contemporaneidade, pois segundo Hewison (1987 apud HARVEY, 2002, p. 85):

O impulso de preservar o passado é parte do impulso de preservar o eu. Sem saber onde estivermos, é difícil saber para onde estamos indo. O passado é o fundamento da identidade individual e coletiva; objetos do passado são a fonte da significação como símbolos culturais. A continuidade entre passado e presente cria um sentido de seqüência para o caos aleatório e, como a mudança é inevitável, um sistema estável de sentidos organizados nos permite lidar com a inovação e a decadência.

Dentro dessa lógica, encontra-se a relação dialética dos espaços locais com suas qualidades estéticas, históricas e culturais próprias e o capitalismo global que utiliza dessas particularidades para garantir a sua renda monopolista. No entanto, esse processo de mercantilização dos bens culturais perpassa por questões referentes à preservação da memória coletiva local e de sua identidade. Uma vez perdidas estas características, dificilmente o local continuará a ser visitado.

Destarte, é necessário aliar os interesses econômicos do capital monopolista global com a administração pública que deverá sempre se opor à banalização de seu espaço. Assim, as cidades devem realçar as suas diferenças locais, permitindo a sua reprodução para que se tornem lugares interessantes para se viver e se consumir. Uma vez valorizadas, as características locais das cidades se tornam palco para a construção de um tipo diferente de globalização em que há uma apropriação da sociedade sobre seu tempo e espaço.

O patrimônio histórico presente no espaço urbano está inserido dentro de uma nova articulação entre o local e o global, já que a expansão dos mercados pelo mundo e, sua conseqüente homogeneização, acaba dependendo das diferenças de cada localidade (HALL, 2006). Assim, torna-se necessário promover a conservação desse patrimônio para que ele continue exercendo a sua função histórica, cultural e econômica, em conjunto com a conscientização da população sobre a sua identidade e memória.

Segundo Costa (2005), a patrimonialização dos edifícios históricos altera os percursos, as trajetórias e os lugares, uma vez que estes bens passam a gozar de uma maior notoriedade no espaço urbano. Uma vez tombados, esses imóveis deixam de representar somente a identidade, tradição e cultura local, para estabelecer novos valores vinculados ao consumo. Os novos valores econômicos que os imóveis passam a vincular são legitimados pelas políticas públicas de preservação que dão suporte às atividades urbanas relacionadas.

Os novos percursos, trajetórias e lugares criados pelo patrimônio se relacionam principalmente com dois grupos distintos: a população local e os turistas, cada um com suas necessidades distintas, definindo uma subordinação dos trajetos percorridos aos pontos patrimoniais, diferentemente dos pontos vazios de sentido que se condicionam aos trajetos urbanos.

Os espaços re-criados pelas políticas de patrimônio necessitam de novos atores sociais que zelem pelos mesmos, mas o que se verifica, na maioria das cidades brasileiras, é uma ausência de consciência e de práticas públicas e privadas.



*Figura 02: Foto digitalizada da Gruta com o Teatro da Paz aos fundos, centro de Limeira – SP (sem data).
Fonte: Acervo do Museu Histórico Pedagógico “Major Levy Sobrinho”.*

A preocupação com o patrimônio histórico é recente na história da civilização humana, principalmente no Brasil que foi colônia por quatro séculos e cujos detentores do poder sempre valorizaram mais os bens culturais europeus do que os seus. Apenas em meados do século XX é que o conceito de patrimônio histórico começa a se estender para os bens do passado recente e para as diversas formas de manifestações culturais, época na qual foram elaboradas medidas internacionais de conservação e restauração. A valorização do patrimônio local passa a ser uma alternativa para a geração de divisas com o desenvolvimento de atividades turísticas e os bens culturais acabam virando uma mercadoria de consumo e espetacularização.

Porém, a demora na preocupação com o patrimônio nacional fez com que grande parte deste já se encontrasse destruído. Outro fator que contribuiu para a destruição do patrimônio histórico edificado nacional foi o rápido crescimento demográfico urbano, a partir de meados do século XX, facilitados pelo êxodo rural e pelas migrações. Cumpre ressaltar que as principais rodovias que cortam o território nacional datam deste período. Desta forma, o ecletismo arquitetônico que representavam os diversos ciclos econômicos nacionais, como a cana-de-açúcar, a mineração e o café, foi substituído pela padronização das construções modernas. Este fenômeno é observado na cidade de Limeira – SP, que possui em sua área central alguns exemplares arquitetônicos remanescentes do ciclo cafeeiro, os quais se encontram em estágio avançado de deterioração devido a recente elaboração de políticas públicas locais que visem a conservação destes imóveis.

A atual pesquisa visa contribuir para a elaboração de projetos de conservação do patrimônio histórico arquitetônico de Limeira que sejam significativos para a população local e que possam contribuir para a geração de divisas com a implantação de atividades culturais ou turísticas. Assim, foram selecionados alguns edifícios localizados na área central seguindo o critério de singularidade histórica e arquitetônica e que fossem de uso público.

Para realizar o levantamento histórico desses imóveis e do município foi feita uma pesquisa nos arquivos do Museu Histórico e Pedagógico “Major José Levy Sobrinho”, através de livros, jornais, fitas de áudio e fotos históricas, bem como uma entrevista oral com a Coordenadora do Museu, Ariadne Francisca Carrera Miguel, no dia 16 de março do presente ano. Além deste levantamento histórico foram realizados trabalhos de campo aos edifícios com registro fotográfico e um levantamento dos inventários feitos pela Prefeitura Municipal de Limeira, a fim de obter uma caracterização das condições atuais destes imóveis. Essas informações coletadas foram agrupadas e serão relatadas a seguir.

2.1 Histórico do município

O município de Limeira está localizado na Região Administrativa de Campinas, estando a 154 quilômetros de distância da cidade de São Paulo e às margens de importantes rodovias estaduais (Figura 03). Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2007, o município de Limeira possui uma área total de 581 km² contendo 272.734 habitantes.

A região onde se encontra o município de Limeira foi desbravada primeiramente pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva em 1682 que seguia viagem até Goiás. O seu filho, homônimo, refez esse caminho em 1722, parando num rancho que viria a ser o princípio da cidade de Limeira, localizado a 162 quilômetros de São Paulo, às margens do ribeirão Tatuhiby. Esse rancho, que se erguia sob grossos troncos de árvores e se encontrava coberto por folhas secas, era conhecido como Rancho do Morro Azul devido à suave elevação do terreno ao fundo. O rancho servia de repouso para os tropeiros que vinham do sul pelas trilhas abertas, no meio da mata, e seguiam em direção à região da mineração, levando alimentos, animais para o transporte e correspondências (REDONDANO, 2000).

A região onde se localiza a cidade de Limeira pertencia a uma sesmaria que se estendia de Itu à Araraquara, porém esse território foi se fragmentando em partes menores, dando origem a grandes fazendas, como a Ibicaba, Morro Azul dentre outras. Na sesmaria do Morro Azul havia um rancho e um pé de laranja-lima em suas proximidades, se tornando conhecido também por Rancho da Limeira, onde Cunha Bastos construiu um casebre de pau-a-pique. O seu filho, Capitão Cunha Bastos, comprou essa sesmaria onde se localizava o rancho e doou parte das terras para a construção da primeira capela Nossa Senhora das Dores de Tatuhiby, tornando-se o fundador da cidade em 1826.

Segundo Busch (1967), com a vinda da família real portuguesa e a abertura dos portos às nações amigas, no início do século XIX, as frentes de ocupação do interior brasileiro foram intensificadas. Assim, toda a região de Limeira começa a ser povoada por brasileiros e europeus interessados em solo fértil, que conseqüentemente, acabariam por derrubar e queimar a mata nativa.

A ocupação dos sesmeiros e posseiros na região ocorreu nas terras ao longo do Ribeirão Tatu e do Pinhal com as lavouras de cana-de-açúcar e seus engenhos. Todavia, era necessário dinamizar essa produção com um transporte mais eficiente e então, o fazendeiro Nicolau Vergueiro, apoiado pelos agricultores da região, requisitou a construção de uma estrada.

Mapa de localização do município de Limeira - SP

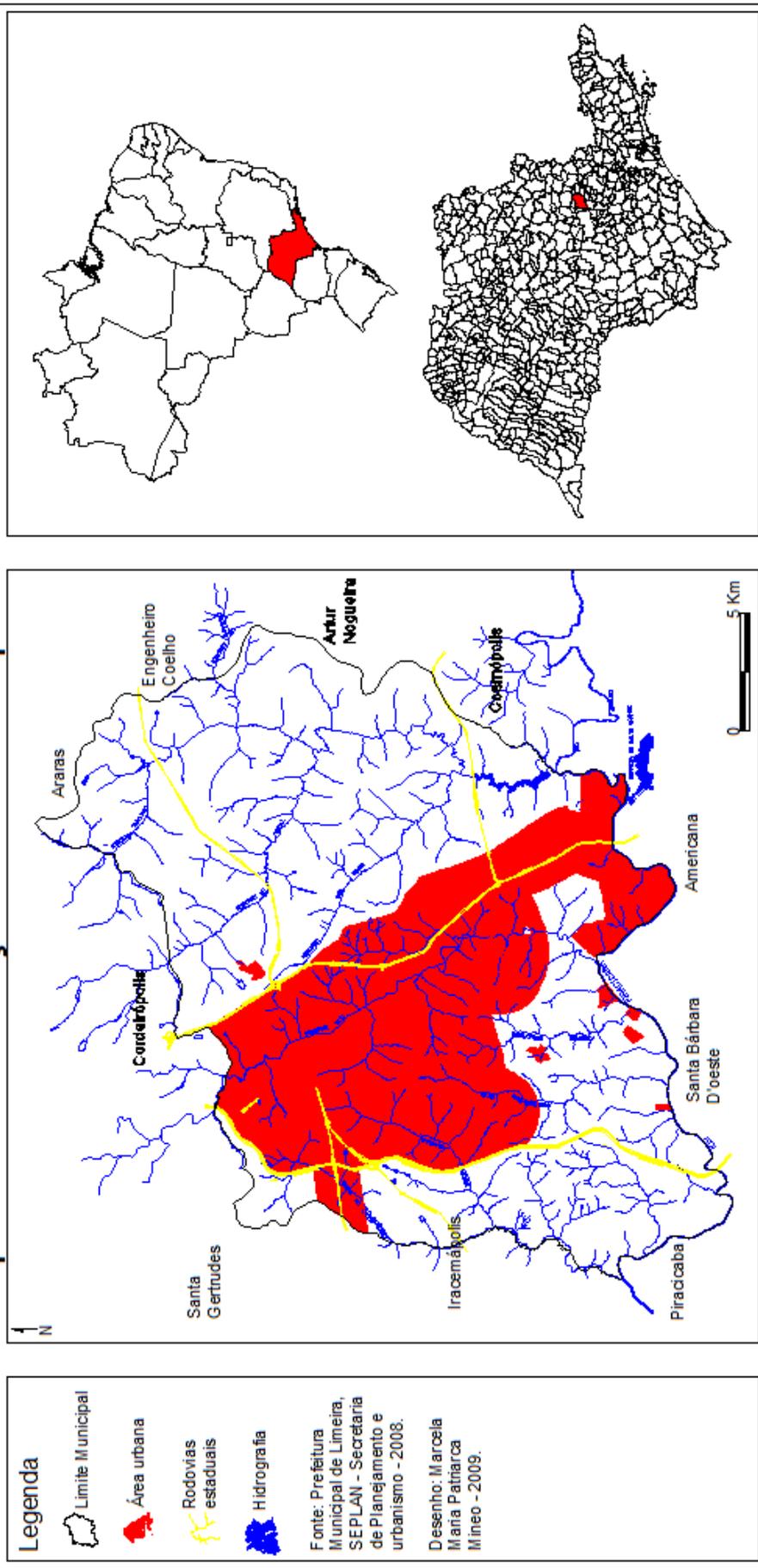


Figura 03 – Mapa de localização do município de Limeira – SP.

O fator propulsor do povoamento da cidade de Limeira foi à construção da estrada que ligava o Morro Azul à Campinas, passando próxima a margem direita do Ribeirão Tatu, onde se encontrava o rancho. A construção da estrada, conhecida como Estrada Geral, se iniciou em 1823 e teve a sua conclusão em 1826. Aos poucos, foram se erguendo em volta do rancho, casebres, vendas, oficinas e pousadas, dando início ao núcleo do povoado.

O Distrito de Tatuiby, subordinado à Vila Nova da Constituição (Piracicaba) foi criado em março de 1830, devido aos esforços de Nicolau Vergueiro. Esse distrito encontrava-se limitado pela Freguesia de São João de Rio Claro e pelos municípios de Mogi-Mirim, Campinas e Piracicaba. Em dezembro do mesmo ano, o distrito foi elevado à freguesia recebendo o nome de Nossa Senhora das Dores de Tatuiby e em fevereiro de 1831, a sua capela foi elevada a Curato, sediando os primeiros casamentos, batizados e velórios locais. Em 1842 a freguesia Nossa Senhora das Dores de Tatuiby foi elevada à Vila de Limeira pelo Dr. Nicolau Vergueiro, então deputado da Assembléia Legislativa de São Paulo, abrangendo também as freguesias de Rio Claro e Pirassununga. A elevação à cidade de Limeira ocorreu em abril de 1863, pelo Barão de Rio Claro, completando a sua ascensão político-administrativa (BUSCH, 1967; REDONDANO, 2000).

O Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro adquiriu, em 1817, parte das terras da sesmaria do Morro Azul, dando origem a mais famosa fazenda de cana-de-açúcar da região, a Fazenda Ibicaba. Já em 1828, a cana fora substituída pelo café na fazenda Ibicaba, mas a mão-de-obra utilizada era a de negros escravos. Foi só em 1840, que o Dr. Vergueiro trouxe 80 portugueses para trabalhar em suas lavouras de café, se tornando assim, o primeiro a fazer uso da mão-de-obra imigrante européia no Brasil. Esta colônia, no entanto, foi desfeita em 1842. Cinco anos mais tarde, foi fundada a Colônia Vergueiro com mais de 400 colonos alemães que trabalhavam sob um sistema de parceria, sendo que os custos do transporte até a fazenda deveriam ser pagos pelo colono, junto com seus primeiros proventos. Os colonos moravam em casa própria, com suas respectivas famílias, em uma vila separada dos escravos. A Fazenda Ibicaba possibilitou ao colono europeu a possibilidade de trabalhar em diversas oficinas, incrementando as técnicas agrícolas e comercializando-as na região (BUSCH, 1967; REDONDANO, 2000).

A firma “Vergueiro e Cia.” fundou em 1855 a Colônia Angélica, trazendo para cá imigrantes suíços, belgas, alemães, portugueses e espanhóis. Um desses colonos de nacionalidade suíça, Thomas Davatz, liderou a Revolta dos Parceiros em 1857, pois eles estavam em desacordo com as políticas de parceria que sempre beneficiavam os barões do café. A divulgação desta revolta na Ibicaba culminou na intervenção do consulado suíço e do

governo imperial para apurar os fatos e na deportação do colono e família à sua terra natal. Thomas Davatz publicou um relato de suas experiências conhecido como “Memórias de um colono no Brasil” que foi traduzido e lido na Europa e acabou provocando a decadência do sistema de parceria na época (BUSCH, 1967; REDONDANO, 2000).

Segundo Redondano (2000), de 1864 a 1870 a fazenda Ibicaba foi utilizada pelo governo brasileiro para o treinamento de voluntários e depósito de armamentos durante a Guerra do Paraguai. Com o fim da guerra, o governo nacional decide atrair os imigrantes europeus e iniciou uma série de medidas, como o custeio do transporte e acomodação dos imigrantes, bem como a criação da Sociedade Protetora da Imigração que resultou no grande fluxo de imigrantes italianos para a região.

A iniciativa pioneira da Fazenda Ibicaba deu à Limeira o título de “Berço da imigração européia de cunho particular” e fez com que a substituição do trabalho escravo pelo sistema de parceria se espalhasse pelo estado de São Paulo. Este fato contribuiu para a aprovação das seguintes leis: Eusébio de Queiroz, que extinguiu o tráfico de negros; Lei de Terras, que regulamentava a posse das terras através de sua compra; e a Lei Áurea, que abolia a escravidão no final do século XIX.

A Fazenda Ibicaba foi vendida em 1890 por Simão e José Levy em sociedade com o Coronel Flamínio Ferreira que mantiveram a produção cafeeira. Posteriormente, os Levy compraram a parte de Flamínio Ferreira e, em 1944, a fazenda fora dividida entre os seus herdeiros.

Os lucros advindos da exportação do café contribuíram para que os agricultores melhorassem o meio de transporte da época, até então feito por carro de boi e muares, substituindo-o pela ferrovia, o que o tornou mais barato e rápido. As obras da ferrovia que ligavam Campinas à Rio Claro, foram iniciadas em 1873 e concluídas três anos mais tarde, com a sua abertura oficial em Limeira. Tudo isso colaborou para a expansão do ciclo do café no interior paulista, provocando uma superprodução. A quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 provocou uma redução na produção e exportação do café para os EUA e na Europa. Esta crise fez com que os produtores locais buscassem novas alternativas, tal como a produção da cana, algodão e laranja.

Ainda no início do século XIX já havia a produção da laranja-bahia nos pomares limeirenses. Joaquim Rocha Camargo as comercializava em cestas na estação ferroviária de Limeira em 1880. No início do século XX, o Major José Levy Sobrinho, recebeu algumas mudas e iniciou o cultivo da laranja que se expandiu para 17.000 pés em sua Chácara Bahiana. Em 1911, Mário de Souza Queiroz, decide plantar frutas cítricas com o auxílio de

técnicas de multiplicação rápida de mudas, as quais foram copiadas por toda a região. A Fazenda Citra de João Dierberc tornou-se grande produtora de mudas cítricas em 1925.



Figura 04 – Foto digitalizada da cidade de Limeira por volta de 1900.
Fonte: (HEFLINGER, sem data).

Nas décadas que se seguiram, a economia limeirense estava toda voltada para a produção e comercialização de cítricos, se tornando a maior exportadora desse gênero no estado de São Paulo. Porém, durante a II Guerra Mundial, a exportação de laranja caiu, se recuperando com facilidade devido à expansão dos mercados internos e a fabricação de seus derivados. O transporte rodoviário passou a ser o principal meio de circular a produção, a partir da década de 1950, com o asfaltamento das estradas, o que gerou um aumento do consumo interno e fez com que o município de Limeira se tornasse conhecido como a “Capital da Laranja”.

Em 1948 e 1953, respectivamente, os distritos de Cordeirópolis e Iracemápolis são emancipados, respectivamente, fazendo com que o município de Limeira perdesse grandes áreas agrícolas. Apesar deste fato, a atividade industrial ganhou força na cidade devido à proximidade de grandes centros urbanos, como Campinas e São Paulo, o acúmulo do dinheiro dos cafeicultores e a presença de infra-estrutura urbana.

Segundo Rosada (2005), nos anos de 1940, Limeira era o quinto maior centro industrial do estado de São Paulo. Na década seguinte, as indústrias de autopeças se instalaram na cidade, graças à política de incentivo a indústria automobilística de Juscelino Kubitschek, tornando-se importantes empresas locais. Atualmente, a atividade industrial emprega 52% da população economicamente ativa (PEA) e continua atraindo imigrantes de outros estados, principalmente do Paraná, Minas Gerais e Bahia, que compõem cerca de 55% da população residente.

A atividade industrial de Limeira é constituída por diversos ramos, como: metalúrgica, mecânica, alimentícia, jóias, papel e papelão, muitos dos quais pertencem a grandes grupos internacionais. O município de Limeira ainda se destaca pela produção sucro-alcooleira que provoca impactos negativos na área urbana, como a baixa qualidade do ar devido às queimadas e à frota de veículos.

De maneira geral, até a década de 1960, a cidade mantinha suas feições ecléticas e sua estrutura sem grandes alterações, pois seu crescimento era vagaroso. A partir desta época, as indústrias locais saíram do centro da cidade e foram se instalar em áreas mais afastadas e amplas, dividindo seus lotes para dar lugar ao comércio. O mesmo ocorreu com grande parte das residências localizadas na área central que foram demolidas ou adaptadas para o comércio, contribuindo para a homogeneização das formas (ROSADA, 2005).

As décadas de 1960 e 1970 marcaram um período de grande prosperidade econômica para o país, o que favoreceu o crescimento urbano e as migrações internas. Assim, entre as décadas de 1960 a 1985, a população limeirense triplica de 60 mil para 186 mil habitantes, transformando radicalmente as formas e estruturas da cidade. Neste período de *boom* demográfico, o patrimônio da cidade foi quase todo destruído, restando apenas alguns exemplares que se encontram deteriorados e ameaçados (ROSADA, 2005).

De 1985 a 1995 houve um processo de verticalização da região central da cidade, passando de cinco prédios no início do período para mais de 80 exemplares após dez anos. A queda na verticalização da região central, a partir de 1995, foi causada pela proliferação dos condomínios fechados horizontais em torno da área central. Neste mesmo período, as atividades comerciais do centro foram estagnadas pela criação do Limeira Shopping, às margens da rodovia Anhanguera.

Já no final da década de 1990, o shopping entra em crise e o centro da cidade volta a se expandir economicamente, criando inclusive novos percursos, como a região denominada de “Centro Acima”, formada por um segmento de comércio e serviços mais requintados. A região central passa a perder ainda mais sua população residente, composta agora por algumas

famílias idosas, pois as famílias de várias faixas etárias se encontram nos condomínios verticais do centro (ROSADA, 2005).

O processo de revalorização da área central é acompanhado pelo acréscimo dos valores do solo urbano e pelo esvaziamento residencial, provocando a expansão horizontal da cidade e o aumento da especulação imobiliária.

A região central da cidade é marcada pela concentração de importantes vias de circulação da cidade. Assim o trânsito de veículos é lento, agravado pela presença de ruas estreitas. A região central caracteriza-se por um gabarito bastante uniforme de construções, formando um tecido coeso de um ou dois pavimentos que são interrompidos, em vários pontos, por prédios de até 20 pavimentos. Por mais que as construções antigas tenham sido alteradas com o tempo, elas não aumentaram seu volume, pois suas estruturas não permitiram. Assim, a única maneira encontrada para expandir as construções foi avançar sobre os quintais, tornando as quadras, um grande e unificado emaranhado de prédios, sem áreas livres. Já a presença de vazios na região central é ocupada por praças e largos arborizados, geralmente compostos por alguma edificação pública no centro (ROSADA, 2005).

Segundo o Plano Diretor Territorial-Ambiental do Município de Limeira (2009), o centro de Limeira é definido como ZC (zona central), que consiste no centro histórico da cidade e suas áreas contíguas, com a presença de edificações térreas e verticalizadas, comércio e serviços, com destaque aos equipamentos, e edifícios de valor histórico e arquitetônico (Figura 05).

O processo de industrialização promoveu o crescimento urbano de Limeira que foi ao mesmo tempo, vertical, no centro da cidade, e horizontal pelos novos loteamentos populares criados por incentivos políticos à imigração regional. Paralelamente ao crescimento urbano pela industrialização, ocorreu outro fenômeno a partir da década de 1970, conhecido por descentralização da metrópole paulista que fora estimulado por políticas públicas que incentivavam a migração da população paulistana às cidades médias do interior, ocasionando uma alteração na configuração desses territórios (MARTINELLI, 2004).

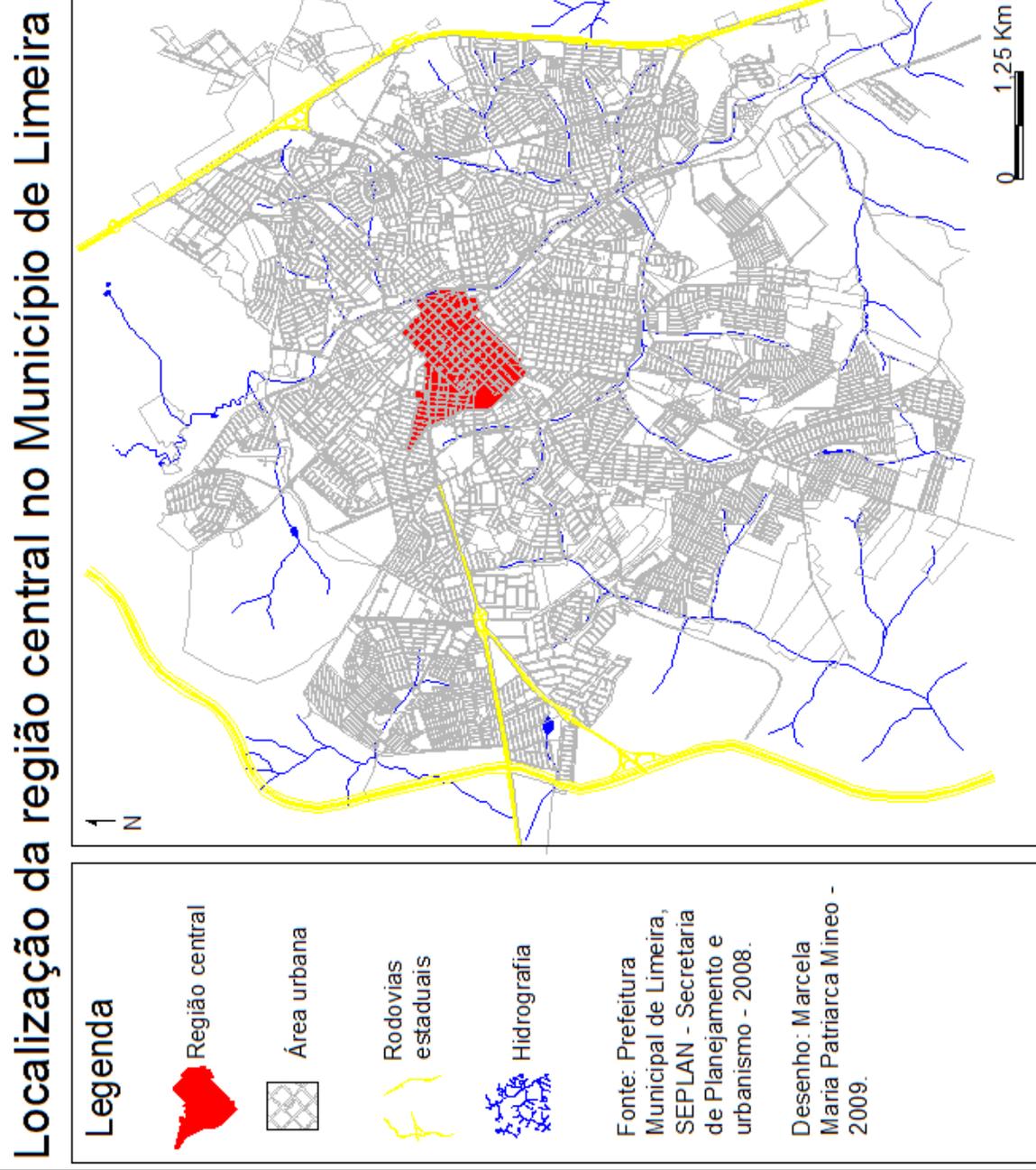


Figura 05 – Mapa de localização da região central de Limeira-SP

O município de Limeira participou ativamente da história nacional devido às iniciativas pioneiras de seus ilustres moradores. Essa história está representada nos monumentos e edifícios conservados na área central da cidade que representam o poder e a opulência da elite local durante os diferentes ciclos econômicos, pois o centro da cidade em si está associado à idéia de referência e dominação. Ainda que a função desses edifícios tenha se modificado ao longo dos anos, eles mantêm a sua forma arquitetônica de estilos variados, impondo-se como marcos sobre a homogeneidade da estrutura urbana.

Segundo Heflinger Jr. (2000, p. 21-22):

Foi a partir da década de 1960, que a cidade assumiria definitivamente uma inegável descaracterização, 'apagando' as pequenas chácaras e as deliciosas casas com quintais, decorados com canteiros de rosas, acompanhados pela sombra e perfume das jabuticabeiras, goiabeiras, mangueiras (...). A *Limeira dos Laranjais Floridos*, foi vitimada pelo crescimento vertical, inchada pela migração e principalmente pelo mau gosto no estabelecimento de bairros populares, que graças aos políticos mal intencionados, ofuscaram a beleza natural de nossas matas e montes (...). Devido ao desconhecimento de seus mais importantes referenciais e ignorância ainda mais absurda no que tange à nossa vocação ao turismo, tornando-nos um povo "sem memória", preço este que pagamos pela desvalorização de nossa história documental e pela dilapidação de nosso patrimônio histórico-arquitetônico.

Percebe-se que a escolha dos edifícios a serem preservados está permeada por ideologias de classe que se reconhece em tais monumentos e mantêm a sua cômoda situação no poder, reafirmando o seu *status* através do espaço urbano. No entanto, esses imóveis são fracamente explorados pelo turismo cultural, sendo renegados ao uso da administração pública que apenas recentemente os incluiu em sua pasta, afirmando as suas qualidades históricas e arquitetônicas e a sua necessidade de conservação. Assim, ao transitar pelo centro da cidade de Limeira-SP, é possível reconhecer alguns edifícios que se destacam pela singularidade arquitetônica e que atribuem ao espaço urbano uma série de códigos de mensagens legíveis aos moradores locais.

Esses imóveis isolados determinam os percursos e trajetos da população residente, constituindo-se em marcos referenciais no espaço urbano, ainda que se encontrem em estágio de deterioração ou escondidos atrás de anúncios publicitários e fios de iluminação pública. Além disso, esses imóveis sediaram importantes acontecimentos históricos que relatam a identidade e cultura local.

Valorizar e conservar esses edifícios históricos são alternativas que poderiam contribuir para elevar a auto-estima e o orgulho dos limeirenses, como educação histórica aos moradores imigrantes, e como alternativa econômica com a sua exploração pelo turismo cultural.

2.2 Os edifícios selecionados para a pesquisa

2.2.1 Igreja Nossa Senhora da Boa Morte e Assumpção



Figura 06 – Foto digitalizada da Igreja Nossa Senhora da Boa Morte e Assumpção na década de 1960. Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Major José Levy Sobrinho”.

A igreja é considerada o edifício mais antigo da cidade, cuja construção se iniciou em 1858 e foi concluída em 15 de agosto de 1867 com intensas festividades. O imóvel é de propriedade particular, erguido pela Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte e Assumpção que desejava freqüentar uma igreja à altura da elite cafeeira da época e assim se separar dos cidadãos comuns que usavam a deteriorada igreja matriz. O local escolhido para abrigar a igreja era um largo composto por árvores e arbustos situado em um terreno de altitude mais elevada que a matriz, estando a duas quadras a sudoeste desta em distância (BUSCH, 1967).

A igreja foi construída em estilo barroco, sob responsabilidade do Barão de Cascalho que utilizou a mão de obra escrava para erguer as paredes laterais em barro socado e as torres laterais em tijolos. Já a cobertura, o acabamento interno, e os sinos, importados de Portugal, ficaram ao encargo de Bento Manoel de Barros, o Barão de Campinas, que contratou o arquiteto Aurélio Civatti para o serviço artístico.

Em 1869, a irmandade foi elevada à condição de Confraria Nossa Senhora da Boa Morte e Assumpção pelo Papa Pio IX e no mesmo ano, o Barão de Campinas doou o cemitério da Boa Morte, que havia mandado construir, à Confraria através de escritura pública. Neste cemitério da Boa Morte foram realizados os sepultamentos dos limeirenses até a década de 1880, quando foi inaugurado o atual cemitério municipal (GAZETA DE LIMEIRA, 1980).

Em 1873, o Barão de Campinas morre e seu corpo é enterrado na capela-mor da igreja, possuindo ainda seu retrato na sacristia e uma inscrição ao seu respeito no sopé da escada (BUSCH, 1967).

A igreja passou a funcionar como matriz, ironicamente, um ano após a sua inauguração até 1876, dada as reformas pela qual passavam a Igreja Nossa Senhora das Dores. Em 1917, começou a funcionar no andar superior da igreja a “Escola Mista N. S. da Assumpção”. E de 1949 a 1971 a igreja voltou a sediar as atividades da igreja matriz devido às obras de demolição e construção da nova Igreja Nossa Senhora das Dores (CONDEPHALI, 2009b).

Sobre o imóvel merece destacar que:

Sua construção é do tipo barroca, com paredes de taipa de pilão em dois pavimentos. Sua fachada principal possui duas torres laterais que dão acesso ao sino. O telhado é formado de duas águas em telhas de barro do tipo francesa sobre tesouras originais de madeira. Possui nave principal com pinturas parentais e forros decorados com esculturas florais em douração. No altar-mor o forro é de madeira em arco ogival com belíssima pintura de Nossa Senhora. A capela de Nossa Senhora Aparecida possuía forro original do tipo saia e camisa, tendo sido substituído por novo forro sem critérios de restauro. A sacristia e demais salas também possuíam forros de madeira do tipo saia e camisa, estes, porém foram retirados sem nenhum critério de preservação e ainda encontram-se sem forro. Resta apenas um forro original em uma das salas do pavimento superior. No altar-mor existe altar principal decorado com elementos neoclássicos, ao estilo barroco. Na nave principal estão dois altares laterais na parede do arco cruzeiro, além de outro altar na Capela de Nossa Senhora Aparecida. Todos os altares possuem características barrocas. O pavimento térreo possui piso de ladrilho hidráulico em todos os ambientes, sendo que no altar-mor existem degraus de mármore branco. O pavimento superior possui piso em tábuas largas de madeira, ainda originais. As esquadrias (portas e janelas) são de madeira com vidros coloridos e vitrais. As janelas laterais do pavimento superior possuem guarda-corpo em ferro pintado. As janelas do altar-mor são de vitrais. O para-vento da porta principal também é de madeira com vitrais desenhados. Para acesso ao pavimento superior, onde estão localizados o Côo e algumas salas, existem duas escadas laterais de madeira com corrimão em balaústres de madeira. O mobiliário existente (bancos, confessionário, área da sacristia) é original. Existem banheiros novos construídos de maneira inadequada, fazendo divisa com paredes de taipa.” (CONDEPHALI, 2009b, p. 4).

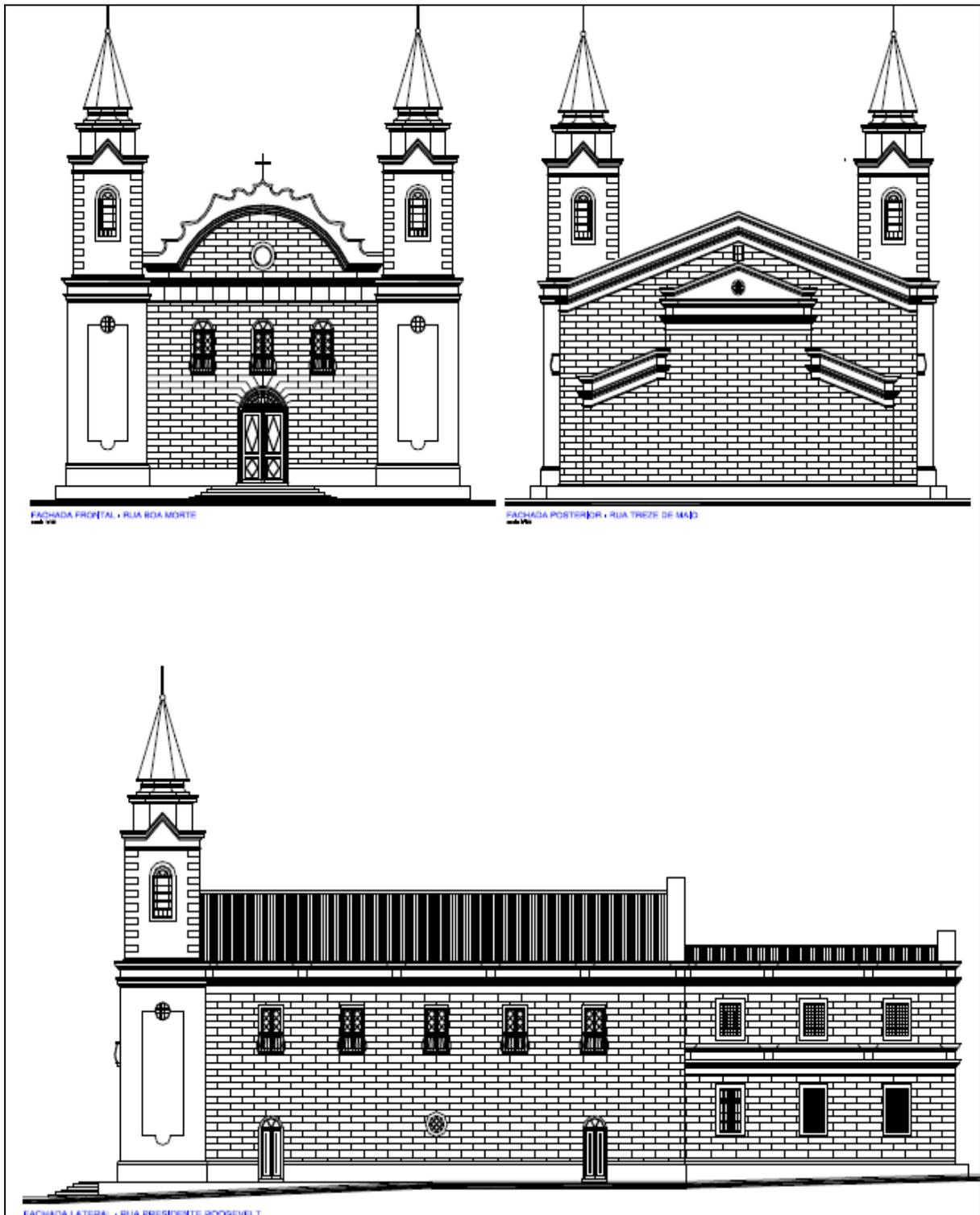


Figura 07 – Croqui digitalizado da fachada frontal, fachada posterior e fachada lateral da igreja.
 Fonte: (CONDEPHALI, 2009b).

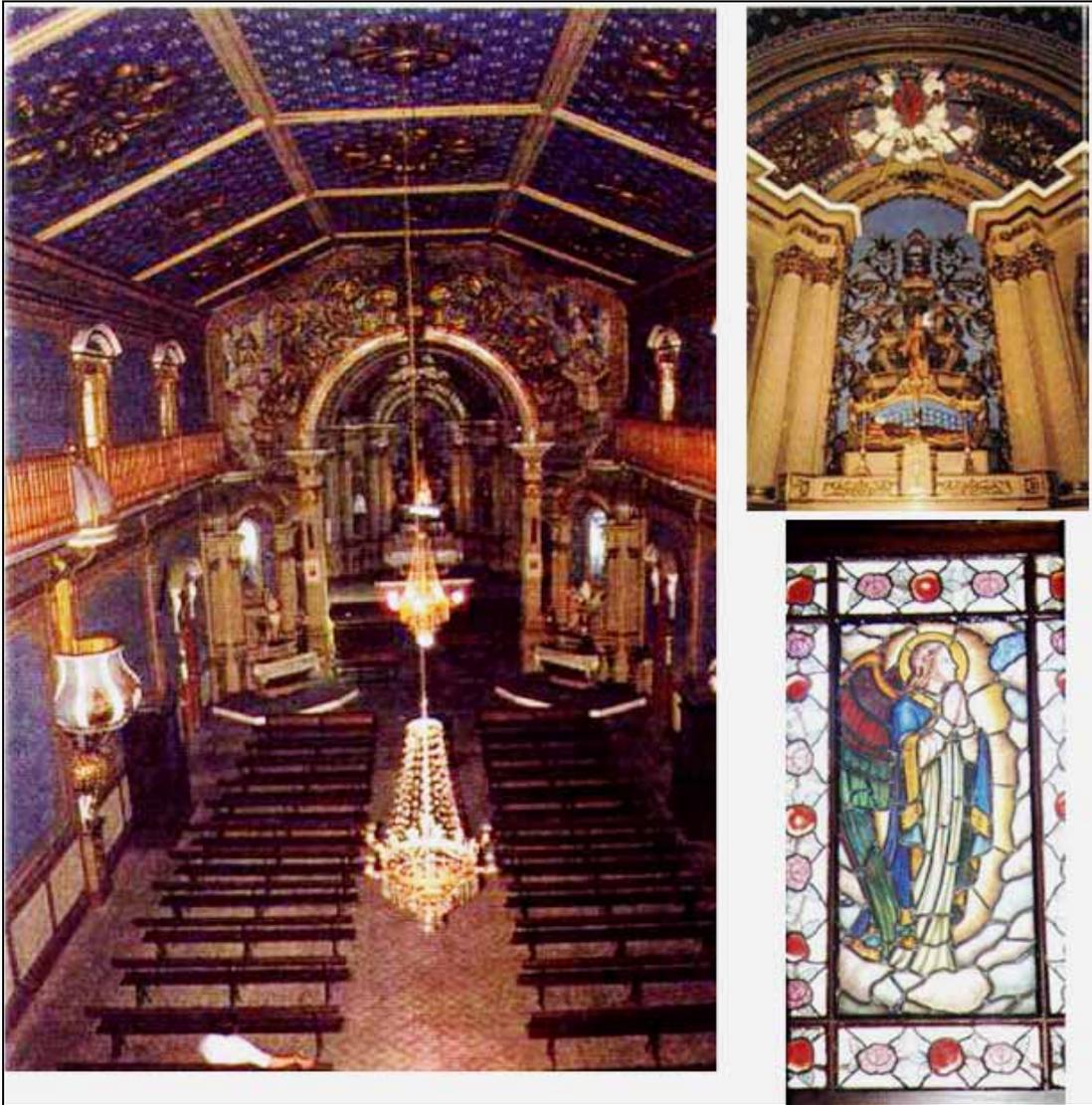


Figura 08 – Fotos digitalizadas do interior da igreja: panorâmica, detalhe do altar na nave central e detalhe do vitral no para-vento da entrada principal. Fonte: (CONDEPHALI, 2009b).

Sobre as intervenções realizadas na igreja, destacam-se a de 1900 onde foram realizados alguns reparos, como re-pintura interna e atualização da iluminação artificial. Em 1924, foi feito o conserto da parede lateral que começava a cair, a demolição e reconstrução da platibanda, a re-pintura externa e o conserto da cimalha. Os telhados foram reparados em 1946, devido a presença de goteiras. Uma parte do piso de ladrilho hidráulico foi substituída em 2006 pelo pároco da igreja Padre Alquerme Valvassori por outro piso novo e a fachada da igreja foi re-pintada (CONDEPHALI, 2009b).

Em janeiro de 2008, o mesmo pároco lidera a “restauração” da igreja que foi publicamente criticada pelo CONDEPHALI (Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Município de Limeira) o qual denunciou as intervenções ao Ministério Público Estadual, embargando as obras um mês após o seu início.

Em defesa às medidas de restauração da igreja o padre afirmou:

A reforma da igreja está sendo realizada em quatro etapas: primeiramente a troca de todo o telhado, que foi comprometido pela ação do cupim e infiltração, realizada em janeiro de 2008, nesta etapa foi feita a troca de todo o madeiramento, as calhas e rufos e impermeabilizados os mesmos – se não tivesse feito isso poderia, com as chuvas recentes, ter havido um acidente maior; depois começamos a limpeza do forro da nave central, descobrindo a originalidade da igreja; limpamos em seguida o forro das salas laterais, trocando a madeira original (pinho) para o Cedro e agora esperamos pintar na cor que era o original; e por fim a restauração de toda a taipa que foi pintada com látex e começou a estourar. O projeto está pronto e aguarda permissão da prefeitura para se realizar, sendo que as obras foram acompanhadas por arquitetos que estudaram o barroco.¹

Em novembro do mesmo ano, a Prefeitura Municipal de Limeira lançou um decreto que tomba, provisoriamente, alguns edifícios históricos da área central da cidade, dentre eles a igreja, que passa a ser inventariada pelo CONDEPHALI. Segundo o IPAC (Inventário de Patrimônio Cultural) elaborado pelo CONDEPHALI (2009b), a estrutura do imóvel está comprometida pela: presença de insetos xilófagos (cupins) nas escadas, forros, pisos, esquadrias, decoração e no acervo sacro; umidade vinda dos banheiros; presença de intenso tráfego em suas redondezas, que compromete sua frágil estrutura; e pelas instalações hidráulicas e elétricas precárias.

O Jornal de Limeira publicou, em agosto de 2009, que a promotoria pública estadual solicitou recentemente ao grupo IPR (Inovação e Pesquisa para o Restauo), da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, uma perícia para apurar as condições do imóvel que se encontra interditado. Os peritos elaboraram um laudo composto por 14 intervenções emergenciais que visam sanar os danos causados pela última “restauração” no imóvel. O promotor ainda requisitou uma vistoria final a ser realizada pelo coordenador do IPR, Marcos Tognon, a fim de verificar se as obras estão de acordo com as recomendações periciais e assim, reabrir a igreja. Para Marcos Tognon, a igreja é caracterizada por um “sistema construtivo exemplar da arquitetura religiosa monumental do Brasil Imperial, sendo o patrimônio histórico-cultural mais valioso da Comarca.” (JORNAL DE LIMEIRA, 2009b, p. 6).

É importante salientar que a população limeirense homenageia este imóvel há 11 anos com a festa beneficente “Vem pro Largo”, realizada pelo Movimento Vem pro Largo e pela Prefeitura de Limeira. A festa ocorre durante três noites de festa, no mês de agosto, e é composta por barracas de alimentação e apresentações culturais de bandas locais.

¹ Informação verbal do Padre Alquermes Valvassori no dia 16 de março de 2009 em sessão da Câmara de Vereadores de Limeira no dia 16 de março de 2009.

2.2.2 *Palacete Levy*



Figura 09 – Foto digitalizada do Casarão da família Barros da Silva em 1881.
Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Major José Levy Sobrinho”.

O imóvel é a segunda construção mais antiga da cidade, sendo inaugurado em 1881, em frente ao Largo da Boa Morte. O prédio representa a riqueza da família do Capitão Sebastião de Barros da Silva, dono da fazenda de café Itapema que desejou instalar uma sede de sua fazenda na cidade. Construída com mármore de Carrara e calhas de cobre possui ainda, porões amplos para os criados e cocheira para abrigar as carruagens. O arquiteto Aurélio Civatti fez os florões que adornam os forros dos salões do palacete (BUSCH, 1967).

A família Barros da Silva desejava que esta fosse a melhor, mais rica e mais bela moradia da cidade, chegando a receber, em 1886, o Imperador D. Pedro II e a Imperatriz Tereza Cristina, em visita à cidade. No entanto, o preço desta construção custou alto à família que entregou o imóvel, em 1903, à família Levy para quitar os seus empréstimos. A partir desta data, o imóvel passou a sediar a firma J. Levy e Irmão até o ano de 1915, quando a firma é dissolvida e a casa é entregue ao Cel. José Levy (ROSADA, 2005).

Em 1927, o sobrinho do coronel, Martinho Levy, fundou no casarão desocupado, o Conservatório Musical “Carlos Gomes”. Nesta época, o imóvel se tornou um espaço sócio-cultural para a elite limeirense, chegando a ser aclamado como a melhor escola de música do

Estado de São Paulo. Porém, seis anos após a sua inauguração, o instituto é fechado e a casa é cedida para a moradia de Odécio Bueno de Camargo por alguns anos (ROSADA, 2005; CONDEPHALI, no prelo, c).

Em 1939, a família Levy, através do Dr. Humberto Levy, doa o imóvel para a Santa Casa de Misericórdia de Limeira. Cinco anos depois, a casa vira sede do colégio Santo Antônio e no ano seguinte, a Santa Casa de Misericórdia permuta a casa para a firma A. Zaccaria e Cia. De 1946 até 1975, o palacete vira sede da indústria Máquinas Zaccaria S.A. e até hoje há um brasão da empresa na soleira de entrada. Durante este período, o imóvel sofreu grandes alterações em sua área, transformando todo o quarteirão, que era composto por jardins, palmeiras imperiais, hortas, pomares e cocheiras, em barracões da fábrica (ROSADA, 2005; CONDEPHALI, no prelo, c).

Entre 1975 a 1990, o imóvel passou a sediar a empresa Oliveira e Camargo Ltda., sendo que seus barracões foram demolidos e desmembrados em lotes menores, para serem vendidos a outras empresas. De toda a área que já pertenceu ao palacete, restou apenas o edifício com um pequeno quintal aos fundos, no qual foi entregue amigavelmente à prefeitura na década de 1990.

Após vários anos de usos, particulares e públicos, que contribuíram para a descaracterização das formas e estrutura do imóvel, a prefeitura iniciou um processo de “restauração” do imóvel, entregando-o à população com grande publicidade. Esta intervenção acabou alterando a estrutura do imóvel e suas cores internas e externas sem, no entanto, concluir os reparos necessários (ROSADA, 2005; CONDEPHALI, no prelo, c).

A construção do palacete é de estilo neoclássico apresentado os primeiros produtos da industrialização, como o ferro fundido e o vidro plano, aliados com o requinte das construções nobres: escadaria central, amplo salão, rigidez da fachada simétrica, utilização de colunas e tímpanos clássicos, além das platibandas adotadas para encobrir os telhados coloniais e dos vasos que decoravam essas platibandas (CONDEPHALI, no prelo, c).

Segundo a descrição arquitetônica realizada pelo CONDEPHALI (no prelo, c):

Sua construção é simétrica, encontrando-se na fachada principal uma porta centralizada, que leva ao pavimento superior através de uma escadaria, ladeada por duas colunas que marcam a nobreza da edificação. Estas colunas são arrematadas por um frontão neoclássico em arco pleno com o ano de construção – 1881, e são ladeadas por três janelas de cada lado no pavimento superior, e três respiros dos porões logo abaixo destas. Esta fachada apresenta muitos elementos neoclássicos que a decoram. Entre as janelas, pilastras ao estilo clássico, da ordem coríntia, marcam o ritmo da construção. A porta central é de madeira pintada, formada por almofadas que decoram e embelezam o acesso principal, tendo acima da porta bandeira fixa de madeira com decoração em grade trabalhada de ferro fundido com desenho floral. As janelas do pavimento superior são envidraçadas com estrutura de

madeira em folhas de abrir, tendo ainda folhas cegas de abrir para dentro, além de bandeiras basculantes também de vidro. Os respiros do porão são de grades trabalhadas de ferro fundido. A fachada lateral, que dá frente para a Rua Boa Morte, também possui construção simétrica. Possui porta central no pavimento térreo e uma janela de cada lado que marcam a centralizada da edificação, tendo no pavimento superior o mesmo número de aberturas. Estas três janelas do pavimento superior possuem sacadas com gradis de ferro trabalhados e juntas formam a centralidade de um frontão neoclássico triangular com as iniciais do primeiro proprietário – SBS (Sebastião de Barros Silva). (...) Através de fotos antigas cedidas pela família Levy descobriram-se belíssimas pinturas escondidas por camadas de texturas na parte interna do imóvel.

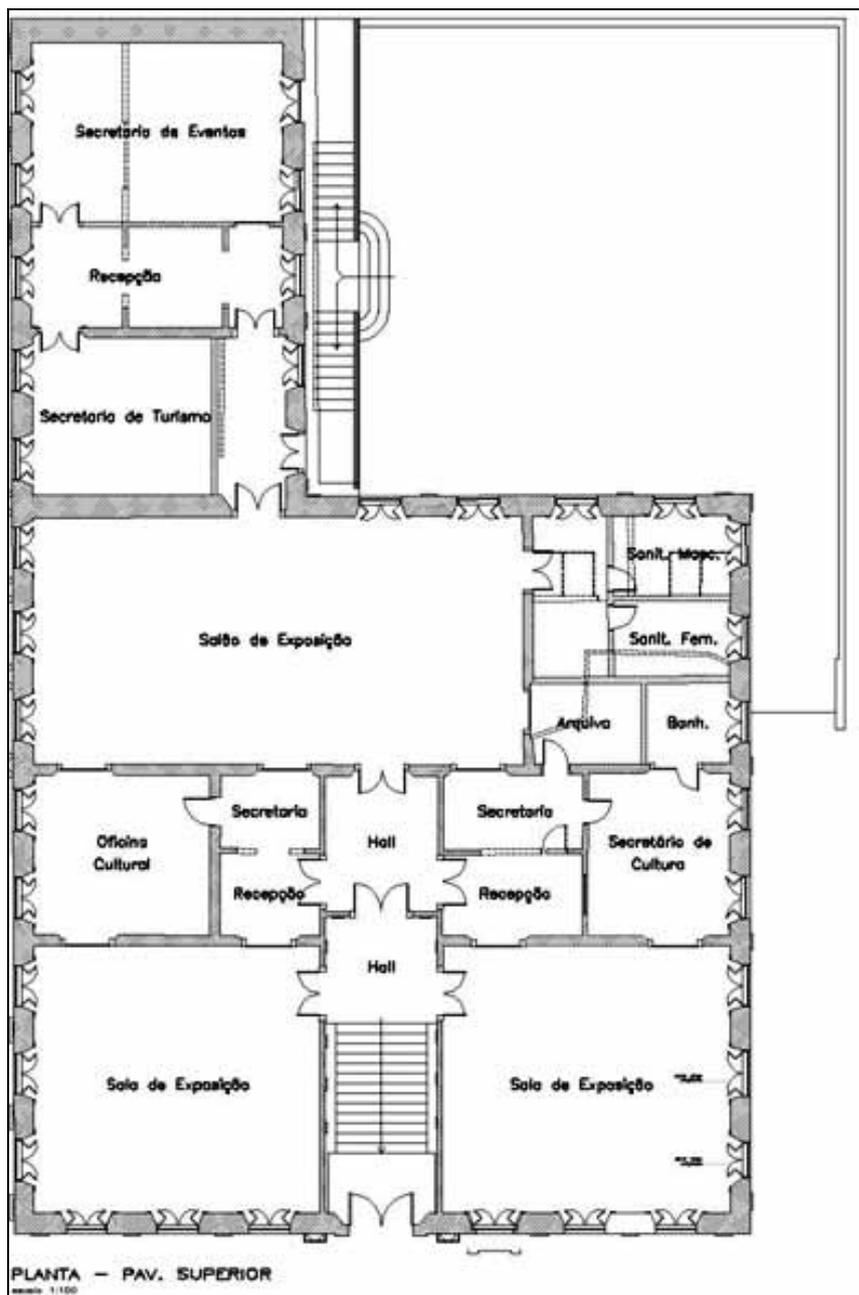


Figura 10 – Planta digitalizada do pavimento superior do Palacete Levy.
Fonte: (CONDEPHAL, no prelo, c).



Figura 11 – Fotos do salão de exposição e dos fundos do Palacete Levy.
Autora: Marcela Mineo, 2008.

Atualmente, o imóvel abriga a Secretaria Municipal da Cultura e a Escola Municipal de Cultura e Artes (EMCEA) em suas dependências, além de sediar, provisoriamente, cursos ministrados pela Oficina Cultural Regional Carlos Gomes e exposições culturais.

O prédio encontra-se em estado comprometido de conservação devido: à presença de insetos xilófagos (cupins) que destroem os elementos de madeira da edificação, como forros, pisos, esquadrias e elementos decorativos; aos problemas estruturais causados pelas reformas anteriores; ao intenso tráfego de veículos em seu entorno; e às más condições hidráulicas e elétricas (CONDEPHALI, no prelo, c).

2.2.3 Estação Ferroviária



Figura 12 – Foto digitalizada da estação ferroviária da antiga Cia. Paulista, sem data.
Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Major José Levy Sobrinho”.

Segundo o jornal *Gazeta de Limeira* (1980), a Companhia Paulista de Estradas de Ferro foi concebida para escoar a produção das lavouras de café do interior paulista, contribuindo amplamente para o desenvolvimento econômico do país. O início da sua construção data em 1873, quando começaram a ser construídos: o trecho de estrada que ligaria Campinas à Rio Claro, passando por Rebouças (Sumaré); a estação de Santa Bárbara (Villa de Americana) e a estação de Limeira.

No dia 27 de agosto de 1875, foram inauguradas as estações de Campinas e Villa Americana, sendo que nesta última foram realizadas intensas festividades com a presença de convidados ilustres, como o Imperador D. Pedro II, o Conde D’Eu e diretores e engenheiros da Cia. Paulista de Vias Férreas e Fluviais.

Após a inauguração, a construção da estrada continuou em direção a Rio Claro, até que no dia 6 de maio de 1876, chegou a Limeira o primeiro vagão transportando os trabalhadores da estrada. Porém, a abertura oficial desta estação ocorreu no dia 30 de junho de 1876, quando o primeiro trem saiu de Campinas às 15h50min e chegou a Limeira às 18h05min, inaugurando também a estação do Distrito de Tatu.

Em agosto deste mesmo ano, Imperador D. Pedro II e a Imperatriz Tereza Cristina passaram por Limeira com destino a Rio Claro. A estação ferroviária de Limeira se tornou célebre quando trouxe passageiros de Campinas à cidade para as festividades religiosas de setembro de 1876, na ocasião que era apresentada à população a Igreja Matriz Nossa Senhora das Dores, após quase uma década de reformas (BUSCH, 1967).



Figura 13 – Foto digitalizada da plataforma de embarque da Cia. Paulista, sem data.
Fonte: Fonte: (HEFLINGER, s. d.).

As estações ferroviárias seguiram um padrão surgido na Inglaterra, após a Revolução Industrial, sendo compostas por estilos arquitetônicos ecléticos com estruturas metálicas e muros de alvenaria. O prédio da estação ferroviária de Limeira acompanha esta tendência e ainda reproduz as formas das construções públicas da época, podendo ser notada uma dissociação entre a gare - com sua estrutura metálica exposta e sem ornamentação, típicas do movimento modernista; e as demais dependências administrativas, bilheterias, guarda-volumes e etc. (GAZETA DE LIMEIRA, 1998; CONDEPHALI, no prelo, a).

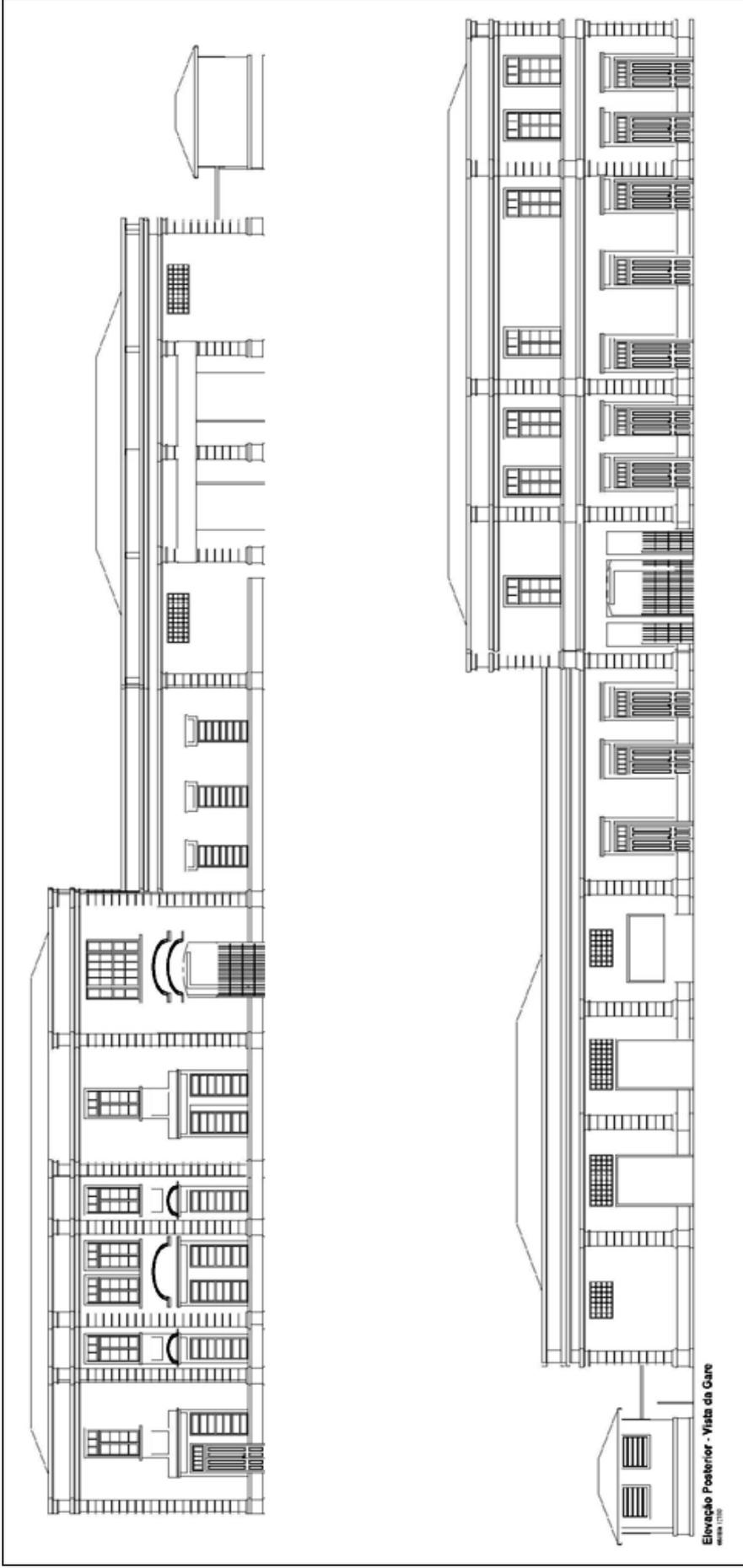


Figura 14 – Croqui digitalizado das fachadas de elevação posterior e da vista da gare.
Fonte: (CONDEPHALI, no prelo, a).

Segundo o jornal Gazeta de Limeira em edição especial de comemoração dos 172 anos da cidade, relata sobre as características da estação ferroviária:

A riqueza proporcionada pela prosperidade da cultura cafeeira e o predomínio da ferrovia como meio de transporte faziam com que as estações fossem o marco principal nas cidades e justificavam então o esmero com que eram construídos seus edifícios, com porte imponente e aparência sólida, utilizando-se materiais e equipamentos importados, com uma arquitetura que correspondia aos modelos acadêmicos europeus. No caso de Limeira, este aspecto se destaca por se tratar de um edifício de dois pavimentos. Situado na área central de Limeira, este edifício permanece até hoje assistindo às intensas modificações que se processaram na cidade, proporcionadas pela industrialização crescente, mantendo, porém, a posição de destaque e monumentalidade que sempre o caracterizaram. (...) A Estação Ferroviária de Limeira é representante de um padrão de construção que já trouxe muita inquietação aos críticos de arquitetura europeus desde a sua configuração ainda no século passado. Várias de nossas estações repetiram esse padrão europeu em que se contrapõem estruturas metálicas e muros de alvenaria, com diferentes conotações arquitetônicas. (...) A estação de Limeira reproduz este padrão, sem qualquer retoque. O bloco administrativo é de linguagem eclética, reproduzindo elementos de composição renascentista. A estação da estrada de ferro contrasta com o volume pesado deste bloco, cobrindo uma área de cerca de 2.100 metros quadrados e proporcionando um vão livre, transversalmente, de 17, 5 metros com uma delgada estrutura de ferro. (GAZETA DE LIMEIRA, 1998, p. 8).

Em 1912, a estação de Limeira passou por uma reforma que ampliou seu prédio sem, no entanto, descaracterizar sua estrutura. Assim, pode-se afirmar que o edifício conserva até hoje as suas características originais e tem grande importância histórica para a cidade e região devido ao transporte de passageiros e mercadorias (GAZETA DE LIMEIRA, 1998).

No dia 30 de agosto de 1984, o Museu Histórico e Pedagógico “Major José Levy Sobrinho” gravou uma entrevista com alguns ex-ferroviários da estação de Limeira que relataram suas experiências durante a fase virtuosa da pioneira estrada de ferro que chegou a ser considerada uma das melhores da América do sul.

Em 1914 eu trabalhava no armazém, carregava açúcar, café, tambor de óleo e álcool das usinas. Foi promovido a portador da estação, passei a substituir o manobrador, fiquei 10 anos na cabina e fui promovido à conferente, recebendo mercadorias no pátio e no armazém. Naquela época, Limeira formava 2 ou 3 trens por dia de suco de laranja. (...) Quando encrencava um vagão na estrada nós que tomava a culpa. (BORO, 1984).

Segundo o ex-ferroviário Mauro Gomes Lima:

O transporte de carga era intenso, tudo naquela época era transportado por ferrovia, os armazéns ficavam lotados de mercadorias (cigarros, querosene, toras e etc.). A Prada enviava toda semana de dois a três engradados de caixas de chapéus... Ela usou muito a estrada de ferro. Naquele tempo usava-se muito chapéu, o homem ficava desconcertado se não usasse chapéu. Todos os trens de passageiros passavam rigorosamente no horário. Havia o trem de luxo “Trem Azul”. Se atrasasse 1 minuto tinha que enviar um relatório para a superintendência justificando o atraso, hoje se atrasa meia hora e não acontece nada. O trem servia para orientar os fazendeiros sobre o horário, nem precisava do relógio. (LIMA, 1984).

O ex-ferroviário Alberto Rogério relatou que na época da Cia. Paulista os telégrafos eram entregues pela ferrovia, pois não havia um serviço de correio eficaz. Assim, as correspondências particulares ou oficiais chegavam diariamente às 18 horas, sendo que eram enviadas primeiramente as mais urgentes, como notas de falecimento e aniversários, bem como publicidade de bancos, políticos e etc. Este serviço era muito usado naquela época, pois era rápido e barato.

A partir das décadas de 1950 e 1960, foram inauguradas no Brasil várias rodovias que cortavam o território nacional, modernizando o transporte de pessoas e mercadorias com veículos mais rápidos e leves. Assim, a massificação do transporte individual diminuiu a dependência do transporte ferroviário, havendo uma desvalorização deste tipo de transporte. O fenômeno de desvalorização do transporte ferroviário, que chegou a representar o progresso da nação, fica evidente nas falas de seus ex-funcionários:

Naquela época corria oito carros noturnos, eu puxava a alavanca a noite inteira, noite fria, geava! (...) Depois, durante o dia passavam mais 15 trens passageiros, fora as cargas com boi. (...) O sofrimento que nós tivemos para encontrar essa ferrovia do jeito que está. (BORO, 1984).

Dia de sábado o armazém ficava vazio e eu tocava flauta e nós formávamos baile em São Carlos. (...) Tinha bastante movimento, uma estrada exemplar, de modo que agora a gente fica até triste de ver o modo que está. (LIMA, 1984).

Em 1961, a Cia. Paulista foi desapropriada de suas ações pelo governo do estado e uma década depois mudou seu nome para FEPASA (Ferrovia Paulista S.A). A FEPASA funcionou até 1998, quando foi transferida para a “Rede Ferroviária Federal”. Em seguida, houve um processo de privatização da malha ferroviária paulista pela FERROBAN (Ferrovia Bandeirantes S.A.), que funciona até hoje com o transporte de carga.

A Estação Ferroviária de Limeira foi uma das últimas a manter o transporte de passageiros até abril de 2001, quando passou transportar apenas mercadorias. A partir de então, o prédio foi ocupado parcialmente pela Guarda Municipal, pois a região onde a estação se encontra, virou um ambiente degradado socialmente. Esta região, denominada de “Baixo Centro” é constituída por um largo fronteiroço que costumava a ter um cocho para cavalos, alguns imóveis datados da mesma época da estação que se encontram deteriorados e alguns galpões industriais que formam um conjunto histórico importante e significativo para a cidade (CONDEPHALI, no prelo, a).

2.2.4 Teatro Vitória



Figura 15 – Foto digitalizada do antigo Theatro da Paz antes de sua demolição, sem data.
Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Major José Levy Sobrinho”.

A localização da “mais importante casa de espetáculos da cidade” é a Praça Toledo de Barros, que leva esse nome em homenagem ao Capitão Flamínio Augusto de Toledo Barros, prefeito da cidade na década de 1920. Esta praça já recebeu o nome de Jardim Público, Largo do Teatro da Paz e Largo da Vitória, sendo o local mais procurado para a socialização dos habitantes e para a manifestação de atos políticos, cívicos e culturais. A praça conta ainda com um coreto, construído em 1889, pela Sociedade Musical Lyra D’Oeste, e um obelisco inaugurado para comemorar o primeiro centenário da independência brasileira em 1922 (HEFLINGER JR., 2000).

Segundo a edição especial do Jornal Gazeta de Limeira, em 15 de setembro de 1980, o primeiro teatro de Limeira deve ter existido antes de 1870, na Rua Presidente Roosevelt, que até 1876, tinha o nome de Rua do Theatro, ano em que passou a se chamar Rua 1º de Março. No entanto, em 1870 a elite local decidiu formar uma Associação Civil que deveria construir uma majestosa casa de espetáculos, em local privilegiado da cidade, a fim comemorar a vitória brasileira na guerra contra o Paraguai. Assim, essa associação inicia a construção do

Theatro da Paz, através de coletas e contribuições na maior praça da cidade, batizada de Largo da Victória.

O teatro, de estilo neoclássico, foi inaugurado em 1882, ainda inacabado, pelo último presidente desta associação, Antônio Mariano da Silva Gordinho. Por três anos, a platéia tinha que levar suas próprias cadeiras, para assistir aos espetáculos, data em que o teatro foi definitivamente concluído, com o apoio de: subscrições populares, doações de companhias dramáticas, e dos aluguéis para espetáculos e reuniões.

O teatro, considerado um dos primeiros da região, foi doado pela Associação Civil para a Santa Casa de Misericórdia de Limeira, que concedeu a sua exploração a uma importante família da cidade. Na década de 1920, começaram a ser apresentadas as primeiras sessões de cinema mudo com o acompanhamento de piano ou pequena orquestra, sendo que a grande paixão dos limeirenses era assistir os filmes de faroeste mudo e as partidas de futebol (HEFLINGER JR, 2000).

Em 1933, começaram a ser apresentadas as sessões de cinema falado no teatro, sendo bastante requisitado pela população local. No entanto, as condições do imóvel foram se deteriorando e a Santa Casa promove uma campanha para a construção de uma casa de shows mais moderna no lugar. Assim, o Theatro da Paz foi demolido em 1938, e no dia 31 de outubro de 1940, foi inaugurado o Cine Teatro Vitória, sob nova direção, com a apresentação do filme “Meu filho... meu filho” (GAZETA DE LIMEIRA, 1980; HEFLINGER JR, 2000).

Sobre o prédio do antigo Theatro da Paz:

Apresentava na sua fachada uma alegoria à arte divina da música, fazendo parte do conjunto uma partitura do “Guarany” de Carlos Gomes. Internamente tinha platéia, camarotes de primeira e segundo, e galeria, escalonados em três pavimentos. Para a época era considerado um dos melhores do interior. (GAZETA DE LIMEIRA, 1980, p. 28).

O antigo Theatro da Paz era explorado pela família Esteves com sessões de cinema. Esta família morava em um belíssimo casarão na esquina da rua do teatro que acabou sendo demolido para dar lugar a um estacionamento. Depois de sua demolição o prédio passou a se chamar Cine Vitória, mas com o tempo a demanda pelo cinema foi diminuindo devido a massificação da televisão, pois é mais confortável assistir filmes em sua própria casa. Então o prédio voltou a ser teatro, agora sob o nome Teatro Vitória. (...) Foi um crime a demolição do Teatro da Paz, era uma casa de espetáculos belíssima, cujo interior era nos moldes do Teatro de Manaus, segundo relatos.²

² Informação verbal da museóloga e Coordenadora do Museu Histórico e Pedagógico “Major José Levy Sobrinho” Ariadne Francisca Carrera Miguel colhido em entrevista no dia 16 de março de 2009.

No dia 18 de setembro de 1984, o Museu Histórico e Pedagógico “Major José Levy Sobrinho”, realizou uma entrevista com Aniceto Monteiro um grande representante do teatro amador em Limeira, que narrou algumas lembranças sobre o antigo Theatro da Paz:

No antigo Theatro da Paz, havia duas sessões de cinema diárias, o cinema lotava era moda na época. Era ainda o prédio antigo, com camarotes, platéia bonita. (...) Por volta de 1939/1940, o Teatro foi derrubado devido às lutas políticas. O estado de conservação estava comprometido e a administradora (Santa Casa) achou melhor derrubar, a família Esteves queria manter (...) foi uma pena era um baluarte, inaugurado por um Imperador dizem (...) os camarotes possuíam cortinas de veludo, era muito suntuoso (...) a elite reservava seus lugares para o mês todo, mesmo se não aparecesse o lugar ficava vazio (...) ninguém podia ocupar. (MONTEIRO, 1984).



Figura 16 – Foto digitalizada do Largo Vitória após a demolição do Teatro da Paz com detalhe do casarão da família Esteves ao fundo. Fonte: (HEFLINGER, sem data).

O Cine Teatro Vitória, inaugurado em 1940, possuía em seu pavimento térreo, um bar, uma bomboniére e um café, oferecendo sessões de cinema, peças teatrais e a locação para eventos. A casa de espetáculos atravessou uma fase de grande prosperidade até que, em 1995, o local foi fechado e re-adaptado para servir apenas de teatro, recebendo o nome de Teatro Vitória (HEFLINGER JR, 2000). A decadência do Cine Vitória nas décadas de 1980 e 1990 pode ser explicada pela instalação do Limeira Shopping às margens da Rodovia Anhangüera que contava com modernas salas de cinema.



Figura 17 – Foto digitalizada do Cine Teatro Vitória erguido em 1940, sem data.
Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Major José Levy Sobrinho”.

O Teatro Vitória, construído na década de 1940 e reformado na década de 1990, possui uma arquitetura moderna de estilo *art déco*, que se caracteriza pelo ecletismo de vários estilos e movimentos, dando uma ênfase maior ao cubismo, onde as formas são geometrizadas, além da presença do vidro e colunas de aço no hall de entrada. Embora tenha sofrido algumas reformas, o prédio mantém alguns elementos decorativos e alto-relevos figurativos que se destacam na fachada e no seu interior. Esta casa de espetáculos tem capacidade de 670 lugares, recebendo importantes peças, concertos, palestras e mostras de dança, além de abrigar exposições culturais itinerantes em seu hall de entrada.

2.2.5 Centro Cultural



Figura 18 – Foto digitalizada do antigo Grupo Escolar Coronel Flamínio, sem data.
Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Major José Levy Sobrinho”.

O local onde hoje abriga o Centro Cultural de Limeira foi construído para ser a primeira escola pública da cidade, o Grupo Escolar Coronel Flamínio Ferreira de Camargo. O conceito de Grupo Escolar surgiu em nosso país no final do século XIX e início do século XX, destinados a atender a educação primária (até a 4^o série) e, depois de várias reformas educacionais, transformaram-se em Escolas de Primeiro Grau e Escolas de Ensino Fundamental Básico. A instalação do ensino público estava relacionada ao ideário republicano, representando a excelência e o rigor através das formas e da estrutura do ensino (SAVIANI, 2005 apud SANTOS; JACOMELLI, 2008).

A reforma republicana de ensino no Brasil ocorreu, primeiramente, nas cidades do interior do paulista, precisamente em 1892, através do conceito de Grupo Escolar e suas novas concepções pedagógica, arquitetônica e social, virando referência para a nação (MARCÍLIO, 2005 apud SANTOS; JACOMELLI, 2008).

O processo de reforma educacional era considerado um progresso moderno para o país, pois estava em consonância com as expectativas de desenvolvimento sócio-econômico na qual se projetava a nação (SOUZA, 2004 apud SANTOS; JACOMELLI, 2008).

O início da instalação dos grupos escolares foi marcado pela grande demanda em edifícios que abrigassem essas atividades e a alternativa, encontrada pelo governo estadual, era conceder este benefício aos municípios que doassem ou alugassem o imóvel pretendido. Nesta época, a instituição pública de ensino era local de extremo respeito e valor, resultando diretamente na qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

A iniciativa pela construção da primeira escola pública da comarca deve-se ao então Coronel Flamínio Ferreira de Camargo e posteriormente “chefe” do Partido Republicano de Limeira, em 1900 que fez o pedido ao governo do estado de São Paulo, e obtendo sua aprovação, cede sua própria residência para sediar as atividades escolares (GAZETA DE LIMEIRA, 1980; SANTOS; JACOMELLI, 2008).

Em 1901, a Câmara Municipal de Limeira fez um pedido ao governo do estado, em razão dos serviços prestados pelo Coronel Flamínio, para que o grupo escolar de Limeira fosse batizado com o nome de seu benfeitor. Cinco anos mais tarde, foi sancionada a Lei nº89-A, onde a prefeitura “doa” ao Estado o Largo do Rosário, situado em local privilegiado do centro da cidade para abrigar o seu primeiro grupo escolar (SANTOS; JACOMELLI, 2008).

O edifício do Grupo Escolar Coronel Flamínio foi projetado por um grande arquiteto do período, José Van Humbeeck, que possui extensa produção pela antiga Superintendência de Obras Públicas, sendo construído em dois pavimentos e com um muro cercado a sua área. As fachadas dos grupos escolares por ele projetadas possuem características similares, com uma simplicidade estilística formal do neoclássico e alguma ornamentação de ordem neo-renascentista (CORRÊA, 1991 apud SANTOS; JACOMELLI, 2008).

É importante enfatizar que existiam alguns aspectos em comum nos diferentes projetos que atendiam uma exigência da época: a separação das alas femininas e masculinas, que nos edifícios de dois pavimentos cada pavimento era destinado para um sexo. (SANTOS; JACOMELLI, 2008, p. 10).

A construção do Grupo Escolar Coronel Flamínio em Limeira é similar a de outros grupos escolares da região e segue o mesmo padrão da planta abaixo, acrescentando-se duas salas.

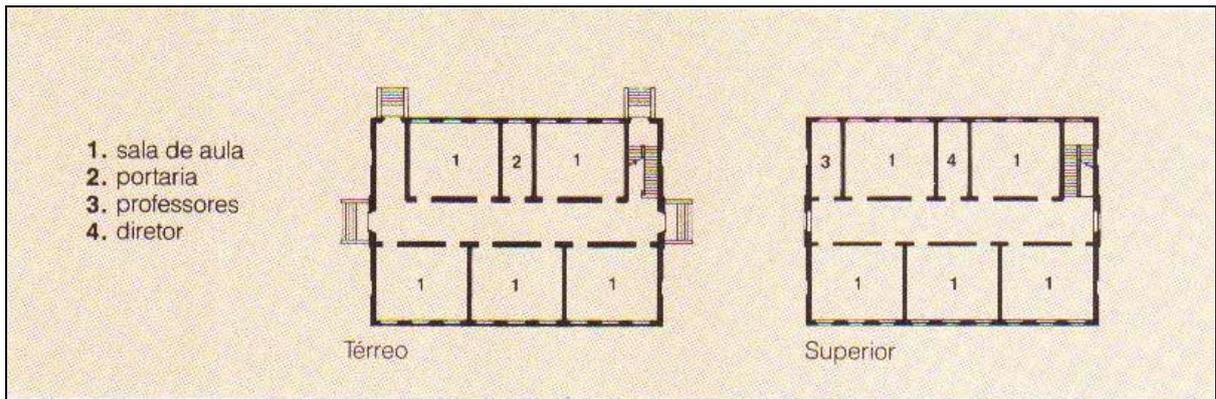


Figura 19 – Planta digitalizada de um típico grupo escolar de dois pavimentos.
Fonte: Santos e Jacomelli, (2008).

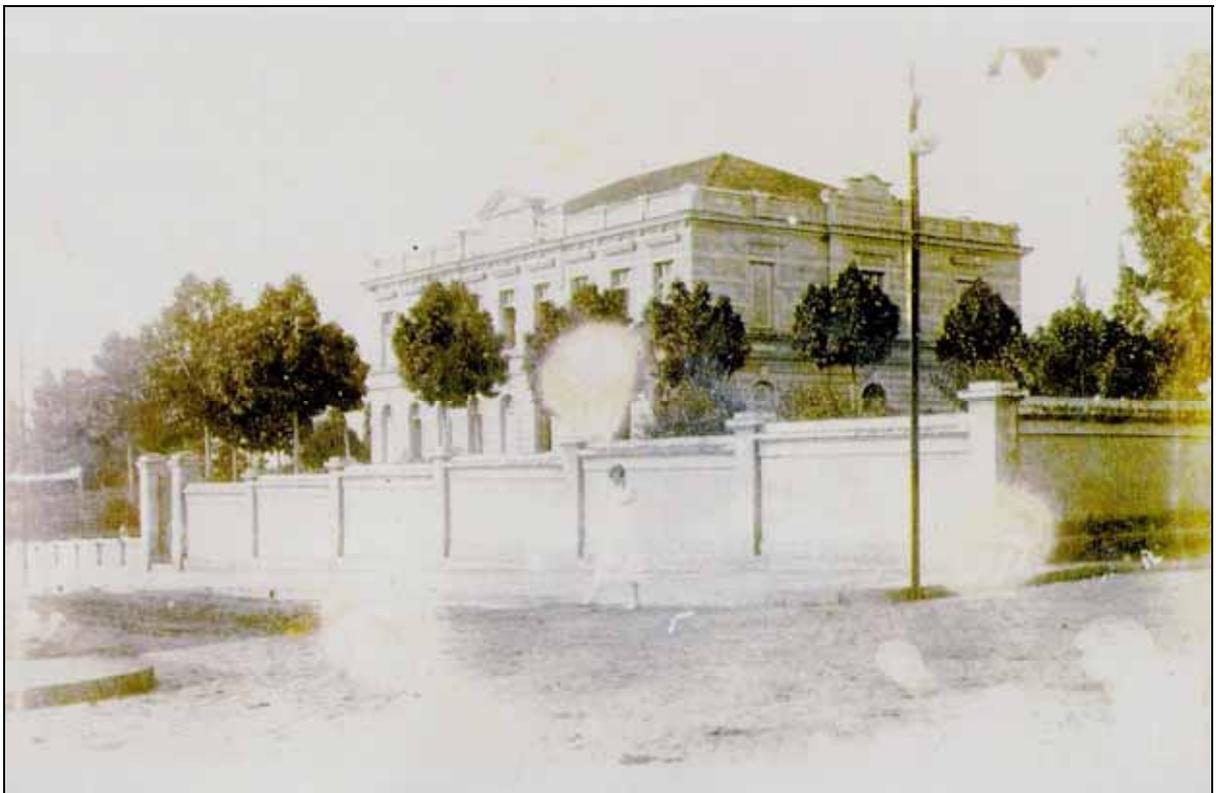


Figura 20 – Foto digitalizada do Largo do Rosário com o Grupo Escolar Cel. Flaminio Ferreira Camargo, sem data.
Fonte: (HEFLINGER, s. d.).

Em 1906, as obras são concluídas, sendo que a inauguração das aulas ocorreu somente em 20 de junho de 1907 (BETTINI, 2000 apud SANTOS; JACOMELLI, 2008).

O Grupo Escolar Coronel Flaminio Ferreira de Camargo funcionou pelos próximos 77 anos sendo extinto em dois de janeiro de 1984, quando transferiu seus alunos para a Escola Técnica Estadual Dr. Trajano de Barros Camargo. No dia 26 de setembro de 1984, o Museu Histórico e Pedagógico “Major José Levy Sobrinho” gravou uma entrevista com um ex-funcionário e um ex-aluno do referido grupo escolar, que relataram suas experiências na fase em que esta instituição era bastante respeitada e apreciada pela sociedade local.

O Sr. Manoel de Almeida ex-inspetor do grupo escolar e afirma:

A escola era a única da cidade, havia um ambiente familiar, de respeito, compreensão mútua. A disciplina era impecável, no recreio ao primeiro sinal todos paravam o que estavam fazendo e formavam filas em silêncio, e ao terceiro sinal as crianças eram encaminhadas para as salas onde os professores os aguardavam. As festas de formatura eram aguardadas por toda a comunidade local, onde eram realizadas apresentações no Teatro da Paz. Havia dedicação e o rigor de todos os funcionários. (...) Os móveis e o patrimônio escolar eram preservados. As ações de reparos de materiais eram feitas voluntariamente pela comunidade e funcionários durante as férias, de bom grado. A merenda (sopa) quando foi instituída era arrecadada com o dinheiro de caixa da escola ou preparada com doações, e as crianças que não podiam pagar recebiam gratuitamente. Havia um gabinete dentário próprio e às vezes era necessário arrecadar dinheiro para atender a todos. (ALMEIDA, 1984).

Alfredo Pezzoto, ex-aluno da instituição, lembra que:

Entrei para a escola em 1931-2, pois só existia o colégio Coronel Flamínio Ferreira e nele fui aluno até 1935 quando concluí o primário. Naquela época aprendia-se raiz quadrada na quarta série e hoje os alunos da oitava estão aprendendo ainda, e quando aprendem. (...) As crianças não reclamavam para os pais que apanhavam de professores ou de outros colegas, pois apanhariam o dobro em casa. (PEZZOTO, 1984).

A praça, que já abrigou o grupo escolar, chama-se, atualmente, Praça Coronel Flamínio Ferreira de Camargo e está localizada entre as ruas, Boa Morte, Tiradentes, Treze de Maio e Senador Vergueiro. Esta praça é composta por árvores e arbustos, o prédio do Centro Cultural (antigo grupo escolar), algumas construções adjacentes ao imóvel que compõem variadas funções, uma máquina a vapor, trazida pelo Senador Vergueiro para movimentar o Engenho do Ibicaba em meados do século XIX, e uma escultura artística. Esta praça funciona como terminal central de transporte coletivo, provocando um intenso e lento trânsito de veículos e pedestres; a instalação de barracas de comércio informal e de alimentação; a depredação e obstrução do imóvel; e danos às suas condições estruturais.

No piso térreo do Centro Cultural funciona uma das unidades da EMCEA (Escola Municipal de Cultura e Artes) que oferece cursos gratuitos à cerca de duas mil pessoas desde 1997. Estes cursos, relacionados à dança, música e artes plásticas, são oferecidos principalmente à população menos favorecida, podendo se estender por até quatro anos de duração.

No piso superior do imóvel, funciona o Museu Histórico e Pedagógico “Major José Levy Sobrinho”, criado em 26 de janeiro de 1964 pelo Governador Adhemar Pereira de Barros com o objetivo de promover uma “Ação Educativa e Cultural”, possuindo um acervo composto por cerca de 1.800 peças tombadas. A visita ao museu era composta por 500 a 700 pessoas por mês, sendo, em sua maioria, estudantes de escolas locais.

Nas construções adjacentes ao prédio do Centro Cultural, encontra-se: o Infocentro, destinado a projetos artísticos, feiras e lançamentos de livros, oficinas pedagógicas, salas de leitura e computadores com internet; a Biblioteca Municipal Prof. João de S. Ferraz; a Biblioteca Municipal Infantil Prof.^a Cecília Quadros; e o Espaço Literário Zumbi dos Palmares, criado em parceria com o COMICIN (Conselho Municipal dos Interesses do Cidadão Negro) e com o apoio da Fundação Palmares, cujo acervo está direcionado para assuntos pertinentes à etnia negra.

O prédio já foi descaracterizado por obras anteriores e o Museu encontra-se interditado há dois anos pela presença de insetos xilófagos (cupins) - que corromperam as estruturas de madeira do imóvel, principalmente o forro que está sustentado somente pela tinta. A situação de deterioração do imóvel é resultado: da falta de manutenção e limpeza do telhado, que fica tomado pelas copas das árvores, enchendo as calhas de folhas e galhos; de telhas quebradas que contribuem para as goteiras e destruição do acervo do museu; e da ocupação desordenada de seu entorno.³

Geralmente um bem cultural ou um obra de arte, passa por três fases: deterioração, degeneração e degradação. Quando chega na fase de degradação, a única alternativa é a restauração do bem, que funciona como uma UTI, pois é uma cirurgia de alto risco. A restauração incide muito sobre a originalidade do bem, por isso o lema da Museologia é '*Conservar para preservar e nunca restaurar*'.³

A situação de precariedade em que se encontra o Centro Cultural em Limeira é observada em várias cidades paulistas e brasileiras que não valorizam o seu patrimônio histórico e, principalmente, as suas instituições públicas de ensino. Este fato pode ser explicado pela desvalorização das instituições públicas no país como herança de um passado colonial e a difusão das políticas neoliberais, que privilegia o setor privado legando a esses imóveis uma herança de descuido e descaso.

Recentemente, o governo do estado doou o prédio ao município, que através de um deputado local conseguiu cerca de um milhão de reais em verbas para a restauração do imóvel e a requalificação de toda a praça em seu entorno. A prefeitura de Limeira iniciou, neste ano, a construção de um terminal de ônibus em local próximo à Rodoviária, desobstruindo o Centro Cultural. O prédio do Centro Cultural é o único imóvel histórico que está em processo de tombamento CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico) do Governo do Estado de São Paulo.

³ Informação verbal de Ariadne Francisca Carrera Miguel colhido em entrevista no dia 16 de março de 2009.

2.2.6 Gruta



Figura 21 – Foto digitalizada da Gruta na época de sua inauguração, com detalhe do casarão conservado até hoje na Praça Toledo de Barros. Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Major José Levy Sobrinho”.

No dia 21 de novembro de 1918, a Câmara Municipal de Limeira aprovou o pedido do prefeito, Alberto Ferreira da Silva, de abrir concorrência de licitação para a construção de uma gruta no então Largo do Theatro da Paz, para servir de coreto no seu mirante e bar/café no seu plano térreo, a fim de comemorar o fim da I Guerra Mundial (HEFLINGER JR., 2000).

Em março de 1919, a câmara leu e aprovou a proposta do construtor Octávio Monti, que especificou que faria uma gruta com 5 metros de diâmetro interno, 7 metros de comprimento e 6,5 metros de altura, tendo por ele o direito de explorá-la por sua conta nos próximos 20 anos e transferir sua concessão para outra pessoa, caso a Câmara Municipal de Limeira aprovasse. O contrato de concessão da Gruta para Octávio Monti previa que o mesmo estava isento de qualquer tipo de imposto e ainda receberia gratuitamente os suprimentos de energia elétrica e água, e a apresentação de retretas das bandas municipais Henrique Marques e Xixirry aos domingos e feriados (BERTHOLINI, 2000; HEFLINGER, 2000).

Assim, a Gruta foi entregue pelo construtor em 1920, com atraso no tempo previsto e com um excesso de despesas, num total de três contos e seiscentos e sessenta e sete mil réis.

A construção foi explorada por Octávio Monti pelos próximos seis anos (GAZETA DE LIMEIRA, 1980).

A arquitetura da Gruta de Limeira tem sido alvo de inúmeras interpretações devido a sua forma pitoresca, podendo ser destacadas as seguintes:

A Gruta de Limeira tem antecedentes longínquos, ainda no século XVI, quando já arrefecia a Renascença e se impunha o Maneirismo. Esse movimento (do qual algumas das primeiras igrejas jesuítas no Brasil são exemplos, como a atual Sé da Bahia), fez a transição da Renascença para o Barroco. Esgotadas as fórmulas clássicas que caracterizaram o Renascimento começaram a surgir soluções daí derivadas, mas às quais se permitiam liberdades de criação. A inspiração era clássica, mas o modelo não era rígido, criava-se “à maneira de” algum mestre clássico. As liberdades tomadas neste período do Maneirismo desembocaram no Barroco e no Rococó. Pois bem, foi no Maneirismo que se tomou a liberdade, também no paisagismo, de recriar a Natureza. Assim, os jardins ganharam paisagens construídas com se fossem obras da natureza. Daí as grutas, inspiradoras de mistérios, assim como os caminhos d’água, as inúmeras fontes e quedas, tudo fruto de elaborados projetos para serem naturais. (...) Sem maiores pretensões eruditas, a gruta da Praça Toledo de Barros, construída com o singular programa de servir também como coreto, descende de tantas outras construídas ao longo dos séculos que nos separam do Maneirismo (ROCHA, 1988 apud HEFLINGER JR., 2000, p. 16-17).

Feita de pedras rústicas, roliças e sobrepostas artisticamente lembra um castelo medieval carcomido pelo tempo (GAZETA DE LIMEIRA, 1980, p. 32).

O arquiteto o professor da FAAP, Luiz A. B. Kehl, quando acompanhou a restauração de 1990, encontrou no seu modo de ver, uma tendência religiosa na construção da gruta. Ele acha que ela pode ser considerada como “gruta da natividade” e a representação do calvário. Doze nichos para santos estão no seu interior, 33 degraus perfazem a subida ao cume e seu templo emerge das águas com morada de peixes e aves, unindo céu e Terra. (BERTHOLINI, 2000, p. 12).

Após 25 anos de sua inauguração, a Gruta encontrava-se abandonada, pois nenhum de seus proprietários havia conseguido administrá-la com sucesso. Então Arthur Hergert fez um acordo com o prefeito da época, Octávio Lopes Castello Branco, e reformou a Gruta por sua conta, explorando-a com grande sucesso pelos próximos anos (HEFLINGER JR., 2000).

Segundo Bertholini (2000), o período de 1946 a 1958 representa a fase de glória do Bar da Gruta, época em que fora explorada por Arthur Hergert e seu filho, Cajus, chegando a ser considerada a maior atração turística da cidade. Como a televisão não havia invadido os lares brasileiros, as praças eram o reduto para o lazer e o divertimento da população. Em Limeira, esta função era representada muito bem pelo Largo da Vitória que possuía o Bar da Gruta, com seus jardins e lago, o Cine Teatro Vitória e o Coreto Municipal. Nesta época, a população limeirense era composta por cerca de 50 mil pessoas e o Bar da Gruta, que abrigava um café/bar e bomboniére em seu interior, dispunha ainda de um enorme rádio

alimentado por pilhas, devido ao racionamento de energia no país, para que a população pudesse escutar a transmissão das partidas de futebol.

Para se ter uma idéia do clima de felicidade em que a população vivia, basta dizer que somente numa noite de verão, o Bar da Gruta vendeu 1.500 xícaras de café, 100 dúzias de refrigerantes e 250 litros de um refresco produzido à partir de uma receita caseira, com água e groselha que os irrequietos estudantes apelidaram de “Arthur Cola” espécie de coca-cola limeirense. (BERTHOLINI, 2000, p.14).

De 1958 a 1961, o Bar da Gruta passou a ser explorado por José Bosco e seu irmão, Dorival, servindo lanches, chopes e refrescos em 30 mesas com guarda-sóis espalhadas em volta do lago. Neste período, a consagração da gruta, como ponto de encontro da sociedade limeirense, continuou em alta e o refresco batizado de “Arthur Cola” passou a se chamar “Boscola”. De 1961 a 1967, o local foi explorado pelos irmãos Geraldo e Fernando Dalfré, sendo que no final deste período a gruta passou por alguns reparos, sendo re-aberta posteriormente como bar (BERTHOLINI, 2000).

De acordo com o aposentado Emiliano Bernardo da Silva de 84 anos:

O local funcionava todos os dias da semana, mas sábado e domingo eram sagrados. Lá, os solteiros somente conversavam e os casados tomavam café. (...) De um lado tinha os doces e de outro o café, já nos fundos funcionava um bar, onde sempre tomávamos suco de groselha no intervalo do cinema. (JORNAL DE LIMEIRA, 2009, p. 6).



Figura 22 – Foto digitalizada da Gruta no Largo da Vitória, sem data.
Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Major José Levy Sobrinho”.

De acordo com Heflinger Jr. (2000), além da função de bar, a Gruta de Limeira tinha outros papéis no cotidiano do limeirense: como palco para comícios de importantes políticos brasileiros, como Getúlio Vargas e José Marciliano da Costa Jr., batizando-a de “Altar da Pátria”; encontro de esportistas e torcedores na década de 1960; além de local escolhido pelos jovens para namorarem:

Enquanto nas ruas o espetáculo (carnaval) tinha andamento, era em torno da gruta da praça, que parte dos foliões passeava, todos, é bom dizer, devidamente fantasiados, desde as crianças até os adultos. (...) Como se sabe, nas voltas dos jovens ao redor da gruta as moças passeavam numa direção, e os rapazes no sentido contrário e deste modo, muitos namoros foram iniciados na referida praça. (HEFLINGER JR., 2000, p. 13).

No entanto, a partir da década de 1970, a Gruta ficou abandonada e caiu no esquecimento da população limeirense. Segundo Bertholini (2000), a Gruta foi grandemente descaracterizada pelas reformas ocorridas em 1984 e 1990. Em 1984, as medidas de reforma da Gruta incluíam: a vedação dos locais com goteiras; a eliminação de trincas e rachaduras; a troca dos pisos de cacos de cerâmica por pedras portuguesas; a instalação de modernas redes hidráulica e elétrica; e a troca dos vidros coloridos por transparentes. Depois desta reforma, a Gruta foi entregue a sete entidades assistenciais da cidade para a sua exploração. Já a reforma de 1990 foi a maior intervenção realizada na construção, quando foi feita a remoção da cúpula e sua substituição por outra de cimento armado.

A partir desta última reforma, a exploração da Gruta passou a ser feita pela Secretaria Municipal de Cultura para a realização de eventuais exposições e apresentações culturais. Em 2000, a ACIL (Associação Comercial e Industrial de Limeira) e a Secretaria Municipal de Cultura Turismo e Eventos reformaram o lago da Gruta, colocando fontes e quedas d’água.

No ano de 2007, toda a Praça Toledo de Barros e em julho de 2008, a gruta passou a sediar o projeto da Prefeitura Municipal “Acesse – Posto de Atendimento Turístico e Digital”, que conta com microcomputadores ligados na internet e informações turísticas e culturais para a população.

O Jornal de Limeira, de agosto deste ano, publicou que estão abertas as licitações para a exploração de serviços de café, bar, lanchonete e quiosques na Gruta. Segundo o Secretário de Turismo e Eventos, Domingos Fugione Filho, o objetivo da iniciativa é tornar um espaço cultural, com área de alimentação, apresentações culturais, mostras de teatro e exposições.

2.2.7 Escola Estadual Brasil



Figura 23 – Foto digitalizada do Grupo Escolar “Brasil” no Largo José Bonifácio, 1941.
Fonte: (ALMEIDA, 2007).

O prédio do Grupo Escolar “Brasil”, segunda escola pública de Limeira, foi instituído na década de 1930 mediante as reivindicações da população local que estava em franca expansão e não podia contar apenas com o Grupo Escolar “Coronel Flaminio Ferreira de Camargo”. A construção deste educandário se deu graças aos esforços da D. Maria Thereza Silveira de Barros Camargo, prefeita da cidade e esposa do Dr. Trajano de Barros Camargo da indústria “Máquinas São Paulo”, que financiou as obras e foi recompensada posteriormente pelo governo do estado (O JORNAL, 1990).

O local escolhido para abrigar o novo Grupo Escolar era o Largo José Bonifácio, anteriormente conhecido como Praça da Bandeira, que possuía um prédio de dois pavimentos onde funcionava o Fórum, a Câmara e a Cadeia municipais. O andar térreo deste prédio era composto por cárceres da Cadeia Municipal e o piso superior possuía um amplo salão onde eram realizadas as reuniões da Câmara e as sessões do Tribunal do Júri. Após a sua desativação em 1911, o prédio foi demolido e o local em que ele ocupava foi cedido pela Prefeitura Municipal para o Governo do Estado através do parecer do Conselho Consultivo do Estado em 30 de outubro de 1934 e do ofício nº 46.945 do Departamento de Administração Municipal de 20 de novembro de 1934 para a construção do novo Grupo Escolar (GAZETA DE LIMEIRA, 1980; ALMEIDA, 2007).



Figura 24 – Foto digitalizada do antigo prédio do Fórum, Câmara e Cadeia municipal na Praça da Bandeira, sem data.
Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Major José Levy Sobrinho”.

As obras de construção do novo Grupo Escolar foram interrompidas várias vezes por motivos políticos, conforme relata o ex-aluno João Batista Borelli:

O Grupo “Brasil” faz parte da história de Limeira, sofreu muita contingência política da época. No governo de Dona Maria Thereza de Barros Camargo, mulher do Dr. Trajano de Barros Camargo, que era do Partido Constitucionalista, iniciou-se o Grupo “Brasil”, fizeram-se os alicerces e ergueram-se as paredes. Porém, devido a questões político-partidárias, o partido dela perdendo, parava-se a obra e quando o partido dela ganhou, deu-se continuidade. Depois, mudando novamente de partido, parou de novo até chegando ao ponto que ela mesmo financiou e praticamente concluiu o Grupo “Brasil” (ALMEIDA, 2007, p. 28).

A instalação do Segundo Grupo Escolar de Limeira ocorreu no dia 8 de maio de 1935, porém as obras de construção do prédio só foram concluídas no início de 1939, ainda que a construção do galpão que cobriria o pátio só foi finalizada em 1940. Assim, as 10 classes de 381 alunos do novo Grupo Escolar utilizaram entre 1935 e 1939 o terceiro período de aula do Grupo Escolar “Coronel Flamínio Ferreira de Camargo” e, posteriormente as salas do Colégio Santo Antônio (ALMEIDA, 2007).

A inauguração do prédio do Segundo Grupo Escolar de Limeira ocorreu em 7 de maio de 1939 durante a I Festa da Laranja promovida pelo Rotary Club de Limeira nas dependências da escola. Porém, o nome do novo Grupo Escolar só foi definido, em meio à II Guerra Mundial, pelo prefeito municipal Ary Levy Pereira através do ofício nº 5.078 de 28 de fevereiro de 1941, encaminhado ao secretário da Educação e Saúde Pública do Estado, Sr. Dr. Mário Guimarães de Barros Lins:

A Prefeitura Municipal de Limeira, pede muito respeitosamente a Vossa Excelência, a devida vênia para sugerir ou solicitar, seja dado ao Segundo Grupo Escolar desta cidade, o nome de “Brasil”. Essa denominação, Excelentíssimo Senhor Doutor Secretário, viria como um complemento natural e grandioso, coroar a ação patriótica deste poder público municipal, que já deu às suas escolas municipais os nomes de todos os Estados brasileiros, tendo recebido um grupo Escolar municipal há pouco constituído, o nome de “São Paulo”. Aspiration natural, espontânea e ardente do povo limeirense, o nome de “Brasil” seria um tributo a mais de civismo, erguido em honra de Nossa Pátria pelos habitantes da “Capital da Laranja”, que assim, teria um outro magnífico ensejo de ver exaltado na fachada desse grandioso estabelecimento educacional, como um incentivo e um florão de glória, o nome que simboliza todo um evangelho de luminosidade e esplendor. Agradeço penhoradamente a gentileza e a generosidade da boa acolhida à sugestão ora apresentada, e valho-me do ensejo para me firmar com máxima estima, apreço e muito atenciosamente. (ALMEIDA, 2007, p. 36-7).



Figura 25 – Foto digitalizada de uma turma de meninas do 1º ano do Grupo Escolar “Brasil” em 1954. Fonte: (ALMEIDA, 2007).

A seguir apresentaremos alguns depoimentos de ex-alunos do Grupo Escolar “Brasil”⁴:

Quando passo em frente à escola lembro o quanto era gostoso o tempo em que estudava lá. Os professores eram bons. Tinha aula de religião e tudo de bom aprendi lá, aprendi até a bordar. Era tão bom aquele tempo. As meninas eram prestativas umas com as outras. Havia muito respeito pelo outro. Todos os alunos tinham respeito para com a professora e tinham medo de falar com o diretor no que fosse encaminhado à diretoria. Brincávamos de bola, de paz, de correr, esconde-esconde, só brincadeiras gostosas. (Maria Antonietta Faber, cursou o Ensino Primário no Grupo de 1938 a 1941, p. 58).

⁴ Depoimentos verbais colhidos pelo Professor Wilson Ricardo A. Almeida em seu livro “Escola Estadual “Brasil” - entre memórias e imagens” de 2007.

Era uma escola de alto nível, bons professores e limpa, o diretor era uma autoridade. Minha classe era masculina. Só tenho a dizer palavras de elogios do Grupo “Brasil” foi um orgulho. (João Batista Borelli estudou o 4º ano no Grupo Escolar “Brasil” em 1940, p. 62).

Com as reformas educacionais no país, o Grupo Escolar “Brasil”, que funcionava até a 4ª série do Ensino Fundamental, virou Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau “Brasil” e, atualmente, Escola Estadual “Brasil”, sendo o colégio público em funcionamento mais antigo da cidade. Hoje, a escola possui 51 salas de aula que atendem democraticamente cerca de 2.100 alunos de vários bairros da cidade e diferentes condições sócio-econômicas. No período matutino, funcionam as aulas do Ensino Médio Regular e Educação Especial, no período vespertino funcionam as aulas do Ensino Fundamental, e no período noturno a escola atende o Ensino Médio Regular e a Educação de Jovens e Adultos.

A democratização da Educação Básica acarretou em mudanças significativas para as escolas públicas brasileiras que passaram a se responsabilizar não só pelo ensino de diversas disciplinas acadêmicas, mas para a formação do cidadão como um todo. As instituições sólidas que representavam a base dos indivíduos, como família e religião, já não competem mais com os recursos tecnológicos e modernos que preenchem o cotidiano das crianças e adolescentes e as classes média e alta migraram para as escolas particulares a fim de obter um ensino diferenciado.

Anteriormente, muitas crianças queriam estudar e não podiam, por falta de vagas ou pela necessidade de trabalhar auxiliando o pai e a mãe. Atualmente existem muitas vagas, porém nem todos vão para a escola estudar. Alguns nela estão porque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/96 e o Estatuto da Criança e do Adolescente garantem o direito e instituíram a oferta do ensino como dever do poder público. Há casos de pais que obrigam os filhos a irem para a escola sem a compreensão do sentido da instituição para a vida deles. Quando é assim, eles mostram que não têm mais alguma forma de controle sobre os seus filhos, e preferem enviá-los para que a instituição de ensino tome conta. Muitos alunos estão ali apenas para comer merenda, passear, brincar... Há uma diversidade de interesses entre os alunos e muitos deles não têm perspectiva de buscar uma qualidade de vida melhor (ALMEIDA, 2007, p. 288).

O papel da escola pública atualmente é bem diferente da época dos Grupos Escolares e a EE “Brasil” acompanhou todas estas mudanças que acarretaram também em alterações em seu espaço físico. A escola possui hoje dois prédios, ambos com três pavimentos: o “Prédio Velho” concluído em 1939, em estilo neoclássico, representando a monumentalidade do ensino da Primeira República; o “Prédio Novo” concluído em 1994, na época em que a escola estava incluída no projeto Escola-Padrão, que dentre suas novidades implicava na modernização pedagógica e estrutural, com salas de vídeo, laboratórios e sala de informática; além das quadras, pátio e outras dependências (ALMEIDA, 2007).

Durante o período de 2003 a 2004, o prédio da EE “Brasil” passou por uma ampla reforma que ocasionou na troca de todo o piso, forro, telhado, madeiramento e pintura. Mas, ainda que tenha alterado um pouco sua estrutura física, a EE “Brasil” manteve seu nome e sua arquitetura imponente, imprimindo na paisagem do centro comercial de Limeira os ideais políticos das diferentes fases do ensino público nacional.

O Largo José Bonifácio também foi alterado ao longo desses anos, suas árvores cresceram, bloqueando a visão da fachada da escola, os bancos e a iluminação pública se modernizaram, além do uso da praça em si, que antes representava um local de encontro e manifestações políticas e cívicas, e atualmente é um espaço de passagem estimulado pela presença de ponto de ônibus e banca de jornal.

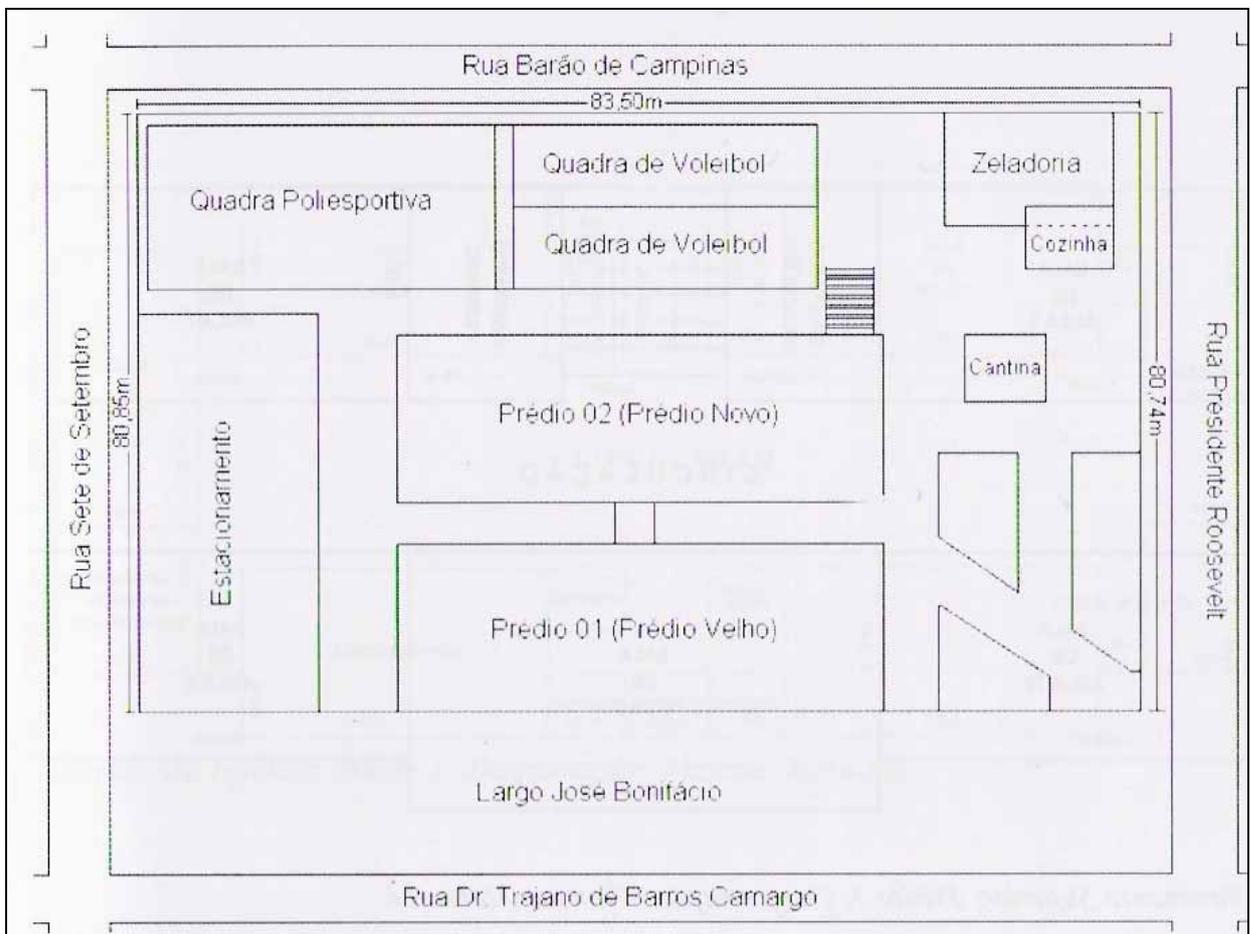


Figura 26 – Diagrama do quarteirão onde se localiza a EE “Brasil” realizado por Humberto Meale.
Fonte: (ALMEIDA, 2007).

2.2.8 Paço Municipal

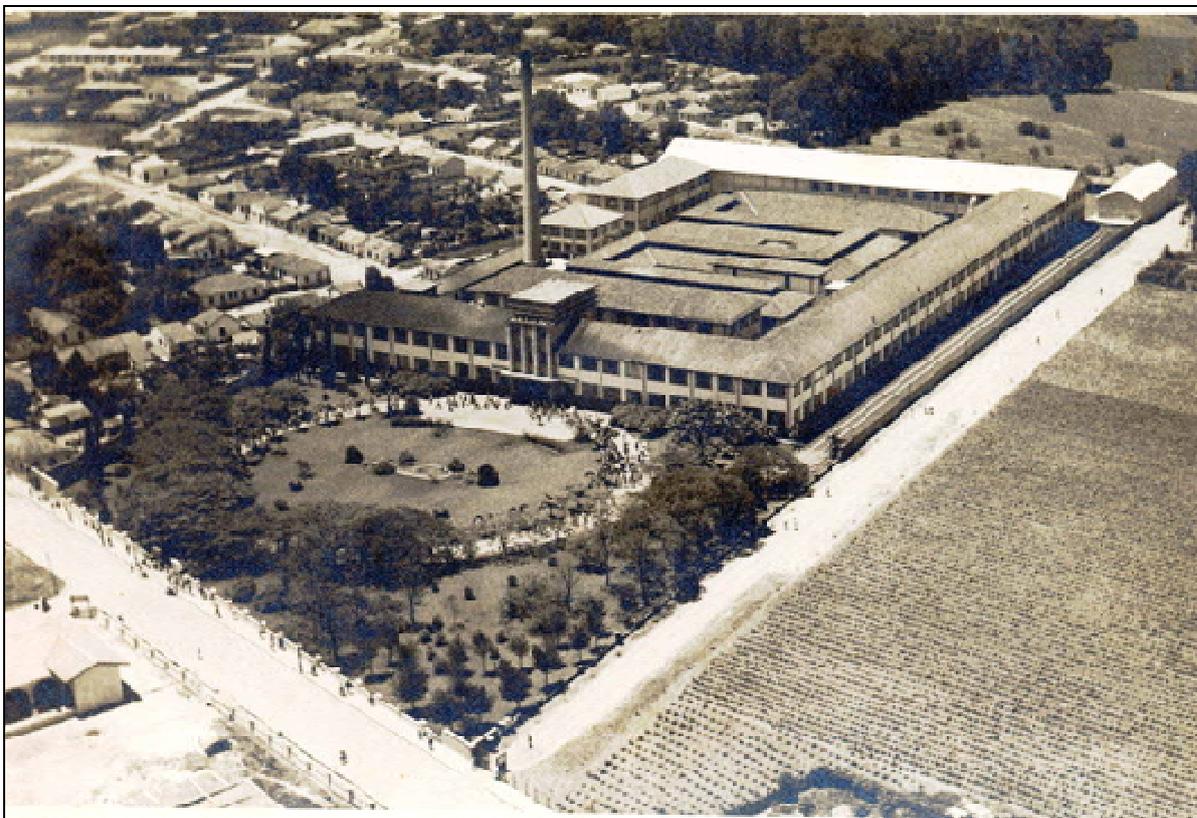


Figura 27 – Foto digitalizada da antiga sede da Cia. Prada de Indústria e Comércio, sem data.
Fonte: Inventário de Patrimônio Cultural (IPAC) realizado pelo CONDEPHALI (no prelo, d).

Segundo o Inventário de Patrimônio Cultural que está sendo realizado pelo CONDEPHALI (no prelo, d), o Comendador Agostinho Prada iniciou a fabricação de chapéus de pêlo no quintal de sua própria residência em Limeira no ano de 1907, contando com o apoio de cerca de 30 empregados. Após três anos de trabalho, esta fábrica se expandiu e foi transferida para um lugar próprio onde se iniciou a fabricação de chapéus de lã. Em 1911, Agostinho Prada mudou-se para São Paulo e sua residência foi vendida para a prefeitura instalar o Paço Municipal. Além da fábrica de chapéus, a família Prada ainda contava com diversos empreendimentos na cidade e no interior brasileiro.

Nos próximos anos, Agostinho Prada foi morar na Itália, chegando a receber a medalha de Ouro de Mérito Civil do governo italiano pelas suas benfeitorias, retornando ao Brasil em 1930, quando foi morar em uma fazenda no interior paulista, que chegou a ser considerada uma das mais belas vivendas agrícolas do país. Em 1932, a família Prada comprou a Fábrica de Chapéus Fontana, em Limeira, e junto com outros negócios que possuíam pelo Brasil, fundaram a Companhia Prada S.A.

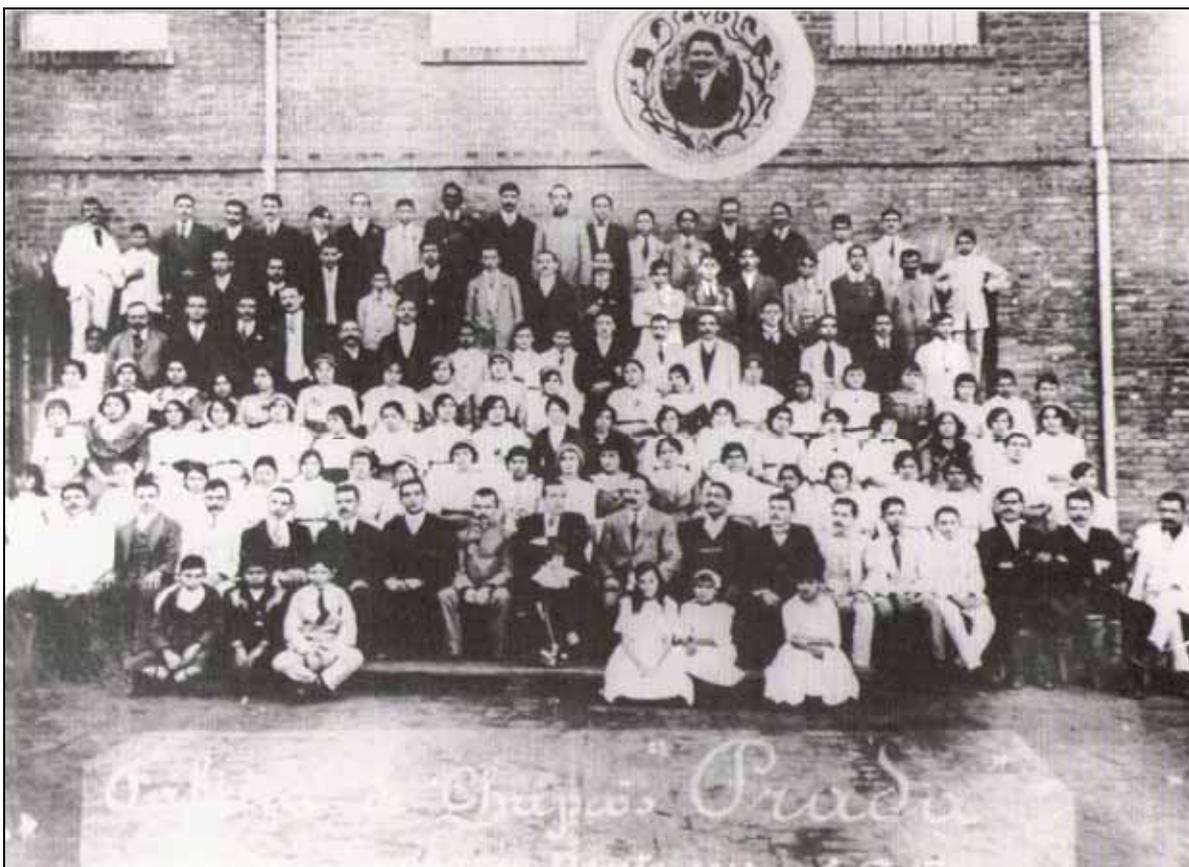


Figura 28 – Foto digitalizada dos funcionários da Cia. Prada, 10 de agosto de 1913.
Fonte: (HEFLINGER, s. d.).

As construções da Indústria de Chapéus Prada S.A. se iniciaram em 1937, em uma região próxima ao centro da cidade, sendo concluídas em 1939. A fábrica da chegou a ser considerada a maior fábrica de chapéus do país.

Em 1941, a Cia. Prada S. A. passou a se chamar Companhia Prada de Indústria e Comércio Ltda., sendo que no ano seguinte foi criada uma Cooperativa dos Empregados e em 1944 foi instituída a Fundação Prada (REDONDANO, 2000; CONDEPHALI, no prelo, d).

O comendador mandou construir em frente ao edifício da Indústria de Chapéus Prada, algumas instituições públicas de ensino para atender os filhos das operárias enquanto trabalhavam, como: o Grupo Escolar Prada em 1947, a Creche D. Célia Prada em 1949 e o Jardim de Infância D. Íris Della Chiesa em 1954. Estas instituições de ensino foram doadas posteriormente para a municipalidade atendendo gratuitamente as crianças da cidade até os dias de hoje (CONDEPHALI, no prelo, d).

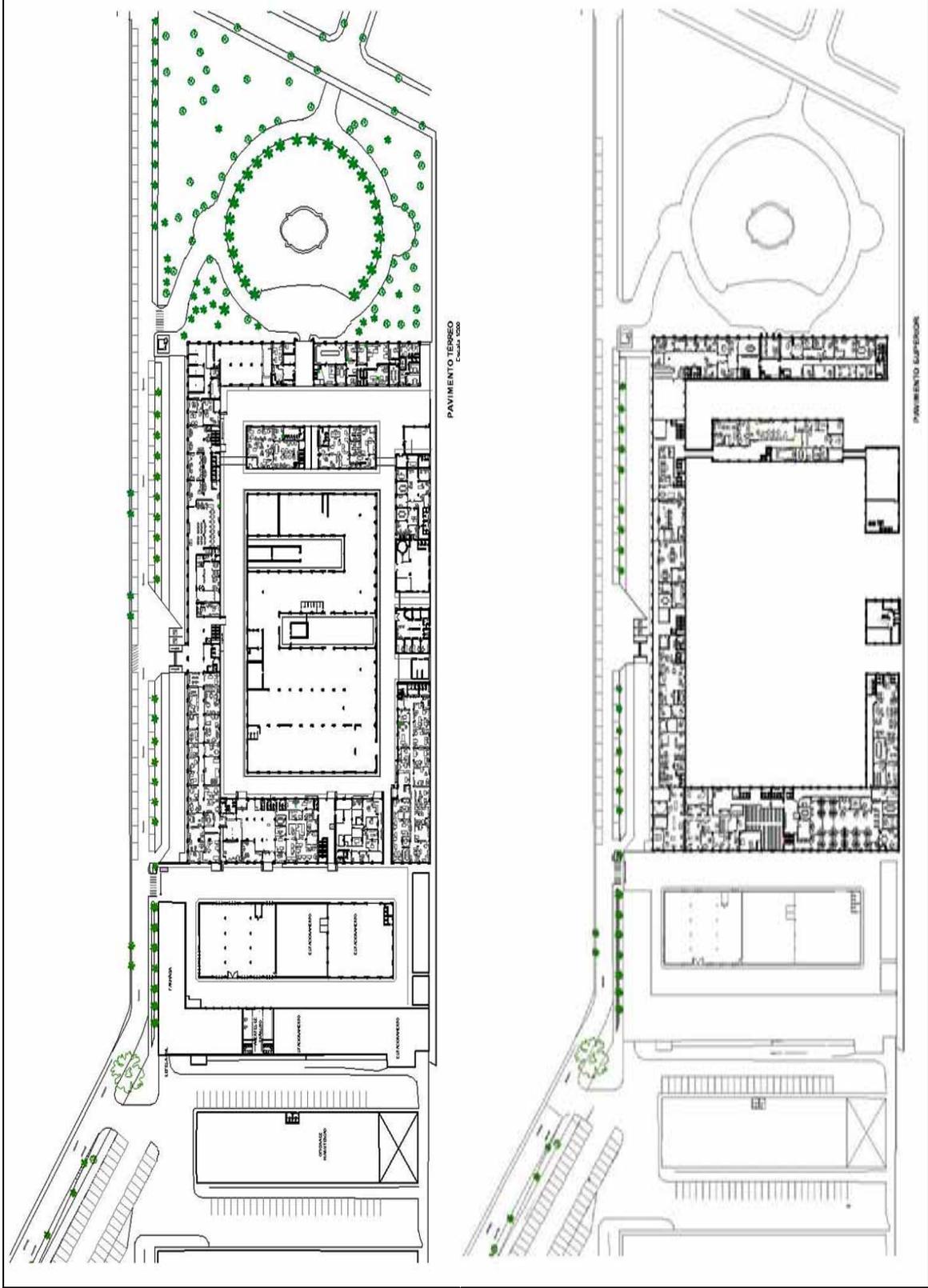


Figura 29 – Plantas digitalizadas do pavimento térreo e superior do Edifício Prada. Fonte: (CONDPHALI, no prelo, d).

O Edifício Prada e as escolas criadas por Agostinho Prada são marcos da indústria nacional e transmitem um sentido de organização empresarial⁵. De fato, a construção do início do século XX, em plena era do fordismo, tem uma arquitetura industrial tradicional possuindo no seu portão de entrada um grande relógio, símbolo da racionalização do tempo.



Figura 30 – Foto digitalizada da fachada do edifício da Cia. Prada de Indústria e Comércio, sem data.
Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Major José Levy Sobrinho”.

Agostinho Prada recebeu o título de cidadão limeirense em 1956, e em 1971 recebeu a Medalha Marechal Rondon. Após seu falecimento em 1975, seus filhos passaram a tomar conta do Grupo Industrial Prada e a fábrica de chapéus continuou a funcionar no edifício até o ano de 2000, data em que fechou suas portas, contando com mais de 300 funcionários. Após esta data a empresa fundiu-se com a Lanobrasil S.A. de Jundiaí e passou a se chamar Pralana, mantendo a fabricação de chapéus e feltros em novo local na cidade.

O Edifício Prada ficou abandonado por quatro longos anos, chegando a ser cogitada a sua demolição e substituição por um loteamento, quando a Prefeitura Municipal de Limeira decidiu adquirir o imóvel para sediar suas unidades administrativas. Assim, no final de 2004 o edifício recebeu o nome de Paço Municipal “Prefeito Waldemar Mattos Silveira” e o seu entorno se tornou um local valorizado economicamente com a ampliação do Center Plaza Shopping e do setor de comércio e serviços do “Centro Acima”.

⁵ Informação verbal obtida em entrevista com Ariadne Francisca Carrera Miguel no dia 16 de março de 2009.

2.2.9 Banco Nossa Caixa



Figura 31 – Foto digitalizada do antigo prédio da Caixa Econômica Estadual à esquerda, sem data.
Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Major José Levy Sobrinho”.

Devido a dificuldade em obter dados oficiais do imóvel, foi constatado através de relatos informais de moradores da cidade que o prédio da antiga Caixa Econômica Estadual foi construído na esquina com o Largo da Vitória em 1951, sendo um dos primeiros prédios do centro da cidade.

O prédio sempre pertenceu ao governo do Estado e abrigava: a Coletoria do Estado e um posto fiscal no primeiro andar; a Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A. no segundo piso; e a Câmara Municipal de Limeira no terceiro andar. Estas funções permaneceram até o início da década de 1980, quando houve uma grande reforma interna e uma readaptação para abrigar apenas o banco do governo do estado.

A Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A. foi instituída em 1917, constituindo-se em uma autarquia autônoma. Posteriormente, o banco passou a ser de capital fechado, pertencendo exclusivamente ao governo do estado com a denominação de Nossa Caixa Nosso Banco. Em seguida, o banco virou uma empresa mista com 28% das suas ações nas mãos de investidores particulares, caracterizando uma empresa de capital aberto sob o nome Banco

Nossa Caixa S.A. Recentemente, o banco foi vendido ao Banco do Brasil S. A. que está tentando comprar as ações dos investidores particulares e se tornar detentor exclusivo de seu capital financeiro.



Figura 32 – Foto digitalizada de desfile comemorativo em frente ao prédio do atual Banco Nossa Caixa, (sem data).
Fonte: Acervo do Museu Histórico Pedagógico “Major Levy Sobrinho”.

Construído em três pavimentos, o imóvel é de estilo neoclássico, destacando-se na paisagem pela opulência de sua arquitetura. Mais uma vez é possível observar a intenção do governo do estado em reafirmar seu poder e *status* através das formas urbanas.

2.3 As políticas locais de conservação do patrimônio histórico

A preocupação em conservar o patrimônio histórico edificado em Limeira é recente, pois vários destes edifícios, localizados na área central da cidade já foram descaracterizados por reformas ou substituídos por novos prédios modernos. A partir da década de 1990, observa-se o reconhecimento destas construções pela administração pública a com criação da Lei Orgânica, pela Câmara Municipal de Limeira, que reconheceu o direito dos munícipes e da prefeitura em proteger o patrimônio histórico, artístico e paisagístico da cidade. No entanto, em 1998 foi aprovado o Plano Diretor do Município, através da Lei Complementar nº 199, que não estabelece nenhuma diretriz ou zoneamento específico para o patrimônio histórico-cultural da cidade.

Em 27 de março de 2003, o prefeito José Carlos Pejon assinou a Lei nº 3.548 que cria o CONDEPHALI (Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Município de Limeira) órgão colegiado de assessoramento na defesa do patrimônio histórico, estético, turístico, paisagístico e arquitetônico de Limeira, vinculado à Secretaria de Cultura, Turismo e Eventos. As atribuições do Conselho estão centradas na preservação dos bens móveis e imóveis locais através de levantamentos, tombamentos, diretrizes, sanções, parcerias com ONGs (Organizações Não-Governamentais) e empresas privadas, e manifestações públicas sobre os interesses dos bens em questão.

O CONDEPHALI surgiu do interesse de funcionários da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo e é composto por 16 membros dentre eles, representantes de diversas secretarias municipais, nomeados pelo prefeito, e membros da sociedade civil e de instituições públicas e privadas, eleitos pelos pares. A escolha do Presidente do conselho é realizada através de eleição e o mandato dos membros é de três anos, sendo que as reuniões ocorrem mensalmente na presença de 1/3 dos conselheiros.

Em 2005, o CONDEPHALI fez um levantamento dos edifícios de valor histórico e arquitetônico da cidade, encaminhando um ofício à Secretaria da Cultura, Turismo e Eventos em julho de 2005. Dentre os imóveis levantados pelo conselho estão: o Palacete Levy; o Centro Cultural; o Teatro Vitória e a Gruta da Paz Toledo de Barros; o Palacete Tatuiby; o Prédio da Cesp; o Antigo Arquivo Municipal; a Indústria Prada e Creche; a Estação Ferroviária; as Fazendas Quilombo, Citra e Itapema; e as Igrejas N. S. da Boa Morte e Assunção, Catedral Nossa Senhora das Dores e Capela Cubatão. Esses imóveis foram reconhecidos pelo Conselho pelos seus valores históricos e estéticos sem, no entanto, definir as normas de conservação e usos dos mesmos.

No mês de agosto de 2007, a Secretaria de Planejamento e Urbanismo realizou uma reunião de revisão do Plano Diretor da cidade e incluiu em seu artigo 74 - incisos XXIV a XXVI, e Parágrafo Único nº 35 a lista de imóveis de interesse histórico e cultural. Dentre esses imóveis estão os já mencionados pelo CONDEPHALI e outros como: a delimitação do Centro Histórico da cidade; as Capelas do Bairro Santo Antônio, do Bom Jesus na Rodovia Anhanguera, e da N. S. do Amparo; o Casarão da Fazenda Tatu e da Fazenda Duas Barras; o Casarão à Praça Toledo Barros nº 97; o Alambique localizado às margens da Rodovia Limeira - Iracemópolis; o Bairro Tatu; a Usina Tabajara; o Cemitério Municipal da Saudade I; o Prédio da Nossa Caixa Nosso Banco à Praça Toledo Barros nº 120; a Igreja Lutherana (Bairro dos Pires); o Complexo Cemitério dos Pires; as Escolas Estaduais Brasil, Castelo Branco e a Técnica Trajano de Barros Camargo.

Para esses imóveis, citados acima, ficou previsto que qualquer proposta para restauração, recuperação, conservação, reforma ou requalificação deverá ter o parecer prévio do CONDEPHALI, além dos demais órgãos pertinentes.

No dia 28 de novembro de 2008, a Prefeitura Municipal de Limeira assinou o Decreto-Lei nº 388 que tomba provisoriamente 10 imóveis históricos do centro da cidade, dentre eles: todos os imóveis públicos e particulares da Rua Barão de Cascalho, a Estação Ferroviária, o Palacete Levy, a Igreja N. S. da Boa Morte e Assumpção, a Creche Prada, o Paço Municipal, o Casarão da Praça Toledo de Barros, a Casa dos Azulejos, o Palacete Tatuiby, e o Prédio da Nossa Caixa.

De acordo com o decreto, cabe ao CONDEPHALI inventariar esses imóveis no prazo de seis meses, levantando o histórico e as condições do imóvel, a fim de que ocorra o tombamento definitivo. Também ficou estabelecido que no caso de alguma intervenção nestes imóveis caberá a reconstituição completa do mesmo pelo proprietário. Até a presente data, o único imóvel com o IPAC (Inventário de Patrimônio Cultural) concluído é a Igreja Nossa Senhora da Boa Morte e Assumpção.

Segundo o Jornal de Limeira de 30 de novembro de 2008, é possível que a prefeitura realize parcerias com a iniciativa privada para preservar os imóveis históricos, provisoriamente tombados pelo decreto:

A idéia de tombamento dos imóveis históricos da cidade se iniciou no final de 2004, mas era necessário um novo plano diretor para embasar esta medida. A prefeitura estuda ainda um meio de criar um incentivo aos proprietários de prédio particulares, como nesse caso, para que não haja prejuízo financeiro para a conservação desses imóveis. (JORNAL DE LIMEIRA, 2008, p. 6).

O prefeito da cidade Silvio Félix declarou ao jornal que:

(...) faz parte de uma cidade bonita e bem cuidada a proteção dos imóveis que tenham valor histórico. (...) Privilegiar o aspecto histórico da cidade é importante, pois Limeira terá um curso de Restauro e Conservação oferecido pela Unicamp. (JORNAL DE LIMEIRA, 2008, p. 6).

No dia 12 de janeiro de 2009, foi assinado pelo Prefeito Silvio Félix a Lei Complementar n° 442 que dispõe sobre o novo “Plano Diretor Territorial-Ambiental do Município de Limeira”, decorrente do processo participativo de revisão do “Plano Diretor” da Lei Complementar n°199 de 11 de setembro de 1998.

Em seu primeiro artigo, a Lei n°442/09 define que o novo plano diretor é o instrumento básico do sistema de planejamento e gestão do município e utiliza o termo paisagem cultural para se referir a um ambiente passível de conservação, preservação e requalificação devido a materialização dos modos de viver e a representação do passado. O plano também cita as principais construções isoladas de uso coletivo da cidade dentre elas: a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção; a Capela do Cubatão; a Catedral Nossa Senhora das Dores; a Escola Coronel Flamínio (hoje museu e biblioteca); as escolas estaduais Grupo Brasil, Castelo Branco e Trajano Camargo; o Palacete Levy; o Paço Municipal Prefeito Waldemar Mattos Silveira (antiga Indústria de Chapéus Prada); o Prédio da Cesp; o Teatro Vitória e a Gruta na Praça Toledo de Barros; o antigo Arquivo Municipal; a Igreja Luterana do Bairro dos Pires; o Casarão da Fazenda Duas Barras; a Capela Santo Antônio; a Usina Tabajara; e o prédio Nossa Caixa Nosso Banco à Praça Toledo de Barros, 120 (LIMEIRA, 2009).

Além de levantar os imóveis de interesse histórico, o plano define um “Programa de Incentivo à Manutenção de Áreas Históricas e Turísticas”, cujas diretrizes são:

Estabelecer critérios, normas e procedimentos para a preservação, restauro ou requalificação de bens móveis e imóveis ou áreas, que apresentem, no mínimo, uma das seguintes qualificações: valor histórico representativo, excepcional ou de referência arquitetônica, artística, simbólica, cultural, de tradição e heranças locais; - Potencial para desenvolvimento de atividades turísticas e culturais; - Relações físicas e culturais com o entorno que indiquem a necessidade de manutenção de ambientação para preservação da paisagem cultural. (LIMEIRA, 2009, p. 163-164).

Estabelecidas as áreas de interesse histórico e cultural da cidade, as medidas para valorizar estes imóveis contemplarão: a elaboração de inventários da paisagem cultural; a criação de parcerias com universidades e empresas; a viabilização de subsídios fiscais aos proprietários que realizem projetos de conservação; a delimitação do centro histórico; e a criação de medidas de ocupação e interferência através dos órgãos competentes.

Além do levantamento das construções isoladas de uso coletivo da cidade, o novo plano cita as áreas de interesse histórico e cultural da cidade, abrangendo todo o entorno dos imóveis em que se situam. Essas áreas terão suas dimensões, formas e usos de ocupação determinados pela CEAUOS (Comissão de Estudo e Análise de Uso e Ocupação do Solo do Município de Limeira), pelo COMTUR (Conselho Municipal de Turismo) e pelo CONDEPHALI (Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Município de Limeira) a fim resguardar as propostas de incentivo cultural e turístico.

As áreas de interesse histórico e cultural da cidade definidas pelo novo diretor são: Centro Histórico; Estação Ferroviária; Palacete Levy, Palacete Tatuhiby e área onde está implantado o zoológico; Igreja Nossa Senhora da Boa Morte e Assumpção; Capela do Cubatão; Capela do Bairro Santo Antônio; Capela do Bom Jesus na Rodovia Anhanguera; Casarão da Fazenda Tatu; Centro Cultural; Igreja Nossa Senhora das Dores; Praça Toledo de Barros, incluindo a Gruta e o Teatro, exceto seu foyer; Capela Nossa Senhora do Amparo; Creche Prada; Prédio da antiga Cesp, à rua Dr. Trajano; Paço Municipal; Antigo Arquivo Municipal da Prefeitura à Rua Barão de Cascalho; Fazenda Quilombo; Fazenda Cintra; Fazenda Itapema; Alambique localizado às margens da Rodovia Limeira - Iracemópolis; Bairro Tatu; Casarão da Fazenda Duas Barras; Usina Tabajara; Cemitério Municipal da Saudade; Casarão à Praça Toledo de Barros; Prédio da Nossa Caixa Nosso Banco à Praça Toledo de Barros; Igreja Lutherana do Bairro dos Pires; Complexo Cemitério dos Pires; Escola Estadual Brasil; Escola Estadual Castelo Branco; Escola Estadual Trajano de Barros Camargo; Casa dos Azulejos, localizada à Rua Tiradentes, nº211.

A partir das políticas públicas de conservação do patrimônio histórico de Limeira, observa-se que as mesmas, ainda que tardiamente elaboradas, estão embasadas nos princípios estabelecidos pela Carta de Veneza que qualifica os valores atribuídos ao patrimônio histórico, ampliando e democratizando os bens culturais passíveis de conservação. As medidas de valorização do entorno dos imóveis também são estratégias criadas pela carta que analisa a importância de vincular o patrimônio histórico material ao local onde está inserido, sendo necessária a conservação de toda a sua ambiência.

Observamos também a utilização dos princípios previstos na Declaração de Nairóbi, de 1972, que trata de requalificar as áreas históricas degradadas, transformando-as em espaços culturais. Estas medidas estão sendo utilizadas pelas secretarias municipais de Turismo e Eventos e de Cultura que têm elaborado projetos de re-funcionalização dos imóveis históricos do centro da cidade, inserindo-os em atividades novas que venham a valorizar a imagem da cidade culturalmente, transformando esses espaços em locais de intercâmbio e consumo:

como cafés, bares e quiosques ou no estabelecimento de ensino voltado às formas de expressão artísticas (teatro, música, dança e artes plásticas).

Desde quando o novo plano diretor entrou em vigor, no início de 2009, foi possível ao Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Planejamento Urbano e ao CONDEPHALI colocar em prática os projetos de requalificação nos imóveis de interesse histórico da cidade. Assim, até a presente data, o CONDEPHALI está em fase de inventariar os imóveis, tombados provisoriamente pelo decreto de novembro de 2008, e outros definidos como locais de interesse histórico e cultural para a cidade. Além dos inventários, estas instituições têm agido incisivamente sobre as obras de intervenção nas áreas de interesse histórico e cultural, fiscalizando os imóveis e até embargando as obras que não respeitem as diretrizes estabelecidas pelo plano diretor.

Ainda assim, acreditamos que as políticas locais têm um longo percurso a seguir. As especificidades decorrentes da aplicação de medidas de conservação devem ser contempladas em programas que levem em consideração não só proteção dos edifícios históricos contra intervenções, mas também: o restauro dos imóveis degradados; a desobstrução dos imóveis históricos por atividades que interferem em sua estrutura e por anúncios publicitários ou fios de iluminação pública; a manutenção contínua dos bens culturais da cidade; e a conscientização patrimonial que reduz o vandalismo e a transgressão. Outra medida que ainda não foi contemplada nos projetos é a qualificação acadêmica e técnica de profissionais na área de restauração e manutenção do patrimônio histórico através de cursos e oficinas locais.

Também não foi observado o tratamento que será dado à população residente dos locais de interesse histórico, como previsto na Declaração de Nairóbi de 1976, indicando um processo de gentrificação do patrimônio histórico. Este fato denuncia a preocupação arquitetônica, urbanística e econômica dos gestores locais em detrimento da valorização humana e social que contemplariam o respeito aos modos de vida e saberes locais.

Destarte, o presente trabalho tem como intenção inserir a população nos projetos de requalificação paisagística de Limeira, a partir do resgate da concepção que a população local tem sobre esses espaços, contribuindo para um processo de planejamento urbano mais significativo. Acreditamos que assim, os resultados das políticas criadas serão mais positivos e duradouros.



CAPÍTULO III
“O OLHAR DA POPULAÇÃO
E PROPOSTAS PARA O PATRIMÔNIO
HISTÓRICO DE LIMEIRA”

*Figura 33: Foto da fachada do Palacete Levy, sede atual da Secretaria Municipal da Cultura.
A autora: Marcela Mineo, 2006*

3.1 Procedimentos da pesquisa

Como observamos anteriormente, a valorização do patrimônio histórico em Limeira é recente, tendo se iniciado na primeira década do século XXI. Esse atraso em elaborar medidas de controle e fiscalização dos bens culturais explica a situação de deterioração em que se encontram os poucos imóveis históricos do centro da cidade. No entanto, as últimas administrações municipais avançaram bastante no sentido de levantar os imóveis de interesse histórico-cultural para o município e criar medidas de proteção do mesmo.

Os valores de conservação e preservação do patrimônio histórico ainda estão sendo incorporados pela sociedade local. Ainda assim, as medidas de proteção dos imóveis já criadas, como o tombamento, devem ser realizadas paralelamente com propostas de restauração e conservação dos imóveis, conscientização da população local, capacitação profissional para atuar na área do turismo cultural e restauro, bem como programas de requalificação desses espaços e valorização da história e cultural local.

Tendo em vista contribuir para a elaboração de políticas de conservação do patrimônio histórico que sejam mais significativas para a comunidade local, achamos que deveríamos consultá-la sobre o que entendem por conservação e quais dos edifícios históricos de uso coletivo do centro da cidade devem ser conservados.

Assim, elaboramos um questionário aplicado nos primeiros meses de 2007 com a população usuária do centro da cidade. A aplicação do questionário foi realizada durante o horário comercial em locais de grande circulação de pedestres, como pontos de ônibus e praças públicas, espalhados no centro da cidade. A escolha dos pontos de entrevista não estava atrelada à localização dos edifícios históricos e sim foram escolhidos aleatoriamente visando obter uma amostra diversificada da população.

Para compor o universo da pesquisa, entrevistamos 150 usuários do centro da cidade e observamos durante a aplicação do questionário certa resistência por parte da população em compreender a relevância da entrevista. Este fato já demonstrava o baixo grau de conscientização patrimonial da população.

O questionário foi elaborado com questões abertas, divididas em duas partes, que possibilitaram o registro de várias informações fornecidas pelos entrevistados. A primeira parte do questionário consistia num cadastro do entrevistado, levantando variáveis como: sexo, idade, escolaridade, profissão, residência e qual era o principal uso que fazia do centro da cidade.

A segunda parte do questionário procurava verificar o que entrevistado entendia por conservação do patrimônio arquitetônico e quais edifícios históricos de uso coletivo da área central necessitavam de conservação. Para isso, o entrevistado era apresentado com fotos atualizadas da fachada dos imóveis selecionados pela pesquisa, dentre eles: a Igreja Nossa Senhora da Boa Morte e Assumpção, a Estação Ferroviária, o Palacete Levy, o Centro Cultural, a Gruta, o Paço Municipal - Edifício Prada, o Teatro Vitória, a agência do Banco Nossa Caixa e a Escola Estadual Brasil. Cabe salientar que muitas vezes foi necessário explicar os conceitos de patrimônio arquitetônico aos entrevistados, uma vez que muitos os desconheciam.

Após a aplicação do questionário, digitamos as respostas obtidas em planilhas do programa Microsoft Excel 2007. Como o questionário era aberto e as respostas colhidas eram muito variadas, tivemos que criar categorias de respostas, de acordo com sua reincidência, a fim de facilitar a manipulação dos resultados em tabelas.

Posteriormente, separamos as entrevistas de acordo com o edifício histórico escolhido, procurando levantar o perfil dos entrevistados que escolheram cada imóvel e os motivos que o levaram a escolhê-lo (Tabelas 1 a 9). Criamos também uma tabela para os entrevistados que escolheram “Todos os edifícios” e “Nenhum dos edifícios” a serem conservados (Tabelas 10 e 11). E por fim, foi gerada uma planilha síntese das respostas obtidas que forneceu as informações gerais dos entrevistados e o imóvel mais escolhido dentre todos para ser conservado (Tabelas 12 e 13).

Além do questionário também foram realizados trabalhos de campo com o aparelho GPS (Global Position System) modelo *Garmin Legend HCx* e máquina fotográfica, com o objetivo de registrar as coordenadas geográficas e altitude dos imóveis, bem como as condições em que os mesmos se encontram. De posse das coordenadas geográficas dos edifícios da pesquisa e do mapa-base digitalizado da área urbana – disponível no endereço eletrônico da Secretaria de Planejamento e Urbanismo de Limeira, foi confeccionado o mapa da localização dos edifícios históricos no programa de computador *AutoCad 2006*. As imagens de satélite dos edifícios da pesquisa foram obtidas através do programa de computador *Google Earth 5*, com a finalidade de caracterizar o arranjo espacial em que os mesmos estão situados.

Por fim, foram elaboradas propostas turísticas e educativas para sanar os problemas levantados nas entrevistas. Essas propostas têm a finalidade de contribuir com as políticas públicas locais, conscientizando a população e valorizando o patrimônio histórico cultural.

3.2 Resultados obtidos

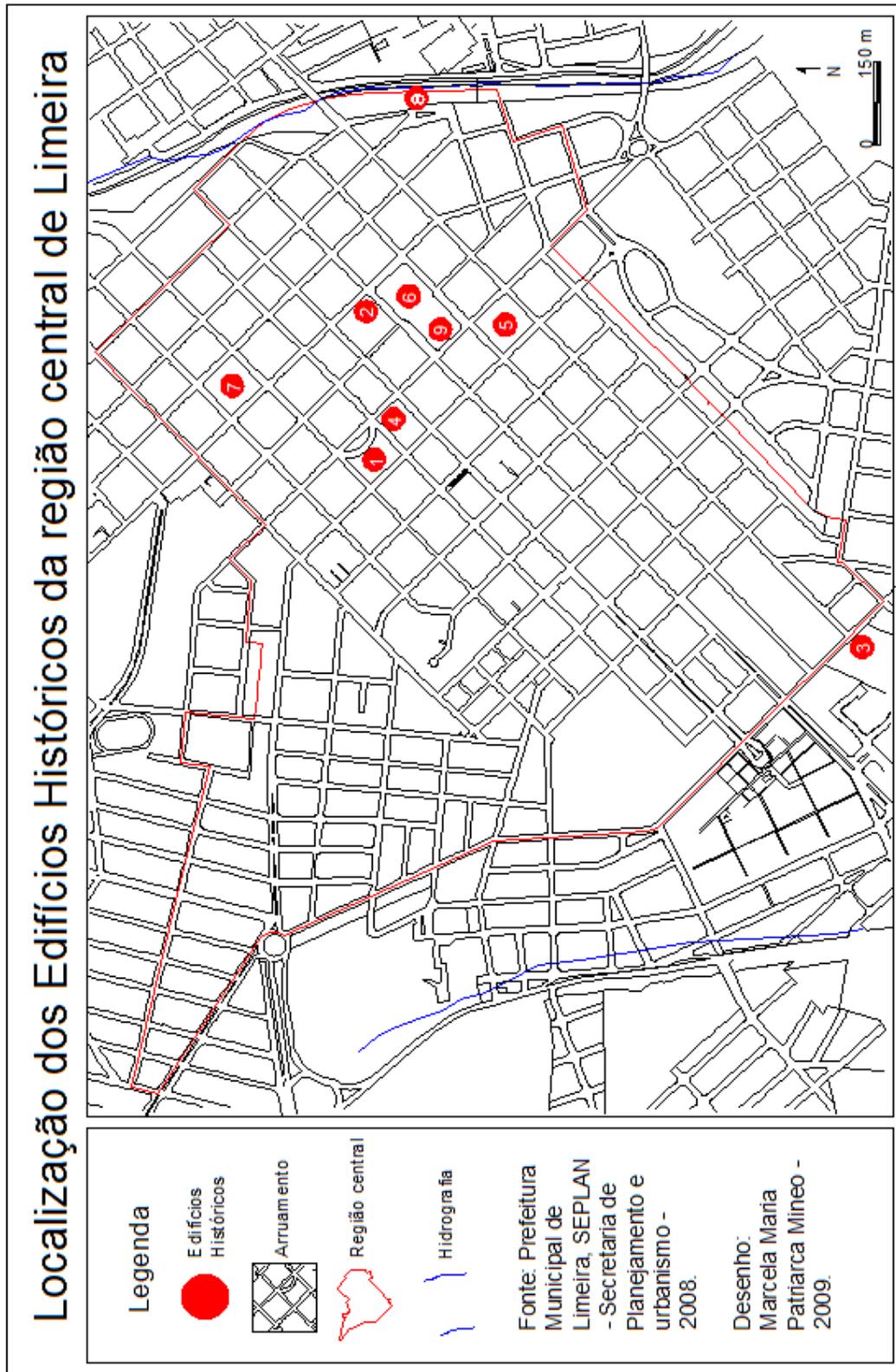


Figura 34 - Mapa de localização dos edifícios históricos de uso coletivo do centro de Limeira - SP.



Figura 35– Imagem de satélite localizando os edifícios históricos de uso coletivo do centro de Limeira. Autora: Marcela Mineo (2009).

3.2.1 Igreja Nossa Senhora da Boa Morte e Assumpção

Localização Geográfica: Sul 22° 33' 44.9'' e Oeste 47° 24' 15.7'' a 580 metros de altitude.



Figura 36 – Imagem de satélite localizando a Igreja N. S. da Boa Morte e Assumpção e fotografia do imóvel utilizada na entrevista.
Autora: Marcela Mineo (2009).

RESULTADOS DA IGREJA DA BOA MORTE EM %		
SEXO	MASCULINO	57,1
	FEMININO	42,9
IDADE	19 - 30 ANOS	28,6
	31 - 50 ANOS	42,9
	> 50 ANOS	28,6
OCUPAÇÃO	FUNC. PÚBLICO	14,3
	AUTÔNOMO	28,6
	ASSALARIADO	14,3
	DESEMPREGADO	42,9
ESCOLARIDADE	1º GRAU	71,4
	2º GRAU	14,3
	3º GRAU	14,3
MORA EM LIMEIRA?	SIM	100,0
HÁ QUANTO TEMPO?	< 5 ANOS	14,3
	6 -15 ANOS	14,3
	16 - 30 ANOS	28,6
	> 30 ANOS	42,9
LOCAL DE MORADIA	ADJACENTE	42,9
	PERIFERIA	57,1
COMO USA O CENTRO DA CIDADE?	PASSAGEM	71,4
	TRABALHO	28,6
O QUE VOCÊ ENTENDE POR CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO?	CUIDAR	28,6
	MANTER	14,3
	PRESERVAR	28,6
	IMPORTANTE/NÃO SOUBE EXPLICAR	28,6
MOTIVO DA ESCOLHA	ANTIGO	57,1
	BELEZA	14,3
	HISTÓRIA	14,3
	FUNÇÃO	14,3
COM QUE FREQUÊNCIA UTILIZA ESTE EDIFÍCIO?	SEMPRE	28,6
	ÀS VEZES	71,4

Tabela 01 – Resultado dos entrevistados que escolheram a Igreja N. S. da Boa Morte e Assumpção.
 Autora: Marcela Mineo, 2008.

Há uma predominância de homens (57,1%), com idade entre 31 e 50 anos (42,9%). Em sua maioria se declararam desempregados (42,9%) e com o primeiro grau completo (71,4%), sendo todos moradores de Limeira há mais de 30 anos (42,9%), na região da periferia da cidade (57,1%) e utilizam o centro como passagem (71,4%). Sobre conservar o patrimônio histórico, os entrevistados alegaram que significa cuidar e preservar (28,6%) e que é importante, mas não souberam explicar o motivo dessa importância (28,6%). Os entrevistados escolheram o edifício por ser antigo (57,1%) e afirmaram que o utilizam esporadicamente (71,4%). É interessante associar a escolha do edifício religioso por uma população adulta, residente há mais de 30 anos em Limeira, com baixa escolaridade e desempregada. Também vale destacar que o edifício foi escolhido por ser antigo e pelo fato da população utilizá-lo esporadicamente.

3.2.2 Banco Nossa Caixa

Localização Geográfica: Sul 22° 33' 46.0'' e Oeste 47° 24' 04.8'' a 578 metros de altitude.



Figura 37 – Imagem de satélite localizando o Banco Nossa Caixa e fotografia do imóvel utilizada na entrevista.
Autora: Marcela Mineo (2009).

RESULTADOS DO BANCO NOSSA CAIXA EM %		
SEXO	MASCULINO	66,7
	FEMININO	33,3
IDADE	19 - 30 ANOS	33,3
	31 - 50 ANOS	33,3
	> 50 ANOS	33,3
OCUPAÇÃO	AUTÔNOMO	33,3
	ASSALARIADO	66,7
ESCOLARIDADE	1º GRAU	33,3
	2º GRAU	33,3
	3º GRAU	33,3
MORA EM LIMEIRA?	SIM	66,7
	NÃO	33,3
HÁ QUANTO TEMPO?	< 5 ANOS	33,3
	> 30	33,3
	NÃO MORA	33,3
LOCAL DE MORADIA	PERIFERIA	66,7
	NÃO MORA	33,3
COMO USA O CENTRO DA CIDADE?	PASSAGEM	33,3
	TRABALHO	66,7
O QUE VOCÊ ENTENDE POR CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO?	CUIDAR	33,3
	MANTER	33,3
	IMPORTANTE/NÃO SOUBE EXPLICAR	33,3
MOTIVO DA ESCOLHA	BELEZA	66,7
	FUNÇÃO	33,3
COM QUE FREQUÊNCIA UTILIZA ESTE EDIFÍCIO?	SEMPRE	33,3
	ÀS VEZES	66,7

Tabela 02 - Resultado dos entrevistados que escolheram o Banco Nossa Caixa S.A.
 Autora: Marcela Mineo, 2008.

Há uma predominância de homens (66,7%), com idade variando entre 19 e mais de 50 anos (99,9%). Em sua maioria se declararam trabalhadores assalariados (66,7%), com escolaridade variando igualmente entre o primeiro e o terceiro grau completo (33,3%), sendo moradores de Limeira (66,7%) há menos de 5 anos (33,3%) e mais de 30 anos (33,3%), na região da periferia da cidade (66,7%) e utilizam o centro para trabalhar (66,7%). Sobre conservar o patrimônio histórico, os entrevistados alegaram que significa cuidar e manter (33,3%) e que é importante, mas não souberam explicar o motivo dessa importância (33,3%). Os entrevistados escolheram o edifício pela beleza (66,7%) e afirmaram utilizá-lo esporadicamente (66,7%).

É interessante associar a escolha do edifício que abriga o banco público estadual por uma população residente em Limeira, adulta, economicamente ativa, de escolaridade variada e que trabalha no centro da cidade. Também vale destacar que o edifício foi escolhido pela beleza e pelo uso esporádico.

3.2.3 Paço Municipal

Localização Geográfica: Sul 22° 34' 18.4'' e Oeste 47° 24' 29.4'' a 612 metros de altitude.



Figura 38 – Imagem de satélite localizando o Paço Municipal e fotografia do imóvel utilizada na entrevista.
Autora: Marcela Mineo (2009).

RESULTADOS DO PAÇO MUNICIPAL EM %		
SEXO	MASCULINO	44,4
	FEMININO	55,6
IDADE	< 18 ANOS	11,1
	19 - 30 ANOS	77,8
	31 - 50 ANOS	11,1
OCUPAÇÃO	FUNC. PÚBLICO	44,4
	AUTÔNOMO	11,1
	ASSALARIADO	33,3
	DESEMPREGADO	11,1
ESCOLARIDADE	1º GRAU	22,2
	2º GRAU	55,6
	3º GRAU	11,1
	PÓS	11,1
MORA EM LIMEIRA?	SIM	100,0
HÁ QUANTO TEMPO?	< 5 ANOS	44,4
	6 -15 ANOS	11,1
	16 - 30 ANOS	44,4
QUAL É O BAIRRO ONDE VOCÊ MORA?	ADJACENTE	33,3
	PERIFERIA	66,7
COMO USA O CENTRO DA CIDADE?	PASSAGEM	55,6
	TRABALHO	44,4
O QUE VOCÊ ENTENDE POR CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO?	CUIDAR	44,4
	PRESERVAR	33,3
	IMPORTANTE/NÃO SOUBE EXPLICAR	22,2
MOTIVO DA ESCOLHA	ANTIGO	11,1
	BELEZA	33,3
	HISTÓRIA	11,1
	DESCUIDO	11,1
	FUNÇÃO	33,3
COM QUE FREQUÊNCIA UTILIZA ESTE EDIFÍCIO?	SEMPRE	22,2
	ÀS VEZES	55,6
	NUNCA	22,2

Tabela 03 – Resultado dos entrevistados que escolheram o Paço Municipal.
 Autora: Marcela Mineo, 2008.

Há uma predominância de mulheres (55,6%), com idade variando entre 19 e 30 anos (77,8%). Em sua maioria se declararam funcionários públicos (44,4%) e com segundo grau completo (55,6%), sendo residentes em Limeira há menos de 5 anos (44,4) e há 16 até 30 anos (44,4%), na região da periferia da cidade (66,7%) e utilizam o centro como passagem (55,6%). Sobre conservar o patrimônio histórico, os entrevistados alegaram que significa cuidar (44,4%). Os entrevistados escolheram o edifício pela beleza e função (33,3%) e afirmaram utilizá-lo esporadicamente (55,6%).

É interessante observar que a escolha pelo Paço Municipal se deu, em maioria, por funcionários públicos e por mulheres. As mulheres podem o ter escolhido pela presença marcante da Creche Prada localizada à sua frente. Também vale destacar que o edifício foi escolhido pela beleza e função e pelo fato da população utilizá-lo esporadicamente.

3.2.4 Palacete Levy

Localização Geográfica: Sul 22° 34' 02.0'' e Oeste 47° 24' 00.1'' a 559 metros de altitude.



Figura 39 – Imagem de satélite localizando o Palacete Levy e fotografia do imóvel utilizada na entrevista.
Autora: Marcela Mineo (2009).

RESULTADOS DO PALACETE LEVY EM %		
SEXO	MASCULINO	21,7
	FEMININO	78,3
IDADE	19 - 30 ANOS	34,8
	31 - 50 ANOS	56,5
	> 50 ANOS	8,7
OCUPAÇÃO	FUNC. PÚBLICO	8,7
	AUTÔNOMO	13,0
	ASSALARIADO	56,5
	APOSENTADO	8,7
	PENSIONISTA	4,3
	DESEMPREGADO	8,7
ESCOLARIDADE	1º GRAU	26,1
	2º GRAU	43,5
	3º GRAU	21,7
	PÓS	4,3
	NÃO ESTUDOU	4,3
MORA EM LIMEIRA?	SIM	82,6
	NÃO	17,4
TEMPO DE MORADIA	6 - 15 ANOS	4,3
	16 - 30 ANOS	52,2
	> 30	26,1
	NÃO MORA	17,4
QUAL É O BAIRRO ONDE VOCÊ MORA?	CENTRAL	8,7
	ADJACENTE	21,7
	PERIFERIA	52,2
	NÃO MORA	17,4
COMO USA O CENTRO DA CIDADE?	PASSAGEM	69,6
	MORADIA	8,7
	TRABALHO	21,7
O QUE VOCÊ ENTENDE POR CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO?	CUIDAR	13,0
	MANTER	17,4
	RESTAURAR	8,7
	PRESERVAR	13,0
	IMPORTANTE/NÃO SOUBE EXPLICAR	47,8
MOTIVO DA ESCOLHA	ANTIGO	17,4
	BELEZA	13,0
	HISTÓRIA	4,3
	DESCUIDO	21,7
	FUNÇÃO	30,4
	MARCO VISUAL	13,0
COM QUE FREQUÊNCIA UTILIZA ESTE EDIFÍCIO?	SEMPRE	4,3
	ÀS VEZES	52,2
	NUNCA	43,5

Tabela 04 – Resultado dos entrevistados que escolheram o Palacete Levy.
 Autora: Marcela Mineo, 2008.

Há uma predominância de mulheres (78,3%), com idade variando entre 31 e 50 anos (56,5%). Em sua maioria se declararam trabalhadores assalariados (56,5%) e com segundo grau completo (43,5%), sendo moradores de Limeira (82,6%) há 16 até 30 anos (52,2%), na

região da periferia da cidade (52,2%) e utilizam o centro como passagem (69,6%). Sobre conservar o patrimônio histórico, os entrevistados alegaram que é importante, mas não souberam explicar o motivo dessa importância (47,8%). Os entrevistados escolheram o edifício pela função (30,4%) e afirmaram utilizá-lo esporadicamente (52,2%). É interessante observar que o edifício foi escolhido majoritariamente por mulheres adultas e assalariadas que valorizam a função do imóvel e o utilizam esporadicamente.

3.2.5 *Centro Cultural*

Localização Geográfica: Sul 22° 33' 53.9'' e Oeste 47° 24' 06.9'' a 598 metros de altitude.



Figura 40 – Imagem de satélite localizando o Centro Cultural e fotografia do imóvel utilizada na entrevista
Autora: Marcela Mineo (2009).

RESULTADOS DO CENTRO CULTURAL EM %		
SEXO	MASCULINO	30
	FEMININO	70
IDADE	< 18 ANOS	40
	19 - 30 ANOS	30
	31 - 50 ANOS	30
OCUPAÇÃO	FUNC. PÚBLICO	20
	ASSALARIADO	20
	ESTUDANTE	40
	APOSENTADO	10
	DESEMPREGADO	10
ESCOLARIDADE	1º GRAU	40
	2º GRAU	50
	3º GRAU	10
MORA EM LIMEIRA?	SIM	100
HÁ QUANTO TEMPO?	< 5 ANOS	20
	6 -15 ANOS	40
	16 - 30 ANOS	20
	> 30	20
LOCAL DE MORADIA	ADJACENTE	40
	PERIFERIA	60
COMO USA O CENTRO DA CIDADE?	PASSAGEM	80
	TRABALHO	20
O QUE VOCÊ ENTENDE POR CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO?	CUIDAR	50
	MANTER	10
	IMPORTANTE/NÃO SOUBE EXPLICAR	40
MOTIVO DA ESCOLHA	HISTÓRIA	20
	DESCUIDO	10
	FUNÇÃO	60
	MARCO VISUAL	10
COM QUE FREQUÊNCIA UTILIZA ESTE EDIFÍCIO?	SEMPRE	20
	ÀS VEZES	70
	NUNCA	10

Tabela 05 – Resultado dos entrevistados que escolheram o Centro Cultural.
 Autora: Marcela Mineo, 2008.

Há uma predominância de mulheres (70%), com idade inferior a 18 anos (40%). Em sua maioria se declararam estudantes (40%) e com segundo grau completo (50%), sendo todos moradores de Limeira há 6 até 15 anos (40%), na região da periferia da cidade (60%) e utilizam o centro como passagem (80%). Sobre conservar o patrimônio histórico, os entrevistados alegaram que significa cuidar (50%). Os entrevistados escolheram o edifício pela função (60%) e afirmaram utilizá-lo esporadicamente (70%).

É interessante notar que a escolha do edifício que abriga oficinas culturais, Biblioteca Municipal, Infocentro e Museu por uma população composta por adolescentes do sexo feminino, que estão cursando o segundo grau. Também vale destacar que o edifício foi escolhido pela função e pelo fato da população utilizá-lo esporadicamente.

3.2.6 Gruta

Localização Geográfica: Sul 22° 33' 49.1'' e Oeste 47° 24' 05.7'' a 578 metros de altitude.



Figura 41 – Imagem de satélite localizando a Gruta e fotografia do imóvel utilizada na entrevista.
Autora: Marcela Mineo (2009).

RESULTADOS DA GRUTA EM %		
SEXO	MASCULINO	46,2
	FEMININO	53,8
IDADE	< 18 ANOS	15,4
	19 - 30 ANOS	38,5
	31 - 50 ANOS	38,5
	> 50 ANOS	7,7
OCUPAÇÃO	FUNC. PÚBLICO	7,7
	AUTÔNOMO	23,1
	ASSALARIADO	53,8
	ESTUDANTE	7,7
	APOSENTADO	7,7
ESCOLARIDADE	1º GRAU	38,5
	2º GRAU	46,2
	3º GRAU	15,4
MORA EM LIMEIRA?	SIM	84,6
	NÃO	15,4
TEMPO DE MORADIA	6 -15 ANOS	7,7
	16 - 30 ANOS	46,2
	> 30	30,8
	NÃO MORA	15,4
LOCAL DE MORADIA	ADJACENTE	30,8
	PERIFERIA	53,8
	NÃO MORA	15,4
COMO USA O CENTRO DA CIDADE?	PASSAGEM	69,2
	TRABALHO	30,8
O QUE VOCÊ ENTENDE POR CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO?	CUIDAR	7,7
	MANTER	15,4
	RESTAURAR	7,7
	PRESERVAR	7,7
	DESNECESSÁRIO	7,7
	IMPORTANTE/NÃO SOUBE EXPLICAR	46,2
	NÃO ENTENDE	7,7
MOTIVO DA ESCOLHA	ANTIGO	15,4
	FUNÇÃO	15,4
	MARCO VISUAL	69,2
COM QUE FREQUÊNCIA UTILIZA ESTE EDIFÍCIO?	ÀS VEZES	76,9
	NUNCA	23,1

Tabela 06 – Resultado dos entrevistados que escolheram a Gruta.
 Autora: Marcela Mineo, 2008.

Há uma predominância de mulheres (53,8%), com idade variando entre 19 a 50 anos (77%). Em sua maioria se declararam trabalhadores assalariados (53,8%) e com segundo grau completo (46,2%), sendo moradores de Limeira (84,6%) há 16 até 30 anos (46,2%), na região da periferia da cidade (53,8%) e utilizam o centro como passagem (69,2%). Sobre conservar o patrimônio histórico, os entrevistados alegaram que é importante, mas não souberam explicar o porquê dessa importância (46,2%). Os entrevistados escolheram o imóvel por ser um marco visual na cidade (69,2%) e afirmaram utilizá-lo esporadicamente (76,9%).

É interessante relacionar a escolha da Gruta por mulheres adultas assalariadas que utilizam o centro como passagem. Essa escolha pode estar associada ao fato da Gruta ser bastante requisitada pelas crianças que a utilizam para brincar. Também vale destacar que foi o único imóvel escolhido por ser um marco visual, devido a suas características pitorescas.

3.2.7 *EE Brasil*

Localização Geográfica: Sul 22° 33' 37.9'' e Oeste 47° 24' 13.2'' a 560 metros de altitude.

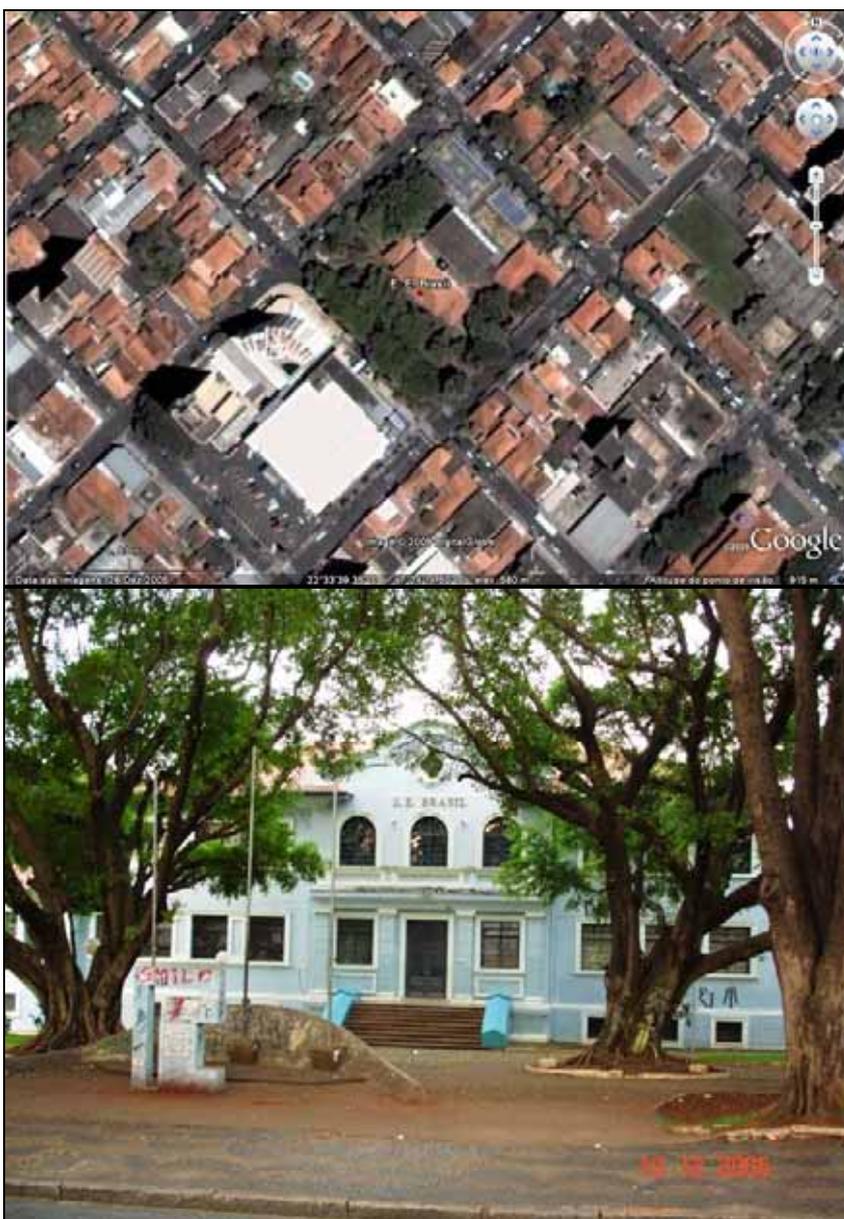


Figura 42 – Imagem de satélite localizando a EE Brasil e fotografia do imóvel utilizada na entrevista. Autora: Marcela Mineo (2009).

RESULTADOS DA EE BRASIL EM %		
SEXO	MASCULINO	23,1
	FEMININO	76,9
IDADE	< 18 ANOS	15,4
	19 - 30 ANOS	30,8
	31 - 50 ANOS	53,8
OCUPAÇÃO	FUNC. PÚBLICO	7,7
	ASSALARIADO	69,2
	ESTUDANTE	15,4
	DESEMPREGADO	7,7
ESCOLARIDADE	1º GRAU	23,1
	2º GRAU	61,5
	3º GRAU	15,4
MORA EM LIMEIRA?	SIM	92,3
	NÃO	7,7
HÁ QUANTO TEMPO?	< 5 ANOS	7,7
	6 -15 ANOS	23,1
	16 - 30 ANOS	38,5
	> 30	23,1
	NÃO MORA	7,7
LOCAL DE MORADIA	ADJACENTE	23,1
	PERIFERIA	69,2
	NÃO MORA	7,7
COMO USA O CENTRO DA CIDADE?	PASSAGEM	46,2
	TRABALHO	53,8
O QUE VOCÊ ENTENDE POR CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO?	CUIDAR	7,7
	MANTER	7,7
	RESTAURAR	15,4
	PRESERVAR	23,1
	DESNECESSÁRIO	7,7
	IMPORTANTE/NÃO SOUBE EXPLICAR	15,4
	NÃO ENTENDE	23,1
MOTIVO DA ESCOLHA	ANTIGO	7,7
	BELEZA	7,7
	DESCUIDO	7,7
	FUNÇÃO	61,5
	MEMÓRIA	15,4
COM QUE FREQUÊNCIA UTILIZA ESTE EDIFÍCIO?	SEMPRE	15,4
	ÀS VEZES	61,5
	NUNCA	23,1

Tabela 07 – Resultado dos entrevistados que escolheram a EE Brasil.
 Autora: Marcela Mineo, 2008.

Há uma predominância de mulheres (76,9%), com idade variando entre 31 e 50 anos (53,8%). Em sua maioria se declararam trabalhadores assalariados (69,2%) e com segundo grau completo (61,5%), sendo moradores de Limeira (92,3%) há 16 até 30 anos (38,5%), na região da periferia da cidade (69,2%) e utilizam o centro para trabalhar (53,8%). Sobre conservar o patrimônio histórico, os entrevistados alegaram que significa preservar (23,1%) e que é algo importante sem saber explicar o motivo dessa importância (23,1%). Os

entrevistados escolheram o imóvel pela função (61,5%) e afirmaram utilizá-lo esporadicamente (61,5%).

É interessante compreender a escolha da escola pública por mulheres adultas assalariadas e com o segundo grau completo. A escolha deste edifício pode estar associada ao fato dessas pessoas terem estudado na escola, pois foi apontando como algo a ser conservado devido a função que exerce na comunidade.

3.2.8 Estação Ferroviária

Localização Geográfica: Sul 22° 33' 50.4'' e Oeste 47° 23' 51.7'' a 559 metros de altitude.



Figura 43 – Imagem de satélite localizando a Estação Ferroviária e fotografia do imóvel utilizada na entrevista.
Autora: Marcela Mineo (2009).

RESULTADOS DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA EM %		
SEXO	MASCULINO	35,7
	FEMININO	64,3
IDADE	< 18 ANOS	7,1
	19 - 30 ANOS	31,0
	31 - 50 ANOS	54,8
	> 50 ANOS	7,1
OCUPAÇÃO	FUNC. PÚBLICO	28,6
	AUTÔNOMO	4,8
	ASSALARIADO	45,2
	ESTUDANTE	9,5
	APOSENTADO	2,4
	DESEMPREGADO	9,5
ESCOLARIDADE	1º GRAU	28,6
	2º GRAU	21,4
	3º GRAU	45,2
	PÓS	4,8
MORA EM LIMEIRA?	SIM	95,2
	NÃO	4,8
HÁ QUANTO TEMPO?	< 5 ANOS	9,5
	6 -15 ANOS	4,8
	16 - 30 ANOS	38,1
	> 30	42,9
	NÃO MORA	4,8
QUAL É O BAIRRO ONDE VOCÊ MORA?	CENTRAL	7,1
	ADJACENTE	14,3
	PERIFERIA	69,0
	ÁREA RURAL	4,8
	NÃO MORA	4,8
COMO USA O CENTRO DA CIDADE?	PASSAGEM	71,4
	MORADIA	4,8
	TRABALHO	23,8
O QUE VOCÊ ENTENDE POR CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO?	CUIDAR	21,4
	MANTER	9,5
	RESTAURAR	7,1
	PRESERVAR	21,4
	IMPORTANTE/NÃO SOUBE EXPLICAR	40,5
MOTIVO DA ESCOLHA	ANTIGO	7,1
	BELEZA	2,4
	HISTÓRIA	21,4
	DESCUIDO	38,1
	FUNÇÃO	28,6
	MARCO VISUAL	2,4
COM QUE FREQUÊNCIA UTILIZA ESTE EDIFÍCIO?	ÀS VEZES	31,0
	NUNCA	69,0

Tabela 08 – Resultado dos entrevistados que escolheram a Estação Ferroviária.
A autora: Marcela Mineo, 2008.

Há uma predominância de mulheres (64,3%), com idade variando entre 31 e 50 anos (54,8%). Em sua maioria se declararam trabalhadores assalariados (45,2%) e com terceiro grau completo (45,2%), sendo moradores de Limeira (95,2%) há mais de 30 anos (42,9%), na região da periferia da cidade (69%) e utilizam o centro como passagem (71,4%). Sobre conservar o patrimônio histórico, os entrevistados alegaram que é importante, mas não souberam explicar o porquê dessa importância (40,5%). Os entrevistados escolheram o imóvel pelo descuido (38,1%) e pela função (28,6%) e afirmaram nunca tê-lo utilizado (69%).

A escolha pela Estação Ferroviária foi feita, em sua maioria, por uma população adulta, assalariada, com ensino superior completo e que reside em Limeira há mais de 30 anos. A opção pelo prédio pode estar associada ao fato do imóvel simbolizar um período de grande prosperidade para a cidade, pois durante a aplicação do questionário era comum o relato de histórias pessoais ou narradas pelos entes mais próximos sobre o transporte de passageiros, dando uma conotação de identidade e memória.

Outro motivo que influenciou a escolha deste edifício foi a situação de degradação em que o imóvel se encontrava na época da entrevista, início de 2007, pois os entrevistados apontavam o prédio da Estação Ferroviária e toda a região onde se encontra, denominada localmente de “Baixo Centro”, como um local de vandalismo e a criminalidade.

3.2.9 Teatro Vitória

Localização Geográfica: Sul 22° 33' 50.8'' e Oeste °47' 24' 06.7'' a 579 metros de altitude.

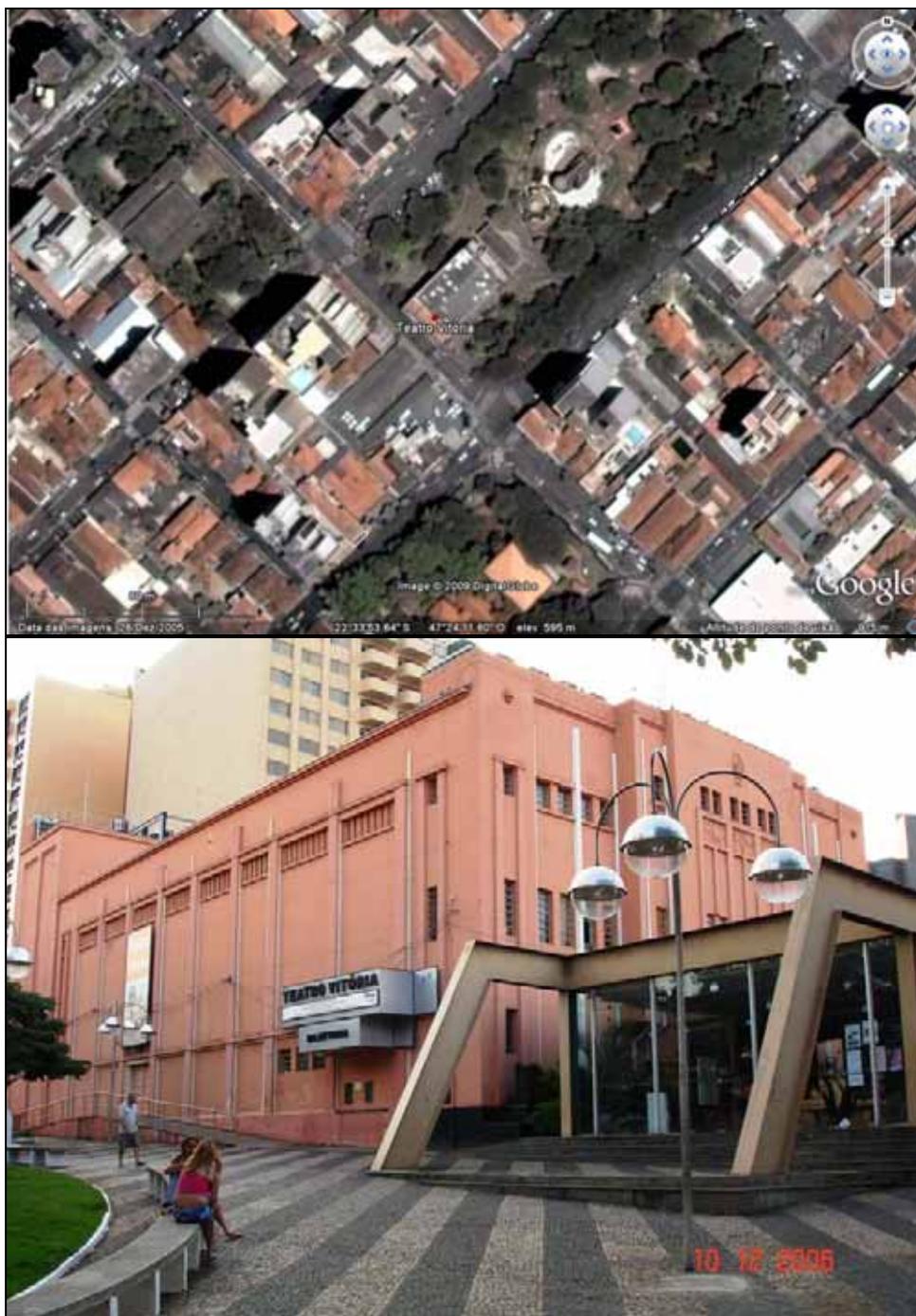


Figura 44 – Imagem de satélite localizando o Teatro Vitória e fotografia do imóvel utilizada na entrevista.
Autora: Marcela Mineo (2009).

RESULTADOS DO TEATRO VITÓRIA EM %		
SEXO	MASCULINO	16,7
	FEMININO	83,3
IDADE	< 18 ANOS	16,7
	19 - 30 ANOS	41,7
	31 - 50 ANOS	33,3
	> 50 ANOS	8,3
OCUPAÇÃO	FUNC. PÚBLICO	8,3
	ASSALARIADO	58,3
	ESTUDANTE	16,7
	DESEMPREGADO	16,7
ESCOLARIDADE	1º GRAU	16,7
	2º GRAU	75,0
	3º GRAU	8,3
MORA EM LIMEIRA?	SIM	91,7
	NÃO	8,3
TEMPO DE MORADIA	6 -15 ANOS	8,3
	16 - 30 ANOS	41,7
	> 30	41,7
	NÃO MORA	8,3
LOCAL DE MORADIA	ADJACENTE	16,7
	PERIFERIA	75,0
	NÃO MORA	8,3
COMO USA O CENTRO DA CIDADE?	PASSAGEM	83,3
	TRABALHO	16,7
O QUE VOCÊ ENTENDE POR CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO?	CUIDAR	16,7
	MANTER	8,3
	RESTAURAR	25,0
	PRESERVAR	16,7
	IMPORTANTE/NÃO SOUBE EXPLICAR	33,3
MOTIVO DA ESCOLHA	ANTIGO	8,3
	FUNÇÃO	75,0
	MEMÓRIA	8,3
	MARCO VISUAL	8,3
COM QUE FREQUÊNCIA UTILIZA ESTE EDIFÍCIO?	SEMPRE	16,7
	ÀS VEZES	75,0
	NUNCA	8,3

Tabela 09 – Resultado dos entrevistados que escolheram o Teatro Vitória.
 Autora: Marcela Mineo, 2008.

Há uma predominância de mulheres (83,3%), com idade variando entre 19 a 30 anos (41,7%). Em sua maioria se declararam trabalhadores assalariados (58,3%) e com segundo grau completo (75%), sendo moradores de Limeira (91,7%) há 16 ou mais anos (41,7%), na região da periferia da cidade (75%) e utilizam o centro como passagem (83,3%). Sobre conservar o patrimônio histórico, os entrevistados alegaram que é importante, mas não souberam explicar o porquê dessa importância (33,3%). Os entrevistados escolheram o imóvel pela sua função (75%) e afirmaram utilizá-lo esporadicamente (75%).

É interessante relacionar a escolha do Teatro Vitória por uma população de até 30 anos, assalariada e com segundo grau completo. A escolha do edifício foi justificada pela função, por uma população que mora na periferia e o utiliza esporadicamente.

RESULTADOS DE “TODOS OS EDIFÍCIOS” EM %		
SEXO	MASCULINO	53,8
	FEMININO	46,2
IDADE	19 - 30 ANOS	38,5
	31 - 50 ANOS	53,8
	> 50 ANOS	7,7
OCUPAÇÃO	FUNC. PÚBLICO	30,8
	ASSALARIADO	46,2
	APOSENTADO	7,7
	DESEMPREGADO	15,4
ESCOLARIDADE	1º GRAU	23,1
	2º GRAU	30,8
	3º GRAU	46,2
MORA EM LIMEIRA?	SIM	100,0
HÁ QUANTO TEMPO?	< 5 ANOS	15,4
	6 - 15 ANOS	23,1
	16 - 30 ANOS	23,1
	> 30	38,5
QUAL É O BAIRRO ONDE VOCÊ MORA?	CENTRAL	7,7
	ADJACENTE	7,7
	PERIFERIA	76,9
	ÁREA RURAL	7,7
COMO USA O CENTRO DA CIDADE?	PASSAGEM	76,9
	MORADIA	7,7
	TRABALHO	15,4
O QUE VOCÊ ENTENDE POR CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO?	CUIDAR	15,4
	MANTER	7,7
	RESTAURAR	7,7
	PRESERVAR	15,4
	IMPORTANTE/NÃO SOUBE EXPLICAR	46,2
	NÃO ENTENDE	7,7
MOTIVO DA ESCOLHA	ANTIGO	15,4
	BELEZA	7,7
	HISTÓRIA	30,8
	DESCUIDO	7,7
	FUNÇÃO	15,4
	MARCO VISUAL	23,1
COM QUE FREQUÊNCIA UTILIZA ESTE EDIFÍCIO?	SEMPRE	15,4
	ÀS VEZES	76,9
	NUNCA	7,7

Tabela 10 – Resultado dos entrevistados que escolheram todos os imóveis.
 Autora: Marcela Mineo, 2008.

Há uma predominância de homens (53,8%), com idade variando entre 31 e 50 anos (53,8%). Em sua maioria se declararam trabalhadores assalariados (46,2%) e com terceiro grau completo (46,2%), sendo todos residentes em Limeira há mais de 30 anos (38,5%), na região da periferia da cidade (76,9%) e utilizam o centro como passagem (76,9%). Sobre conservar o patrimônio histórico, os entrevistados alegaram que é importante, mas não souberam explicar o porquê dessa importância (46,2%). Os entrevistados escolheram todos os imóveis da pesquisa pela história dos mesmos (30,8%), alegando utilizá-los esporadicamente (76,9%).

É interessante verificar que os entrevistados que escolheram todos os imóveis da pesquisa são homens adultos, assalariados e com escolaridade de ensino superior completo. Essa parcela de entrevistados foi a única que atribuiu o valor histórico a todos os imóveis da pesquisa e pode ser explicado pelo fato de que residem em Limeira, em sua maioria, há mais de 30 anos, colaborando para a produção sócio-espacial e criando laços de identidade e memória.

RESULTADOS DE “NENHUM DOS EDIFÍCIOS” EM %		
SEXO	MASCULINO	80
	FEMININO	20
IDADE	19 - 30 ANOS	40
	31 - 50 ANOS	60
OCUPAÇÃO	ASSALARIADO	20
	APOSENTADO	20
	DESEMPREGADO	60
ESCOLARIDADE	1º GRAU	80
	2º GRAU	20
MORA EM LIMEIRA?	SIM	100
TEMPO DE MORADIA	6 - 15 ANOS	20
	16 - 30 ANOS	40
	> 30	40
QUAL É O BAIRRO ONDE VOCÊ MORA?	CENTRAL	40
	PERIFERIA	60
COMO USA O CENTRO DA CIDADE?	PASSAGEM	60
	MORADIA	40
O QUE VOCÊ ENTENDE POR CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO?	DESNECESSÁRIO	100

Tabela 11 – Resultado dos entrevistados que não escolheram algum edifício.
 Autora: Marcela Mineo, 2008.

Há uma predominância de homens (80%), com idade variando entre 31 a 50 anos (60%). Em sua maioria declararam-se desempregados (60%) e com primeiro grau completo (80%), sendo todos moradores de Limeira há 16 ou mais anos (80%), na região da periferia da

cidade (60%) e utilizam o centro como passagem (60%). Sobre conservar o patrimônio histórico, todos os entrevistados, desta parte da amostra, alegaram que é desnecessário.

É interessante verificar que os entrevistados que não escolheram nenhum edifício histórico julgaram a conservação desnecessária. Essa parcela de entrevistados é composta por homens adultos, residentes na periferia de Limeira há mais de 16 anos, com baixa escolaridade e desempregados.

Procuramos, previamente, estabelecer um perfil dos entrevistados que escolheram cada edifício histórico da pesquisa, para vislumbrar um quadro sobre as percepções que os entrevistados têm sobre os imóveis e o que entendem sobre conservação do patrimônio histórico. No entanto, também convém fazer uma análise da planilha de síntese das respostas obtidas através das 150 entrevistas, a fim de analisar a situação geral dos entrevistados.

De todos os 150 entrevistados, 63,3% são mulheres. Este dado pode ser explicado pelo fato de que as mulheres foram menos resistentes à aplicação do questionário, compreendendo de maneira mais ampla a relevância da pesquisa.

A idade dos entrevistados variou entre 31 e 50 anos e a ocupação declarada pelos mesmos foi assalariada, ambas com 46,7% do total. A escolaridade dos entrevistados foi composta, em sua maioria, pelo segundo grau completo (39,3%). A residência dos entrevistados foi caracterizada em sua maioria por moradores da cidade (92,7%) na região da periferia (64,7%) há 16 até 30 anos (38%).

A utilização do centro da cidade pelos entrevistados, que residem em sua maioria na periferia da cidade, foi caracterizada por “passagem” (68,7%), o que incluí a utilização dos serviços disponíveis neste local e o consumo de mercadorias.

Sobre a conservação do patrimônio histórico, grande parte dos usuários acredita ser algo importante, no entanto, não souberam explicar o motivo dessa importância (36,7%). Este fato pode ser explicado pelo nível de escolaridade secundário da maioria da população entrevistada, indicando que não estão sendo contemplados os conteúdos básicos sobre patrimônio cultural na Educação Básica.

O imóvel mais escolhido, dentre os nove edifícios históricos de uso coletivo selecionados pela pesquisa, foi a Estação Ferroviária com 28%. Durante a aplicação do questionário, várias pessoas relataram o descuido deste imóvel e de toda a região onde se encontra, pois definiram o local como sendo perigoso devido à incidência de violência, prostituição e uso de drogas. Também constatamos alguns relatos que indicaram um saudosismo ao transporte ferroviário e todos os sentimentos que esse tipo de transporte evoca.

A escolha da maioria dos entrevistados pela Estação Ferroviária de Limeira pode se relacionar com os laços de identidade que a população criou com este espaço ao longo dos anos de formação da cidade, através do uso de transporte ferroviário e do trabalho na estação, pois acreditamos que as escolhas não são neutras, mas carregadas de subjetividade e de influência sócio-cultural.

A seguir, apresentaremos algumas justificativas relevantes dos entrevistados que escolheram a Estação Ferroviária:

A Estação Ferroviária, porque está abandonada e não fica bem para nossa cidade... e conservada traria mais benefícios para os cidadãos. (Entrevista número 1 - Professora, ensino superior, 35 anos, nascida em Limeira).

O edifício da Companhia Paulista Ferroviária devido à importância que ele tem, pela história econômica, de transportes, social não somente para Limeira, mas no contexto nacional. (Entrevista número 4 – Professora, pós-graduação, 28 anos, mora em Limeira a três anos).

A Cia Paulista pelo descaso das autoridades, a área ficou esquecida e passou a ser freqüentada por desocupados. (Entrevista número 10 – Professor, ensino superior, 36 anos, mora em Limeira a 27 anos).

A Cia Paulista porque foi um lugar que foi esquecido e faz parte da história de Limeira. (Entrevista número 19 – Professora, ensino superior, 29 anos, mora em Limeira a 14 anos).

A Cia Paulista porque está desativada e precisa com urgência de arrumação, é um patrimônio. (Entrevista número 26 – Secretária, primeiro grau, 35 anos, mora em Limeira a 30 anos).

O edifício da Cia. Paulista, porque fica próximo à rodoviária e as pessoas que por ali passam não têm uma boa visão. (Entrevista número 61 - Ferramenteiro, ensino médio, 18 anos, nascido em Limeira).

A Estação, para que não se perca com o tempo, já que é quase um lugar sem utilidade... uma pena, pois é um lugar histórico em Limeira. (Entrevista número 147 – Professora, ensino superior, 26 anos, nascida em Limeira).

Escolho a Estação. O início do desenvolvimento urbano da cidade ocorreu nas intermediações da estação. (Entrevista número 148 – Professor, ensino superior, 28 anos, nascido em Limeira).

Além da Estação Ferroviária, o segundo edifício mais escolhido foi o Palacete Levy com 15, 3% do total das entrevistas. Durante a entrevista, constatamos que os motivos da escolha deste edifício estavam centrados em sua função para a sociedade, uma vez que abriga, gratuitamente, cursos e oficinas culturais, além de exposições itinerantes. Outro motivo recorrente foi a importância histórica do imóvel, que está sendo comprometida pelo seu estado de deterioração.

A seguir apresentaremos alguns depoimentos relevantes:

O edifício que poderia ser conservado é o Palacete Levy, porque ele tem uma localização coadjuvante com outros prédios (Largo da Boa Morte) e é um núcleo cultural. (Entrevista número 6 – Professora, ensino superior, 22 anos, mora em Limeira a 19 anos).

Palacete Levy é um lugar que as pessoas aprendem as coisas. (Entrevista número 32 – Pensionista, segundo grau, 49 anos, não mora em Limeira).

O Palacete Levy, porque é o mais deteriorado e as pessoas usam bastante. (Entrevista número 33 – Operador de máquinas, segundo grau, 41 anos, mora em Limeira a 27 anos).

Palacete, porque é a característica da cidade. (Entrevista número 55 – Costureira, primeiro grau, 56 anos, mora em Limeira a 36 anos).

Palacete Levy. Porque lá tem acesso a cursos gratuitamente e tem que ser preservado. (Entrevista número 57 – Desempregado, segundo grau, 46 anos, mora em Limeira a 20 anos).

Palacete Levy, devido a sua importância histórica e cultural para a cidade. (Entrevista número 139 – Professor, ensino superior, 43 anos, nascido em Limeira).

A escolha dos edifícios históricos de uso coletivo na área central da cidade foi grandemente motivada pela função que o mesmo exerce no cotidiano das pessoas (34%), possibilitando o seu uso esporadicamente (54%). Tal fato demonstra a importância da inserção destes imóveis no cotidiano da população para que a mesma passe a valorizá-lo e conseqüentemente, conservá-lo.

Além destas observações explícitas nos dados estatísticos das tabelas e nos relatos acima, podemos inferir ainda algumas análises. As mulheres privilegiaram os imóveis que têm uma função cultural e pedagógica, como o Palacete Levy, a EE Brasil, o Centro Cultural e o Teatro Vitória. Já os homens demonstraram, de forma geral, tiveram uma contradição muito grande em suas respostas. Mas uma análise mais detalhada revela que aqueles com um grau de escolaridade avançado optaram por todos os imóveis históricos para serem conservados, e os homens com baixa escolaridade e desempregados foram incisivos em afirmar que este era um assunto irrelevante.

No entanto, o que mais chamou a atenção foi o resultado da pergunta sobre conservação do patrimônio histórico, onde independente do grau de escolaridade, desde os níveis mais baixos até os níveis superiores, os entrevistados tiveram dificuldades em definir o que isto representa. Tal fato demonstra o longo percurso que o ensino e as instituições públicas e privadas terão pela frente para investir na incorporação de valores e atitudes pró-conservacionistas na população, a fim de iniciar um processo de tombamento e requalificação do patrimônio histórico que seja mais efetivo.

PLANILHA DE SÍNTESE DO QUESTIONÁRIO APLICADO – CADASTRO DO ENTREVISTADO:									
SEXO	MASCULINO	FEMININO							
TOTAL	55	95							
%	36,7	63,3							
IDADE	< 18 ANOS	19 - 30 ANOS	31 - 50 ANOS	> 50 ANOS					
TOTAL	14	55	70	11					
%	9,3	36,7	46,7	7,3					
OCUPAÇÃO	FUNC. PÚBLICO	AUTÔNOMO	ASSALARIADO	ESTUDANTE	APOSENTADO	PENSIONISTA	DESEMPREGADO		
TOTAL	28	12	70	13	7	1	19		
%	18,7	8,0	46,7	8,7	4,7	0,7	12,7		
ESCOLARIDADE	1º GRAU	2º GRAU	3º GRAU	PÓS	NÃO ESTUDOU				
TOTAL	47	59	39	4	1				
%	31,3	39,3	26,0	2,7	0,7				
MORA EM LIMEIRA?	SIM	NÃO							
TOTAL	139	11							
%	92,7	7,3							
HÁ QUANTO TEMPO?	< 5 ANOS	6 - 15 ANOS	16 - 30 ANOS	> 30	NÃO MORA				
TOTAL	15	18	57	49	11				
%	10,0	12,0	38,0	32,7	7,3				
QUAL É O BAIRRO ONDE VOCÊ MORA?	CENTRAL	ADJACENTE	PERIFERIA	ÁREA RURAL	NÃO MORA				
TOTAL	8	31	97	3	11				
%	5,3	20,7	64,7	2,0	7,3				
COMO USA O CENTRO DA CIDADE?	PASSAGEM	MORADIA	TRABALHO						
TOTAL	103	7	40						
%	68,7	4,7	26,7						

Tabela 12 – Síntese dos resultados obtidos no cadastro de todos os entrevistados.
 Autora: Marcela Mineo, 2008.

PERCEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDIFICADO DE USO COLETIVO DO CENTRO DE LIMEIRA – SP																							
O QUE VOCÊ ENTENDE POR CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO?	CUIDAR		MANTER		RESTAURAR		PRESERVAR		DESNECES SÁRIO		IMPORTANTE/ NÃO SOBRE EXPLICAR		NÃO ENTENDE		TEATRO	TODOS	NENHUM						
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%									
QUAL DOS EDIFÍCIOS DEVERIA SER CONSERVADO?																							
TOTAL	7	4,7	3	2,0	9	6,0	23	15,3	10	6,7	13	8,7	13	8,7	42	28,0	12	8,0	13	8,7	5	3,3	
BOA MORTE																							
ANTIGO																							
BELEZA																							
HISTÓRIA																							
DESCUIDO																							
MEMÓRIA																							
GRUTA																							
EE BRASIL																							
MARCO VISUAL																							
NÃO SABE																							
COM QUE FREQUÊNCIA UTILIZA ESTE EDIFÍCIO?																							
SEMPRE																							
ÀS VEZES																							
NUNCA																							
TOTAL	14	9,3	81	54,0	55	36,7																	

Tabela 13 – Síntese dos resultados obtidos na percepção de todos os entrevistados sobre o patrimônio histórico do centro de Limeira – SP. Autora: Marcela Mineo, 2008.

3.3 Propostas de intervenção turística e educativa para o município de Limeira

Através da pesquisa aplicada com a população usuária do centro da cidade, percebemos que o patrimônio histórico de uso coletivo do centro da cidade de Limeira-SP, ainda que se encontre em estado de deterioração, é incorporado na vida dos habitantes por causa das diferentes funções que estes imóveis já tiveram. As políticas locais estão iniciando um processo de proteção destes imóveis através do tombamento e da fiscalização de seus conselhos administrativos. No entanto, estas práticas podem não surtir efeito se não houverem medidas de valorização destes espaços para a sociedade que podem ser beneficiados com projetos de turismo cultural e de educação patrimonial.

O patrimônio histórico edificado e a sua revitalização é uma alternativa ao turismo urbano, que atrai consumidores dos arrabaldes cujo interesse principal ou secundário é o patrimônio em si. Para que esse turismo ganhe mercado é necessário a contribuição de outros fatores, a saber: o fracionamento das férias, o aumento da escolaridade e da expectativa de vida e a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

O turismo cultural urbano é um complemento ao turismo balnear e ainda que se relevem os benefícios econômicos e a conservação do patrimônio histórico, há que se considerar os impactos negativos de tal atividade, pois uma vez preservados os edifícios históricos no espaço urbano, os mesmos estarão sujeitos à degradação pelas atividades associadas ao turismo.

Nas condições atuais, o patrimônio histórico representa uma referência de identidade e memória para os indivíduos, num mundo em constante transformação. As obras históricas conservadas nos espaços públicos, de uso cotidiano, transmitem para a população uma sensação de segurança e pertencimento. Assim, a conservação do patrimônio histórico colabora para que a sociedade local possa perceber e conceber a si própria, seu passado, sua situação atual e vislumbrar possibilidades e rumos para o futuro.

As políticas de conservação do patrimônio histórico devem primar pela valorização dessas obras no espaço urbano, implementando algumas melhorias, como: iluminação noturna, placas informativas, modernização dos espaços internos, melhorias de acesso aos imóveis, re-funcionalização destes espaços e conversão dos bens em artigos para o consumo. Além dessas medidas, que facilitarão a criação de roteiros turísticos, há que se considerar a população local que deve ser incluída na elaboração dos projetos e conscientizada sobre a importância desses bens e sua conservação, por meio de campanhas de educação patrimonial.

3.3.1 *O turismo ferroviário como alternativa*

Segundo Groppo (2006), a partir do século XIX, o lazer passa a ter uma função institucionalizada dentro do esquema produtivo, sendo uma fonte de renda e trabalho. O romantismo, com suas concepções individualistas e sentimentalistas, busca a felicidade em oposição ao racionalismo iluminista. O romantismo foi uma crítica à modernização com a busca do distante e dos passados pitorescos. Os estilos modernos de vida se infiltraram em todos os domínios da vida rural e urbana, distanciando o homem cada vez mais da natureza e reduzindo a sua privacidade, por causa de um espaço cada vez mais controlado. A partir da segunda metade do século XX, o turismo massifica-se na busca de recuperar as energias pelo lazer e a busca do prazer e felicidades ficam a cargo do consumo do espaço.

Para Ferrara (1999), existe uma diferença entre viagem e turismo, uma vez que a viagem representa o deslocamento espacial durante o tempo livre que proporciona a apreciação de paisagens e a descoberta de novas concepções. A viagem, como metáfora da liberdade, é fruto do Romantismo do século XIX na Europa e ganha força com as paisagens exóticas de terras longínquas a serem colonizadas. Assim, a viagem é uma atividade privada, anônima, em oposição ao turismo que é uma prática pública, burocratizada e comercializada pela sua indústria.

A viagem proporciona a desterritorialização do sujeito e sua despersonalização pela interação com outros espaços e culturas, além de caracterizar a suspensão da rotina de trabalho e atividades cotidianas. Tal viagem, com destino e retorno programados *a priori*, é um fenômeno antigo da história humana, mas só a partir do século XVIII que a viagem pela viagem ganhou força. Neste momento, passou-se a investir no viajante, em seus desejos e paixões individuais. A Revolução Industrial na Inglaterra e o sentimento de emancipação da burguesia impulsionaram a atividade turística por causa do enaltecimento ao sentimento de liberdade. Aliado a isso, o progresso tecnológico dos meios de transporte facilitaram o deslocamento espacial (MOSCON, 2006).

O homem que tem na viagem um fim mais que um meio, assim como o ser humano que pratica atividades de lazer, tende a expor todo seu ser, todas as suas dimensões neste momento: o corpo e seus limites, a personalidade e suas idiossincrasias, suas origens sociais e ideologias de classe, seus valores e preconceitos, suas crenças e fundamentalismo e, é claro, aquilo que a visão economicista tende a absolutizar, gostos de consumo e possibilidades financeira. (...) O Turismo não é somente setor de “serviços” ou terciário, submetido aos mesmos processos industriais de trabalho, contabilidade, gerenciamento e organização empresarial. (GROPPO, 2006, p. 37).

Só a viagem, como descoberta, busca do novo não pasteurizado, abre a perspectiva de novos lugares, novas paisagens que se produzem em territórios diferenciados, como possibilidades de recomposição do passo do 'flâneur', daquele que se perde e que, por isso, observa. Benjamim lembra que 'saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução'. Mas como desvendar o que os passos perdidos parecem revelar? (CARLOS, 1999, p. 35).

A origem do turismo pode ser associada à criação do Touring Club na França, em 1890, e do Guide Michelin, em 1900. O turismo é o deslocamento comercial no espaço, sem alterar suas características, e que ocasiona uma banalização do exótico. Desta forma, os lugares e suas especificidades são objetos de consumo e a descoberta de novos lugares é antecipada pelos novos recursos eletrônicos do mundo moderno (FERRARA, 1999).

O turismo é entendido IUOTO (União Internacional de Organizações Oficiais de Turismo), como uma viagem a um país ou localidade diferente da que você reside, por qualquer motivo, exceto quando envolve uma atividade remunerada. O visitante pode ser um turista, quando permanece por um tempo superior a um pernoite, ou um excursionista, quando o tempo da viagem dura menos de um dia. A busca por representações históricas e culturais é um reflexo da dicotomia do homem moderno que busca sua própria identidade em um mundo globalizado repleto de códigos e comportamentos homogeneizados que conduzem a uma redução do enfrentamento com a alteridade (MOSCON, 2006).

Segundo Carlos (1999), a efetivação do turismo em um lugar é o resultado da venda do espaço como mercadoria feitichizada para o seu consumo, perdendo os seus vínculos históricos e afetivos, pois o espaço é produto das relações sociais que o constroem cotidianamente. O espaço espetacularizado do turismo provoca uma dupla alienação, uma vez que os moradores locais já não o reconhecem e os visitantes não chegam a apreendê-lo em razão das programações controladas pela indústria do turismo. Em oposição à vivência do lugar, tem-se a passagem pelo lugar de forma bem racionalizada.

As atividades manipuladas dos pacotes turísticos reduzem o tempo do lazer, convertendo-o em tempo de consumo dos produtos oferecidos, o que requer um comportamento passivo por parte dos visitantes que ficam com uma falsa sensação de liberdade de escolha. Assim, a necessidade de fuga do cotidiano não é saciada pelo ritmo do turismo agenciado, tendo em vista que o lazer foi incorporado como uma necessidade de consumo (CARLOS, 1999).

Segundo Becker (1999), o turismo se expandiu pelo mundo, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, com as políticas de "welfare estate" que regulavam as horas de trabalho e de férias, além de contribuírem para a massificação do consumo e com o

desenvolvimento dos meios de transporte. No Brasil, as políticas de Juscelino Kubitschek, na década de 1950, propiciaram o desenvolvimento da malha rodoviária nacional, da indústria automobilística e o aumento do poder aquisitivo da classe média.

A criação da EMBRATUR, em plena ditadura militar, tratava o turismo como uma indústria sob a égide da centralização, resultando na rigidez do controle e organização de suas atividades. Com a democratização política da década de 1980, houve uma descentralização da EMBRATUR que deixou de ser a legisladora e executora do turismo nacional, delegando a execução dos projetos aos estados, municípios e iniciativa privada (BECKER, 1999).

Atualmente, com a intensificação das relações internacionais, o turismo brasileiro está estabelecendo novas estratégias, ampliando sua abrangência territorial e suas modalidades, como o turismo rural, ecoturismo e etc. Com o desenvolvimento deste setor, outras áreas também se beneficiam, já que oferecem serviços ao turista, como: o mercado imobiliário, a gastronomia, hotelaria, além das melhorias nos equipamentos urbanos (BECKER, 1999).

A patrimonialização foi instituída no Brasil com a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), pelos arquitetos modernos em 1937. A década de 1970 foi o ápice deste processo com a criação do “Programa de reconstrução das cidades históricas” no Nordeste, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Já as décadas de 1980 e 1990, representaram uma queda das políticas patrimoniais no país devido a crise da dívida externa, o desmantelamento do Estado e as práticas neoliberais (CARVALHO, 1999).

Muitos adeptos da preservação do patrimônio histórico e artístico, leigos ou não, não apresentam uma argumentação clara e científica sobre o porquê do preservar. Neles, porém, há uma convergência muito grande sobre essência humana e os conceitos de arte e história. Alguns vêem a questão da preservação como uma coisa relativa a idéia de museu. Mesmo na perspectiva de uma concepção moderna de museu vivo, esta visão é limitadora. O patrimônio histórico, mais do que um museu vivo, pode ajudar a construir um ambiente urbano vivo e contemporâneo. A idéia da preservação do patrimônio artístico muitas vezes é colocada dentro de uma perspectiva elitista e negligencia a “contemporaneidade” do passado na construção do espaço para o presente. (CARVALHO, 1999, p. 108).

Carvalho (1999) reconhece que a visitação de outros lugares e o contato com a “alteridade”, modifica o ser e as relações que este tem com seu próprio lugar de origem. O “tour” instituído pela redução do trabalho deve ser capaz de possibilitar interações sociais novas, recriando um novo homem e uma nova sociedade através do contato com espaços e tempos mais amplos.

O confronto com a dinâmica cultural que orientava a viagem propõe ao turismo dos dias atuais um desafio: as experiências e os confrontos culturais não são simples fruição, mas sugerem que a terra dos outros pode significar a conquista de certa consciência perante o mundo onde não se busca apenas o novo ou a aventura, mas a

inteligibilidade do presente; propõe-se um turismo que não trabalhe com estetizações visuais da paisagem, mas recrie, virtualmente, a viagem como percepção do mundo e possa atuar como uma manifestação ética e estética do tempo livre e do vintém poupado, como recompensas do trabalho exaustivo. Um turismo que se adapte a quem pode e a quem não pode “virar turista. (FERRARA, 1999, p. 23).

Segundo Meneses (1999), o turismo deve respeitar as pluralidades culturais que evocam a transformação social, se não acabará pasteurizando o espaço. As políticas de valorização cultural devem ser democratizadas para o domínio das necessidades que determinam a sobrevivência orgânica, psíquica e social, pois o valor e a identidade dos bens culturais não existem em si, mas são produzidos pelas relações sociais.

Verifica-se uma tendência no sentido de “musealização” das cidades, com a criação das casas culturais e dos centros históricos, em oposição à “culturalização” de todo o espaço urbano, pois a cultura não é um compartimento do tecido urbano ou da vida cotidiana, mas uma dimensão de todos esses níveis. A indústria da cultura e do consumo cultural acabam por segregar os usos e as funções dos espaços, então se faz necessário incluir a cultura no cotidiano e no trabalho, a fim de servir de contraponto ao reducionismo mercadológico. Pois, o que interessa ao turismo ou outro segmento da cultura, não são os bens e os objetos em si, mas as relações sociais que vão sendo estabelecidas (MENESES, 1999).

Uma forma de obter reconhecimento internacional do patrimônio cultural das cidades é através do Patrimônio da Humanidade, sendo que este reconhecimento pode-se constituir em razão turística e adversamente, o turismo pode afetar negativamente esse patrimônio. As nações que possuem cidades na lista do Patrimônio da Humanidade devem cumprir uma série de obrigações econômicas, publicitárias e sociais para salvaguardar esses bens, caso contrário, podem ter seus espaços excluídos da lista. No Brasil há quatro cidades na lista do Patrimônio da Humanidade da UNESCO: Salvador, Olinda, Ouro Preto e Brasília (MOREL, 1999).

Un patrimonio que es fruto palpitante de las necesidades y de los anhelos del hombre y de todos los hombres que en el mundo han nacido, que han sido muchos. Y también, no hay que olvidarlo, el reflejo de los intereses y anhelos de ciertas minorías, de ciertos grupos muy concretos de esa humanidad. Edificios y muebles que en fin de cuentas reflejan la personalidad histórico-artística de cada complejo humano, de cada grupo humano, y constituye la identidad cultural de cada pueblo. (...) Un patrimonio monumental que si me olvido de la originalidad propia de cada caso – esto es fundamental siempre -, es el resultado de la tarea conjunta de todos los hombres, de toda la humanidad. Pero que, sin embargo, frente a esta unidad humana que presenta, posee también rasgos específicos, rasgos diferenciales que posiblemente constituyen la baja principal de eses patrimonio y de su valor, de su valor entre cosas turístico. (MOREL, 1999, p. 78).

Para Yáziği (1999), o princípio do turismo é a busca do diferente, por isso os espaços devem primar por resguardar suas qualidades, a fim de serem instigantes e admiradas

primeiramente por seus habitantes e depois pelos visitantes. O turismo, quando bem administrado, pode beneficiar os espaços e a população.

No entanto, é preciso ter muito claro que a paisagem interessa antes a seus próprios habitantes e que só numa relação de estima entre ambos é que se despertará o interesse de transeuntes, visitantes e turistas. Não interessa ao indivíduo sair de seu pedaço para outro igual, assim nada se ganha. Eis por que as andanças de quem sai de casa, por lazer ou negócio, cultura ou religião, prima sempre pela busca do diferencial (YÁZIGI, 1999, p. 134).

Primeiramente, o patrimônio cultural tinha o caráter de excepcionalidade, o que demandava a preservação de monumentos isolados. A partir da década de 1970, o patrimônio cultural passou a ter o caráter de representatividade da memória social, ampliando seu conceito para Patrimônio Ambiental Urbano. As municipalidades são responsáveis em administrar a qualidade das paisagens, já ao Estado e à União cabe cuidar das grandes obras. A sociedade civil e a iniciativa privada, por sua vez, contribuem pontualmente para alterar os espaços segundo a legislação local. As práticas de turismo, no Brasil e no mundo, em busca da venda dos espaços acabam ocultando suas misérias sociais e o vandalismo (YÁZIGI, 1999).

Segundo a Carta de Turismo Cultural, elaborada pela OMT (Organização Mundial de Turismo) e pelo ICOMOS da UNESCO em 1976, reconhece que o turismo cultural pode exercer uma influência positiva nos espaços habitados pelo homem e também aos monumentos e sítios em particular. No entanto, a carta prevê que as atividades turísticas podem provocar efeitos negativos quando realizadas de forma descontrolada e massificada. Assim, a carta estabelece que as crianças e os adolescentes sejam educados para respeitarem os monumentos, sítios e o patrimônio cultural, bem como os meios de comunicação escrita, falada e visual possam contribuir para promover a consciência universal no trato de conservação destes bens.

Uma das atividades do Turismo Cultural é o turismo ferroviário que faz uso das estradas, locomotivas e estações para transportar passageiros a outros tempos, quando este tipo de transporte era amplamente utilizado. No Brasil, a maior parte dos trens de passageiros foi erradicada e o seu uso para fins históricos e turísticos têm sido uma alternativa bem-sucedida de valorizar as instalações e os equipamentos ferroviários, bem como as paisagens bucólicas do interior do país, suprimindo uma nostalgia por tempos pretéritos.

A ferrovia é um símbolo da evolução do transporte de passageiros, que possibilita o “tour” e quando agregada ao individualismo e a busca do bem-estar pessoal constituem uma das principais revoluções da modernidade (GROPPO, 2006).

Segundo Moscon (2006), as estações ferroviárias e seus prédios anexos formam um complexo arquitetônico e histórico importante nas cidades do interior paulista, pois surgiram entre 1860 e 1940, na época de grande expansão deste transporte no país. Muitos destes imóveis se encontram degradados ou abandonados por falta de investimentos das companhias concessionárias, o que acaba delegando às prefeituras uma apropriação à revelia de seus interesses particulares. É mais cômodo às empresas concessionárias transportar carga do que pessoas, pois a observância sobre as condições dos equipamentos e da qualidade do transporte não ficam tanto em evidência, ainda assim, alguns focos do turismo ferroviário persistem no Brasil.

Mesmo assim, o trem exerce grande fascínio para a população de maneira geral, pois representa a nostalgia de liberdade expressa por um desejo de fuga do cotidiano opressor da fábrica e das cidades desordenadas, para paisagens bucólicas do campo e das montanhas, ideais do homem romântico. Essa imagem do transporte ferroviário povoa até os dias de hoje a imaginação do homem, sendo o trem, símbolo da modernidade e engenhosidade humana, que possibilita novas percepções do tempo e espaço.

A impressão é que a realização de uma viagem de trem remete a pessoa a um sentimento nostálgico reconfortante. Inicialmente, entendia que qualquer viagem de trem provocava este sentimento nas pessoas. Com o passar do tempo e observando melhor, percebi que, na verdade, o fascínio, o sentimento reconfortante provocado pela nostalgia, transparecia muito mais quando a pessoa encontrava-se frente uma composição ferroviária antiga. (MOSCON, 2006, p. 135).

Um outro fator que pode, talvez, justificar uma possível relação simbólica deste homem com a ferrovia é a imagem de continuidade dos trilhos. Acompanhar os trilhos com o olhar pode ter levado o homem da época a sentir-se seguro para sair em busca da aventura e do exótico e, ainda assim, poder voltar para a segurança do seu cotidiano, que podia ser confuso, mas era “seu”. (MOSCON, 2006, p. 147).

Segundo Moscon (2006), o transporte ferroviário proporciona a interação entre as pessoas dentro dos vagões e com o espaço externo, pela apreensão mais sensível da paisagem. No interior paulista, o trem está relacionado a um passado de crescimento econômico e expansão territorial, possibilitando a conexão entre diferentes paisagens e culturas. Além disso, a ferrovia desempenhou um importante papel na formação da identidade e cultura locais.

A fim de dinamizar o setor turístico de Limeira e atendendo aos anseios da população entrevistada nesta pesquisa - que escolheu majoritariamente o prédio da Estação Ferroviária como o edifício que mais precisava de conservação devido ao uso do transporte de passageiros e seu estado de degradação - foi elaborado uma proposta de atividade turística na

Estação Ferroviária, uma vez que várias iniciativas bem sucedidas no Brasil e no Estado de São Paulo comprovam os benefícios desta re-funcionalização.

A preferência dos entrevistados por este edifício histórico está permeada de subjetividade, envolvendo a memória e a identidade da população local que ao longo dos anos, vivenciou experiências individuais e coletivas nesse espaço. Desta forma, a proposta de turismo na Estação Ferroviária tem a finalidade de valorizar a história de Limeira, destacando os fatores que contribuíram para a formação do município, como: o cultivo de café, de cítricos, a influência da cultura afro-brasileira, a imigração européia e a industrialização.

Vale ressaltar que a cidade de Limeira já possui alguns roteiros turísticos, como o “Passeio pelas fazendas históricas” e o “Turismo à pé no centro”, promovidos pela Secretaria Municipal de Turismo e Eventos. No entanto, percebe-se a fraca divulgação desses roteiros, na cidade e região, bem como a disponibilidade de oferta dos mesmos é limitada.

No dia 27 de maio de 2009, a escritura dos prédios da Estação Ferroviária, incluindo o barracão ao lado, foi passada sem custo algum para a Prefeitura Municipal de Limeira na cidade de São Paulo. De posse do imóvel, a prefeitura iniciou as obras de revitalização do prédio da estação, segundo projeto criado pelo CONDEPHALI, que prevê também a sua re-funcionalização como casa da cultura e centro de turismo, bem como a requalificação de toda a área do “Baixo Centro” (PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA, 2009b).



Figura 45 – As obras de revitalização do prédio da Estação Ferroviária de Limeira. Autora: Marcela Mineo (2009).

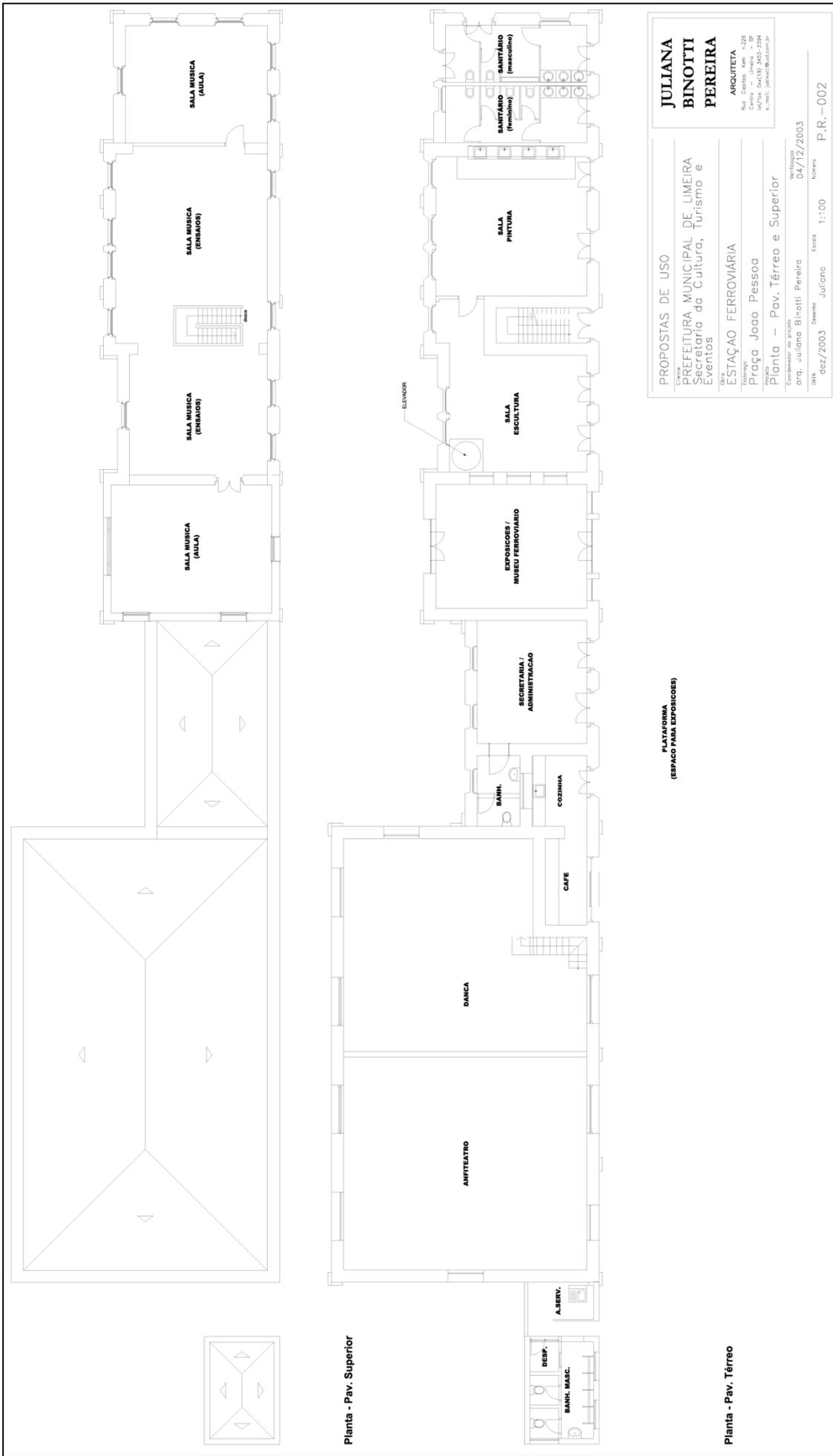


Figura 46 - Projeto de re-funcionalização do prédio da Estação Ferrovária da Prefeitura Municipal de Limeira em 2003. Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Planejamento e Urbanismo de Limeira.

O projeto de restauração da Estação Ferroviária de Limeira está em consonância com o Plano Diretor de 2009 que prevê também a requalificação de toda a região próxima à estação, conhecida como “Baixo Centro”. O projeto de requalificação da região inclui a ampliação das vias de circulação, o desconto do IPTU progressivo, conforme o estágio de conservação do imóvel, o desconto do ISS para os serviços voltados ao turismo cultural, além da criação do projeto de passeio “histórico/turístico”.

Após ficar abandonado por vários anos, o prédio da Estação Ferroviária foi restaurado em 2009 e se encontra em fase de re-funcionalização e re-qualificação de todo o seu entorno. Essas mudanças recentes, as propostas do Plano Diretor de 2009, aliadas à escolha da população entrevistada, justificam a elaboração de roteiros turísticos para a Estação Ferroviária que beneficiarão a cidade em seus atributos materiais (construções, comércio, hotelaria, circulação, sinalização) e imateriais (memória, identidade, auto-estima).

Os roteiros turísticos, elaborados na atual pesquisa, envolvem as estações ferroviárias que fazem parte da história e formação da cidade de Limeira, como: a Estação de Limeira, a Estação do Tatu, a Estação da Ibicaba e a Estação de Cordeirópolis. Com a exceção da Estação de Limeira, que foi restaurada no ano de 2009, todas as outras estações ferroviárias citadas encontram-se abandonadas pelo poder público, sendo locais de vandalismo e criminalidade. Assim, a implantação dos roteiros turísticos propostos exige a restauração dessas estações, respeitando sua arquitetura original, como o que foi feito com a Estação de Limeira.

A fim de caracterizar as estações ferroviárias que estão envolvidas nos roteiros turísticos propostos, foi realizado um estudo de cada estação, com a exceção da Estação de Limeira que já foi caracterizada no item 2.2.3 deste estudo. O estudo das estações envolveu o levantamento histórico de cada estação⁶, trabalhos de campo com máquina fotográfica e aparelho GPS para registrar a situação atual das estações e sua localização geográfica, e mapeamento digital com o auxílio de imagens de satélite fornecidas pelo programa de computador *Google Earth 5*.

A seguir apresentaremos as estações ferroviárias que fazem parte dos roteiros turísticos desse trabalho:

⁶ O levantamento histórico das estações ferroviárias foi obtido pelo sítio da *internet* “As estações ferroviárias do Brasil” de Ralph Mennucci Giesbrecht (2009).

Estação do Tatu

Localização Geográfica: Sul 22° 39' 04.7'' Oeste 47° 21' 06.0'' a 520 metros de altitude.

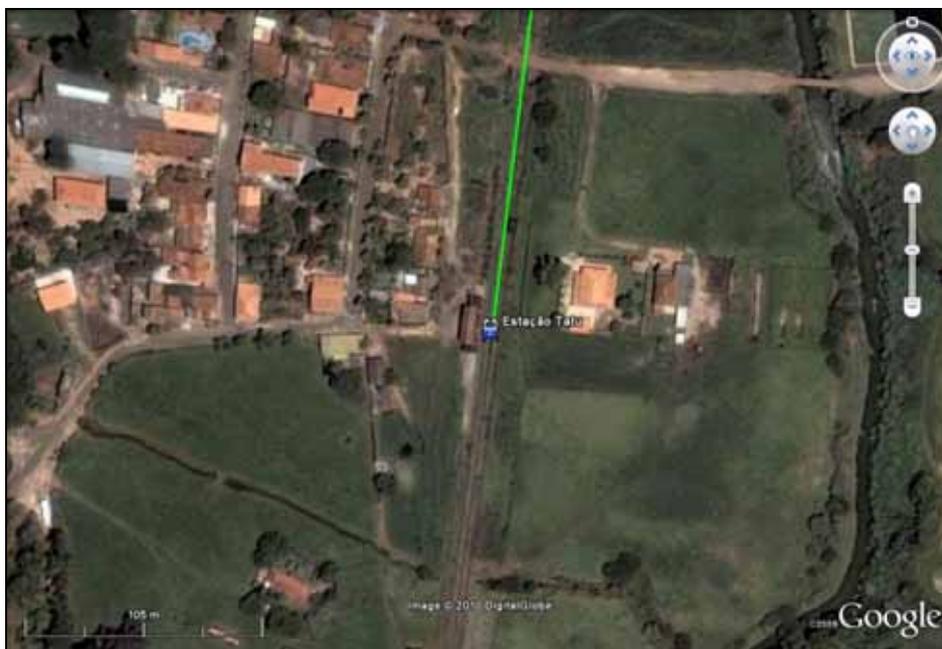


Figura 47 – Imagem de satélite localizando a Estação Ferroviária do Tatu e fotografia atual da estação abandonada.
Autora: Marcela Mineo (2009).

A Estação do Tatu pertencia à linha-tronco da antiga Cia. Paulista de Estradas de Ferro, estando localizada no quilômetro 93,794 da linha, distrito do Tatu, Limeira – SP. Esta estação ferroviária foi inaugurada no dia 30 de junho de 1876, no mesmo dia da inauguração da Estação Ferroviária de Limeira.

Na década de 1920 a Estação do Tatu recebeu uma subestação ao lado devido à eletrificação da linha, tornando-se um ponto estratégico para a Cia. Paulista. Além dos prédios da estação e da subestação a ferrovia também contava com vários armazéns ao seu redor.



Figura 48 – A Estação Ferroviária do Tatu em 1918.
Fonte: (GIESBRECHT, 2009).

Com o desenvolvimento do transporte rodoviário no Brasil, durante a segunda metade do século XX, o transporte ferroviário se tornou decadente e conseqüentemente, as estações ferroviárias foram abandonadas e vítimas de vandalismo e criminalidade. Em 1971 a Cia. Paulista foi vendida para a FEPASA que a administrou até 1998 até a sua venda para a FERROBAN.

Atualmente, os prédios que pertencem ao complexo da Estação Ferroviária do Tatu se encontram com as paredes pichadas e depredadas. As janelas e portas foram arrancadas e, segundo relatos de moradores locais, seu interior serve de abrigo para mendigos que passam pela região. Ainda assim, o distrito do Tatu é um local que preserva várias casas e fábricas históricas e sua memória está intimamente ligada com a origem do município de Limeira e a influência da cultura afro-brasileira.

Estação Ibicaba

Localização Geográfica: Sul 22° 31' 24.9'' e Oeste 47° 25' 26.8'' a 569 metros de altitude.



Figura 49 – Imagem de satélite localizando a Estação Ferroviária da Ibicaba e fotografia atual da estação demolida.
Autora: Marcela Mineo (2009).

A inauguração da Estação Ferroviária da Ibicaba ocorreu no dia 31 de dezembro de 1896, nas terras da Fazenda Ibicaba, que pertenciam então ao município de Limeira. Esta estação fazia parte da linha-tronco da antiga Cia. Paulista de Estradas de Ferro, estando localizada no quilômetro 111,006 da linha.

A Fazenda Ibicaba pertencia ao Senador Vergueiro que em meados do século XIX instituiu o regime de parceria em suas lavouras, utilizando a mão de obra imigrante européia. A partir desta iniciativa Limeira ficou conhecida no Brasil como “Berço da Imigração Européia de Cunho Particular”.

Na década de 1890 a fazenda foi vendida para os Irmãos Levy e o Coronel Flaminio que, com o crescimento da produção cafeeira, decidiram construir uma estação ferroviária própria. Os agricultores levavam as sacas de café em carriolas da fazenda até o prédio da estação que se localiza em terreno de baixa altitude às margens do Rio Tatu.

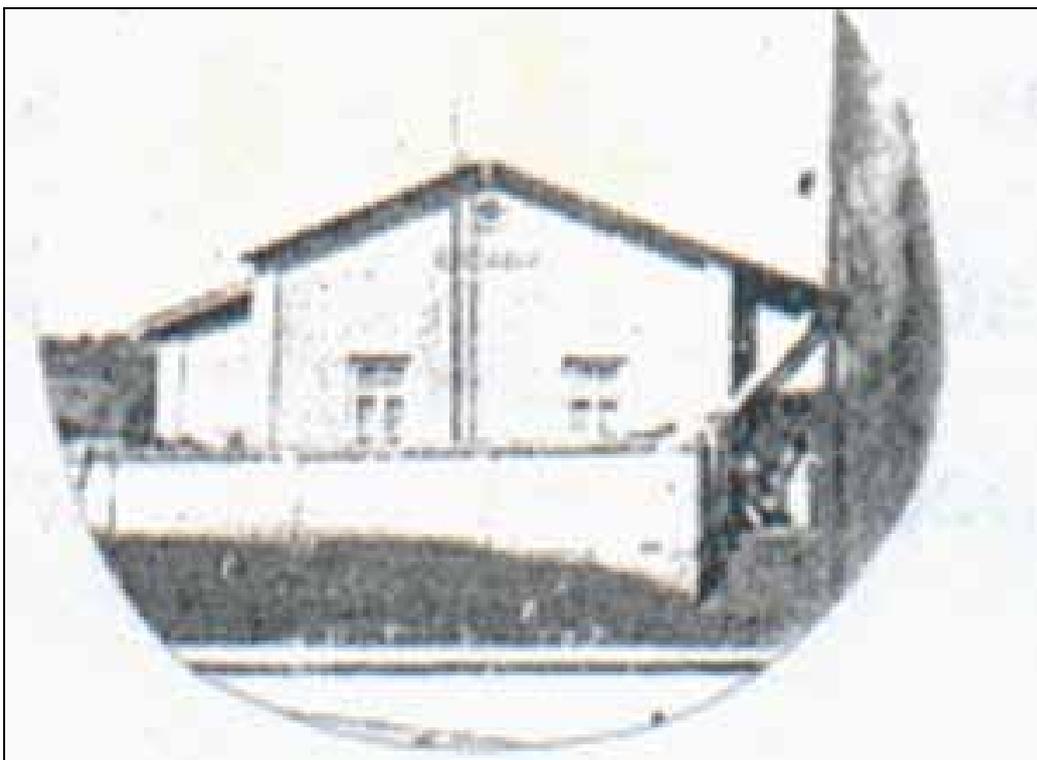


Figura 50 – Foto da Estação Ferroviária da Ibicaba em 1918.
Fonte: (GIESBRECHT, 2009).

Na década de 1940, a fazenda Ibicaba foi dividida entre os seus herdeiros e quatro anos mais tarde o distrito de Cordeirópolis se emancipou, fazendo com que a sede da Fazenda Ibicaba passasse a pertencer à área rural do município de Cordeirópolis. No entanto, a Estação da Ibicaba permaneceu no limite do município de Limeira.

Na década de 1970 a Estação Ferroviária da Ibicaba foi desativada e na década seguinte, a estação foi demolida, restando apenas a sua plataforma. Ainda assim, os trens da FEPASA e, posteriormente, da FERROBAN continuaram a correr sobre os trilhos da extinta estação.

Estação de Cordeirópolis

Localização Geográfica: Sul 22° 28' 51.5'' e Oeste 47° 27' 12.1'' a 641 metros de altitude.



Figura 51 – Imagem de satélite localizando a Estação Ferroviária de Cordeirópolis e fotografia atual da estação.
Autora: Marcela Mineo (2009).

A Estação de Cordeirópolis, conhecida como Cordeiro ou Cordeiros, pertencia à linha-tronco da antiga Cia. Paulista de Estradas de Ferro, estando localizada no quilômetro 116,965 da linha, num ponto isolado da Fazenda Ibicaba. Esta estação ferroviária foi inaugurada no dia 11 de agosto de 1876, no mesmo dia da inauguração da Estação Ferroviária de Rio Claro.

A Estação de Cordeiro era o ponto de saída da linha-troco para a estrada do “Mogy-Guassú”, conhecida posteriormente como “Ramal de Descalvado”, devido ao relevo favorável. A origem do nome Cordeiro é atribuída a dois fatores: a presença de fabricantes de cordas que moravam na região e à Fazenda Cordeiro, sendo o último mais aceito atualmente.

Quando foi inaugurada, a Estação de Cordeiro era apenas um barraco de madeira, e cinco anos mais tarde, os funcionários da estação receberam um rancho de madeira para se abrigar, já que não haviam acomodações na região.

Em 1914 o prédio da estação de Cordeiro foi ampliado e reformado, ganhando novo botequim em forma de quiosque. Este botequim era famoso e muito freqüentando pelos usuários da estação até a década de 1990.



Figura 52 – Foto da Estação Ferroviária de Cordeirópolis em 1918.
Fonte: (GIESBRECHT, 2009).

A Estação de Cordeiro mudou seu nome em 1948 com a emancipação do distrito de Cordeiro, em Limeira, para cidade de Cordeirópolis, sendo considerada uma das mais belas estações da Cia. Paulista.

Em 1971 a Cia. Paulista foi vendida para a FEPASA e seis anos mais tarde, os trens de passageiros com destino a Descalvado deixaram de circular na Estação de Cordeirópolis. A estação continuou ativa até 1995, recebendo o último trem de passageiros da FERROBAN em março de 2001.

Desde sua desativação, a estação já foi invadida, incendiada, saqueada e depredada. Em 2004, a Prefeitura Municipal de Cordeirópolis adquiriu o imóvel, recuperando alguns edifícios do imenso pátio. Já o belo e histórico prédio da estação, um dos mais antigos da Cia. Paulista, a cabine de controle e o armazém das locomotivas continuam abandonados.

Tendo em vista a memória das estações ferroviárias locais, seu estado de abandono e sua importância para a formação do município de Limeira, elaboramos dois roteiros de turismo ferroviário a ser implantado pela Secretaria de Turismo e Eventos de Limeira.

Os roteiros elaborados visam a valorização da história e identidade local através da restauração de suas estações ferroviárias, das visitas à Fazenda Ibicaba, ao distrito do Tatu e ao “Museu da Cia. Paulista”, bem como do transporte ferroviário de passageiros. Com isso, atende-se aos anseios da população entrevistada e do Plano Diretor de 2009, bem como colabora com a geração de uma imagem urbana mais atraente e significativa.

Roteiro 1 – “História do município”

- Embarque: Estação de Limeira

A Estação de Limeira abrigará um “Museu da Cia. Paulista”, contendo salas de exposição com fotografias, documentos, utensílios e maquinários do período em que a Cia. Paulista estava em atividade. Enfatizamos os seguintes elementos históricos a serem expostos no museu: imigração européia, influência afro-brasileira, ciclo do café, citricultura e industrialização.

- Trajeto: A bordo da Maria Fumaça

A Maria Fumaça, restaurada como na época da Cia. Paulista, contará com um Guia Turístico, equipamento de vídeo e panfletos para transmitir informações históricas relevantes.

- Desembarque: Estação do Tatu

Com a revitalização da Estação do Tatu e seus barracões, serão instaladas lojas e lanchonetes em suas dependências. Os visitantes farão um tour, à pé, pelo distrito, parando em casarões antigos e fábricas, tendo um tempo livre para compras.

- Distância percorrida: 24 km (ida e volta).

- Tempo aproximado: 2 horas (1 de transporte e 1 de visitação).

Roteiro 2 – “Ciclo do café em Limeira”

- Embarque: Estação de Limeira

A Estação de Limeira abrigará um “Museu da Cia. Paulista”, contendo salas de exposição com fotografias, documentos, utensílios e maquinários do período em que a Cia. Paulista estava em atividade. Enfatizamos os seguintes elementos históricos a serem expostos no museu: imigração européia, influência afro-brasileira, ciclo do café, citricultura e industrialização.

- Trajeto: A bordo da Maria Fumaça

A bordo de Maria Fumaça, restaurada como na época da Cia. Paulista, haverá um Guia Turístico, equipamento de vídeo e panfletos para transmitir informações históricas relevantes. Haverá uma parada na Estação Ibicaba que estaria reconstruída em suas características originais.

- Desembarque: Estação do Cordeirópolis

Com a revitalização da Estação de Cordeirópolis e seus barracões, serão instaladas lojas e lanchonetes em suas dependências. Na estação haverá um microônibus que levará os visitantes à Fazenda Ibicaba. Na Fazenda, os visitantes farão um tour pelas dependências da fazenda, entrando em contato direto com o cotidiano da lavoura de café. No local, será oferecido um café colonial.

- Distância percorrida: 36 km.

- Tempo aproximado: 4 horas (1 hora e 30 minutos de transporte e 2 horas e 30 minutos de visitação).

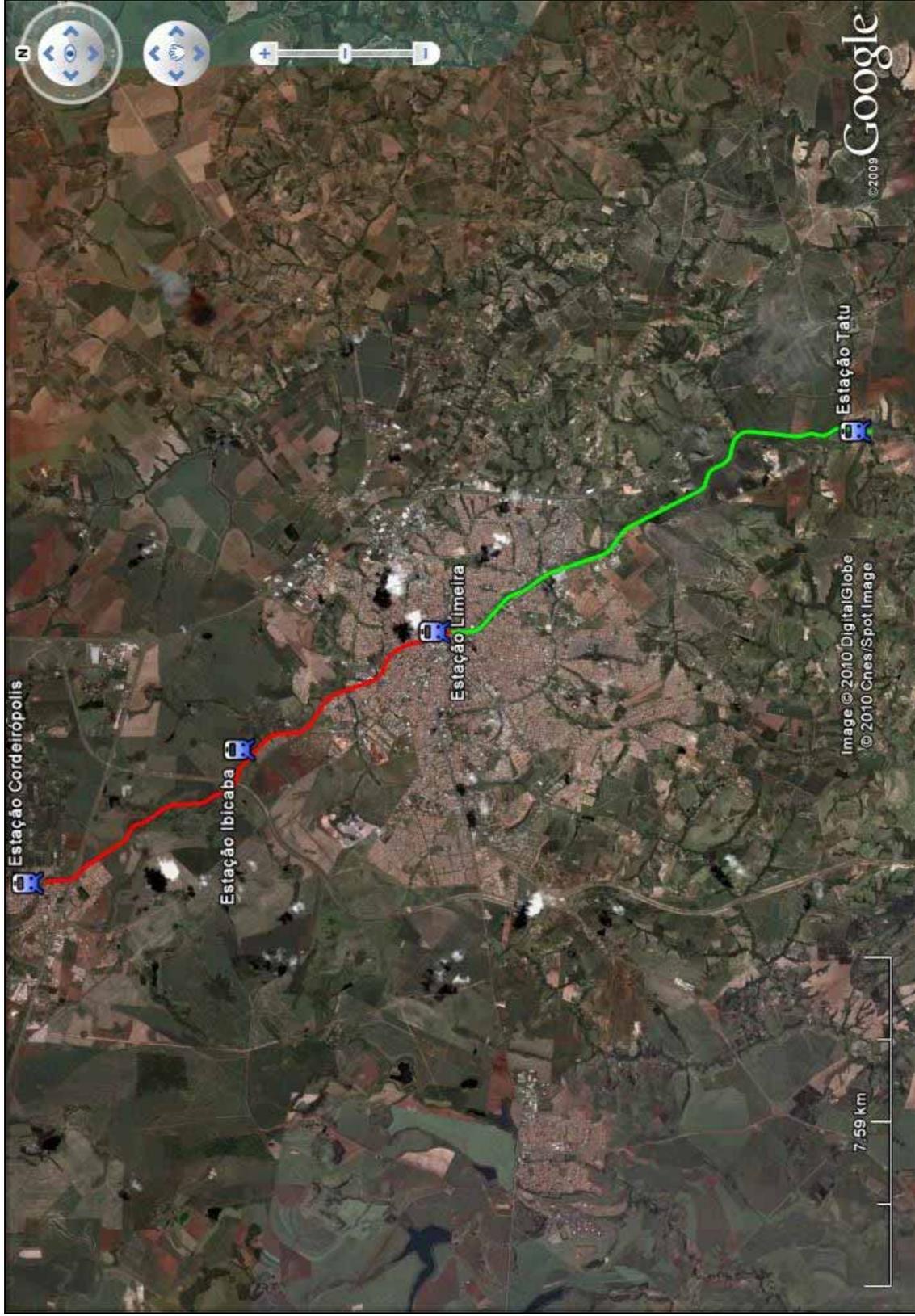


Figura 53 – Imagem de satélite localizando os dois roteiros turísticos-ferroviários elaborados: Roteiro 1 (verde) e Roteiro 2 (vermelho).
Autora: Marcela Mineo (2009).

3.3.2 *A educação patrimonial no ensino de Geografia*

As entrevistas, aplicadas neste trabalho, indicaram com clareza que o tema “Conservação do Patrimônio Cultural” não está sendo debatido de maneira aprofundada pelas escolas, meios de comunicação e instituições locais, pois apesar os entrevistados julgarem ser este um assunto relevante não sabem explicar o porquê. Isto demonstra que as políticas públicas, criadas recentemente no Brasil e em Limeira, em particular, precisam investir na conscientização da população, para que a mesma participe de forma ativa e mais positivamente dos projetos de conservação dos edifícios históricos.

A fim de contribuir para o processo de educação patrimonial na cidade de Limeira-SP e fazendo uso da minha experiência enquanto professora da disciplina de Geografia na Educação Básica, foi elaborada uma proposta de cartilha a ser divulgada nas escolas da rede pública e particular de ensino do município.

O público alvo escolhido para fazer uso da cartilha são os alunos de Geografia do terceiro ciclo do Ensino Fundamental (5º e 6º séries) que possuem uma idade média de 11 a 12 anos. A escolha por esta faixa etária deve-se ao fato de que os alunos já iniciaram o estudo dos conceitos e metodologias da ciência geográfica, durante os primeiros ciclos do ensino fundamental e assim, poderão, ao longo das próximas séries da Educação Básica, sedimentar uma postura conservacionista em relação ao patrimônio histórico-cultural.

Segundo a teoria de desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget⁷, o indivíduo de 11 e 12 anos está numa fase de raciocínio conhecido como “operatório concreto” (7 a 12 anos) que representa uma superação do estágio pré-operacional (2 a 7 anos) e uma preparação para o estágio mais avançado do desenvolvimento cognitivo que é o “operatório formal” (12 anos em diante). Assim, o aluno de 11 e 12 anos está em processo de elaboração de um raciocínio mais complexo que demanda uma linguagem e um método pedagógico que atenda às suas necessidades.

O estágio de desenvolvimento cognitivo denominado “operatório concreto” é conhecido pela necessidade de comprovação empírica das formas de pensar, pois a criança ainda não consegue elaborar o raciocínio apenas com o uso de proposições. Assim, as

⁷ A teoria piagetiana é discutida por Isilda Campaner Palangana em seu livro “Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social”, 3º edição, 2001.

teorizações precisam se vincular às ações práticas a partir do concreto que levem à experimentação do aluno no presente.

Durante este período, o indivíduo vai se libertando do raciocínio egocêntrico e fantasioso do período anterior (pré-operacional), para o campo das teorias compartilhadas socialmente. Para isso, o sujeito vai elaborando a capacidade de se auto-avaliar, percebendo suas contradições internas, e amplia a sua interlocução, expondo suas idéias ao grupo de forma coerente e aceita, na medida em que abstrai os conceitos e formulações alheias.

O método de raciocínio utilizado neste período é o método indutivo, que vai do particular para o geral, assim através de experimentações concretas das partes, o sujeito consegue formular teorias que representam o todo e que podem ser testadas através do princípio da reversibilidade, desde que algumas propriedades permaneçam estáticas no decorrer da operação.

Ao mesmo tempo em que o sujeito aprende a aplicar o princípio da reversibilidade ele também aprende a lidar com o princípio de conservação das propriedades de um raciocínio lógico, onde não há mais a necessidade da presença perceptiva, da representação ou da informação lingüística. Isto marca o início do pensamento abstrato que requer apenas um referencial coerente e organizado de crenças, ou seja, de esquemas conceituais verdadeiros (RAPPAPORT, 1982 apud PALANGANA, 2001).

O período “operatório concreto” já consegue compreender a noção de que os objetos e as situações são produtos de transformações e não elementos prontos e inacabados. É neste sentido que a Geografia desempenha seu papel de aguçar o raciocínio dos jovens, possibilitando a percepção e a compreensão da realidade como produto das relações sociais e históricas que estão em constante transformação.

Segundo os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), documento que norteia a Educação Básica no Brasil, a função social da Geografia no Ensino Fundamental é:

A Geografia é uma área de conhecimento comprometida em tornar o mundo compreensível para os alunos, explicável e passível de transformações. Neste sentido, assume grande relevância dentro do contexto dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em sua meta de buscar um ensino para a conquista da cidadania brasileira. As temáticas com as quais a Geografia trabalha na atualidade encontram-se permeadas por essa preocupação e é possível encontrar uma farta bibliografia sobre várias questões que entrelaçam os temas de estudo da Geografia com as questões sociais apontadas como prioritárias nos Parâmetros Curriculares Nacionais. (BRASIL, 1998, p. 26).

De acordo com o mesmo documento, as práticas pedagógicas atuais em Geografia devem estimular os alunos a elaborar novas compreensões sobre os espaços geográficos,

fazendo uso de procedimentos metodológicos diversificados, como: observação, registro, descrição, documentação, representação e pesquisa. Esses procedimentos permitem identificar e analisar os diversos processos que atuam na configuração das paisagens - sejam estes de ordem natural ou social, e a relação que o lugar estabelece com outras escalas espaciais.

Neste processo de ensino-aprendizagem, vale ressaltar a importância de sempre partir dos conhecimentos prévios e do espaço mais próximo dos alunos, valorizando seus saberes, observando e respeitando o seu estágio desenvolvimento cognitivo, e ao mesmo tempo, criando situações-problemas que possam ser desafiadoras e atraentes para eles.

A análise do espaço de vivência permite captar os vínculos que o grupo social estabeleceu com o seu entorno ao longo do tempo, determinando sua identidade e memória, bem como possibilita perceber as influências externas que transformam a realidade do lugar.

O ensino de Geografia, que parte da realidade concreta do aluno para compreender outros territórios, permite que o mesmo perceba que ele faz parte de uma realidade maior e que participa como agente transformador de seu meio e grupo social. Este método contribui para o exercício da cidadania, onde os indivíduos atuam de forma mais responsável e respeitosa, não só com o meio ambiente, mas com a cultura e com os diferentes grupos sociais.

Os PCNs definiram os objetivos gerais da Geografia para o Ensino Fundamental:

- Conhecer o mundo atual em sua diversidade, favorecendo a compreensão, de como as paisagens, os lugares e os territórios se constroem;
- Identificar e avaliar as ações dos homens em sociedade e suas conseqüências em diferentes espaços e tempos, de modo que construa referenciais que possibilitem uma participação propositiva e reativa nas questões socioambientais locais;
- Conhecer o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, de modo que compreenda o papel das sociedades na construção do território, da paisagem e do lugar;
- Compreender a espacialidade e temporalidade dos fenômenos geográficos estudados em suas dinâmicas e interações;
- Compreender que as melhorias nas condições de vida, os direitos políticos, os avanços tecnológicos e as transformações socioculturais são conquistas ainda não usufruídas por todos os seres humanos e, dentro de suas possibilidades, empenhar-se em democratizá-las;
- Conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa da Geografia para compreender a paisagem, o território e o lugar, seus processos de construção, identificando suas relações, problemas e contradições;
- Orientá-los a compreender a importância das diferentes linguagens na leitura da paisagem, desde as imagens, música e literatura de dados e de documentos de diferentes fontes de informação, de modo que interprete, analise e relacione informações sobre o espaço;
- Saber utilizar a linguagem gráfica para obter informações e representar a espacialidade dos fenômenos geográficos;
- Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a sociodiversidade, reconhecendo-os como direitos dos povos e indivíduos e elementos de fortalecimento da democracia. (BRASIL, 1998, p. 35).

Dentre os conteúdos previstos nos PCNs para os alunos do terceiro ciclo de Geografia está o “Eixo 3: O campo e a cidade como formações socioespaciais” que abrange o subtema “O espaço como acumulação de tempos desiguais”. Este assunto utiliza a paisagem como conceito central de estudo da relação espaço-tempo, registrada materialmente nos elementos de períodos históricos diferentes que coexistem simultaneamente no mesmo território. Os elementos da paisagem devem ser compreendidos como produtos sociais e técnicos que suprem as necessidades de cada época (BRASIL, 1998). Esta prática pedagógica da Geografia visa resgatar a memória e identidade social e também nortear o cidadão na projeção dos rumos e posicionamentos para o seu futuro e de sua comunidade, adotando uma postura ética e pró-ativa.

O conteúdo “O espaço como acumulação de tempos desiguais”, previsto nos PCNs para as aulas de Geografia do terceiro ciclo, aliado às necessidades diagnosticadas durante as entrevistas da atual pesquisa justificam a elaboração da cartilha de educação patrimonial para Limeira, pois se enquadra na proposta curricular desta disciplina.

A “Cartilha de Educação Patrimonial” representa uma das formas possíveis de intervenção educativa para este ciclo de ensino, devendo ser acompanhada por outras medidas, propostas pelos professores-mediadores de cada unidade de ensino.

A estrutura e o conteúdo da cartilha foram elaborados levando em consideração o estágio de desenvolvimento cognitivo dos alunos e os conteúdos previstos nos PCNs de Geografia para o ciclo escolhido. Apresentaremos agora o pré-projeto para a “Cartilha de Educação Patrimonial” que poderá ser publicada com o apoio de entidades locais e deverá ser distribuída nas escolas públicas de ensino de Limeira – SP.

As unidades de ensino que receberem a cartilha deverão analisar e discutir o material, em reuniões de planejamento pedagógico, procurando adequar seu conteúdo e método à realidade local. Sugerimos que a cartilha seja incorporada aos projetos escolares do 3º Bimestre do calendário escolar, aproveitando a data de aniversário da cidade, 15 de setembro, e assim, cumprir seu papel na valorização da história e da cultura local. Os resultados e experiências vivenciadas durante este período podem ser apresentados à comunidade escolar durante exposições e festividades.

A linguagem da cartilha deverá ser didática e objetiva, sendo apresentada no formato de história-em-quadrinhos. A história contará com dois personagens fictícios (um limeirense e um visitante), ambos jovens e amigos, que passeiam pelo centro da cidade observando a paisagem. A escolha dos personagens poderá ser feita por meio de votação pública e os mesmos poderão ser usados na divulgação de outros projetos educativos da cidade.

A metodologia de aplicação da cartilha deverá se adequar às necessidades de cada realidade escolar, sendo discutida pelo corpo docente. Para auxiliar os projetos de aplicação da cartilha, sugerimos o seguinte roteiro de atividades:

Primeira etapa – Sondagem

Em sala de aula, a professora-mediadora de Geografia deverá fazer uma sondagem com os alunos sobre o que eles entendem por: respeito, pertencimento, história, memória, cuidado, bem, herança, posse, cultura e etc. A seguir, a professora introduzirá o conceito de patrimônio cultural (material, imaterial, móvel e imóvel) e a importância de sua conservação para a sociedade.

Segunda etapa – Trabalho de campo

Os alunos farão uma visita ao centro da cidade de Limeira, acompanhados pela professora responsável e um guia turístico da Secretaria Municipal de Turismo e Eventos. Os alunos deverão observar as construções novas e antigas, a população usuária do centro, o trânsito, o barulho, a poluição, o comércio, as praças e etc.

Terceira etapa – Registro

De posse da cartilha, os alunos irão registrar suas impressões do centro da cidade e dos prédios históricos visitados, em sala de aula. A professora deverá instigar os alunos sobre a realidade do centro da cidade e a situação em que se encontram os prédios históricos, procurando sintetizar o pensamento dos alunos em uma idéia coletiva.

Quarta etapa – Extraclasse

A cartilha contará com um CD-ROM interativo que deverá ser usado pelo aluno, em casa ou no laboratório de informática da escola, no período contrário as aulas. Essa ferramenta possibilitará que o aluno utilize os conhecimentos adquiridos de forma lúdica e inovadora.

Quinta etapa – Projeto para a escola

O produto final deste projeto poderá ser a criação de um “Projeto de Conservação da Escola”, elaborado pelos próprios alunos, com regras e deveres a serem cumpridos por toda a equipe escolar. Sugerimos também a criação de uma comissão de alunos para acompanhar o andamento do projeto.

A seguir apresentaremos o pré-projeto da “Cartilha de Educação Patrimonial para o município de Limeira-SP”:

Texto

- *História-em-quadrinhos com personagens visitando os edifícios históricos do centro e contando a história de formação da cidade;*
- *Mapa do centro da cidade para o aluno registrar os edifícios históricos visitados e o trajeto percorrido durante o trabalho de campo;*
- *Fotos antigas e recentes dos edifícios para o aluno registrar em baixo os diversos usos do imóvel e a sua situação hoje;*
- *Conceitos de Patrimônio material, imaterial, móvel e imóvel com exemplos no Brasil através de fotos, desenhos e mapas de localização;*
- *Curiosidades sobre os estilos arquitetônicos predominantes em Limeira e no Brasil;*
- *Principais políticas públicas e nomes de entidades de proteção do Patrimônio Cultural em Limeira e no Brasil;*
- *Carta de Compromisso e Certificado de “Cidadão Conservacionista”.*

CD-ROM

- *Jogos interativos sobre os conhecimentos adquiridos;*
- *Músicas e vídeos que representam o patrimônio cultural nacional;*
- *Mapas de localização das cidades históricas tombadas no Brasil;*
- *Glossário de palavras;*
- *Endereços eletrônicos para pesquisar a temática.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história de Limeira é bastante rica e oferece inúmeros personagens ilustres e ações pioneiras que a colocaram em posição de destaque na formação do território nacional. Sua origem remete ao início do século XIX, em pleno ciclo cafeeiro, testemunhando a restauração territorial e política da nação e se destacando por ser o “Berço da Imigração Européia de Cunho Particular”.

Após a independência política de Portugal, a nação inicia o processo de instalação da república e a região de Limeira colabora com os esforços de vários de seus “filhos” neste processo. Um marco desta época é o desenvolvimento da ferrovia através da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, que além da agricultura proeminente, abastecia a região com as mercadorias das primeiras indústrias.

Toda essa fase próspera da região ficou impressa no espaço urbano através de suas formas mais imponentes que registraram este período de expansionismo econômico, político e territorial. Assim, observa-se que os prédios históricos remanescentes da paisagem local, tinham o caráter da “nobreza” da época, demonstrando poder através de suas construções.

Mesmo que vários vestígios desse passado tenham sido apagados, restam alguns exemplares no centro da cidade, local preferido para impor a hegemonia e perpetuar os ideais da classe dominante. Estes imóveis históricos sofreram mudanças ao longo do tempo, tanto em suas formas, como em suas funções, mas, mantiveram um vínculo com os interesses da elite representada pelo Estado.

Dentre os edifícios históricos de uso coletivo na área central de Limeira, destacam-se os de arquitetura neoclássica que estão associados às instituições educacionais da Primeira República (Grupo Escolar Coronel Flamínio e Grupo Escolar Brasil), ao banco do governo do estado (Banco Nossa Caixa S.A.), ao antigo Theatro da Paz, e ao antigo casarão do Barão do Café Sebastião Barros Silva (Palacete Levy). Destaca-se também a arquitetura eclética do prédio da Estação Ferroviária (antiga Cia. Paulista), arquitetura industrial do Paço Municipal (antiga Fábrica Prada), a arquitetura maneirista da Gruta, e a arquitetura barroca da Igreja Nossa Senhora da Boa Morte e Assumpção.

Além das formas arquitetônicas pitorescas dos imóveis históricos, de uso coletivo, de Limeira, há que se considerar a localização destes imóveis. Os imóveis localizam-se em áreas verdes que representam verdadeiros “respiros” na paisagem caótica e verticalizada do centro da cidade. Rodeados de árvores e arbustos, bancos, e iluminação específica, estes imóveis

impõem-se magistralmente no cenário homogêneo e consumista do centro comercial, convidando os transeuntes a parar, observar e descansar.

Os imóveis históricos do centro de Limeira e seu entorno são resquícios de um passado glorioso que representa o orgulho da população local. Suas formas e estruturas se destacam dentre as demais e, em conjunto com as construções modernas, formam um tecido instigante que leva à reflexão histórica e estética.

Apesar de instigante, a arquitetura dos edifícios históricos do centro de Limeira, e as diferentes funções que estes imóveis tiveram, ao longo dos anos, não foram o suficiente para frear a degradação de suas formas, seja pelo desgaste natural do tempo ou por atos de transgressão. A degradação desses imóveis demonstra a teoria de Barreto (1999), que define uma “cultura de transgressão” na América Latina, na qual os espaços públicos são compreendidos como “espaços de ninguém” e assim, são alvo constante de abusos pela elite que se reconhece impune e pela população que imita este comportamento para não se sentir inferiorizada.

A “cultura de transgressão” latino-americana contribuiu para o atraso na formulação e aplicação de políticas públicas que resguardem os edifícios históricos e zelem por sua conservação. A mudança de valores nas políticas públicas brasileiras reflete a recente preocupação em conservar e preservar os atributos histórico-culturais como uma possibilidade de exploração turística.

Os edifícios históricos, valorizados e conservados, passam a constituir marcos no espaço, alterando os percursos e os lugares, bem como criando novas atividades econômicas relacionadas, quase sempre, na transformação desses espaços em mercadorias de consumo. Assim, o turismo cultural e as atividades relacionadas acabam alterando as áreas preservadas, transformando-as numa imagem mais lucrativa.

Além da função turística o patrimônio cultural, a conservação de áreas mais extensas do espaço urbano como bairros ou sítios, representa de forma mais democrática a história local e contribui para a geração de uma urbanidade onde todos possam ser reconhecidos pela participação no processo de produção do espaço urbano.

As políticas públicas de conservação do patrimônio edificado devem se basear nos interesses coletivos, possibilitando à população local a valorização de sua história e cultura, além de conectar os indivíduos aos espaços construídos. Isso acontece através da resignificação desses espaços, atribuindo a estes novas funções e conteúdos, para que esses ambientes sejam capazes de proporcionar esperança e mobilização social. Para isso, a população local precisa ser conscientizada a respeito da importância da conservação desses

edifícios históricos, bem como da história e usos dos mesmos, para que possam ser conservados em bom estado de preservação.

As políticas públicas de Limeira estão recentemente voltando a atenção para estes imóveis, o que resultou no início do processo de tombamento e requalificação destes espaços, tendo em vista a revisão do Plano Diretor em 2009. Porém, as ações precisam ampliar a participação popular a fim de resgatar a memória coletiva local e promover uma re-significação desses espaços.

Os imóveis históricos do centro de Limeira encontram-se em estágio avançado de degradação, como: a Igreja Nossa Senhora da Boa Morte e Assumpção, o Centro Cultural (ainda que há um movimento recente em restaurá-lo) e o Palacete Levy. Já a Escola Estadual Brasil, o Banco Nossa Caixa, o Teatro Vitória, a Gruta e o Paço Municipal, passaram por reformas recentes, e a Estação Ferroviária foi restaurada em 2009. Estas iniciativas recentes demonstram que a “cultura de transgressão”, está se transformando, ainda que tardiamente, em “cultura de conservação”.

A fim de contribuir para que o processo de patrimonialização destes imóveis seja mais significativo para a população local, foram realizadas entrevistas abertas, com os usuários do centro da cidade, no início de 2007. De acordo com os resultados obtidos, podemos concluir que a maior parte da população usuária do centro desconhece o que vem a ser conservação do patrimônio histórico, sugerindo uma ausência da participação popular nos projetos de revitalização e uma necessidade de incorporar essa temática nas propostas curriculares de ensino.

Com relação à escolha dos edifícios históricos a serem conservados, os entrevistados justificaram suas respostas a partir da função destes imóveis, evidenciado pelo uso esporádico dos mesmos. Este dado demonstra a importância em articular a conservação dos edifícios históricos com o acesso da população local a esses espaços, o que possibilitaria o estabelecimento de laços de identidade e memória.

Além da função, a escolha dos edifícios históricos a serem conservados foi motivada pelo estágio de degradação em que se encontram a maioria dos imóveis, demonstrando que o processo de proteção dos bens patrimoniais, através do tombamento, ocorreu tardiamente, no momento que vários destes imóveis já tinham sido adulterados ou destruídos.

A Estação Ferroviária foi eleita majoritariamente como o edifício que necessita de maior conservação. A escolha pela Estação Ferroviária foi justificada pelo descuido em que o prédio se encontra e sua antiga função de transporte de passageiros.

Em 2009, a Estação Ferroviária foi restaurada e, segundo o projeto do CONDEPHALI, deverá sediar um centro cultural e turístico. Além de sua requalificação, toda a área em que a estação está ambientada será revitalizada em breve e segundo o Plano Diretor de 2009, uma das atividades a ser desenvolvida será um passeio histórico e turístico no local.

Visando contribuir para a efetivação das propostas do Plano Diretor de 2009 e os desejos da população entrevistada, foram elaborados dois roteiros turísticos para a Estação Ferroviária. Os roteiros elaborados têm o objetivo de valorizar a memória e identidade da população local e promover a conservação dos prédios e arredores das Estações Ferroviárias.

A implantação dos roteiros turísticos elaborados prevê a restauração das estações ferroviárias que fizeram parte da história de Limeira através da Cia. Paulista de Estradas de Ferro: a Estação do Tatu, Estação da Ibicaba e a Estação de Cordeirópolis. Estas estações ferroviárias foram símbolos do desenvolvimento regional com o transporte de cargas e passageiros, encontrando-se abandonadas pelo poder público.

Outra medida necessária para a implantação dos roteiros turísticos é a criação do “Museu da Cia. Paulista” na Estação Ferroviária de Limeira. Esse museu será constituído por salas de exposição fotográficas, documentos, utensílios e maquinários do período em que a Cia. Paulista estava em atividade. O acervo do museu deverá enfatizar a imigração europeia nas lavouras de café, a influência afro-brasileira nas construções e cultura local, a importância do café e da citricultura no desenvolvimento industrial e urbano.

O primeiro roteiro ferroviário chama-se “História do município”, sendo um trajeto curto que parte da Estação Ferroviária de Limeira com destino à Estação do Tatu a bordo da Maria Fumaça. No distrito do Tatu estão localizados casarões históricos e fábricas que contam a história de formação do município. A função deste roteiro é informar a população sobre o início do povoamento do município.

O segundo roteiro ferroviário chama-se “Ciclo do café em Limeira”, sendo um trajeto mais longo que demanda maior infra-estrutura. O roteiro parte da Estação de Limeira e segue para a Estação de Cordeirópolis, passando pela Estação da Ibicaba, que deverá ser reconstruída. Em Cordeirópolis, os visitantes seguiriam de microônibus até a Fazenda Ibicaba para conhecer o cotidiano e a cultura das lavouras de café.

A divulgação e a promoção dos roteiros elaborados deverão ser realizadas com a parceria da iniciativa privada, das instituições locais de ensino e de associações civis. Os pontos turísticos deverão ser demarcados e contextualizados através de placas informativas, de iluminação noturna, de animação cultural, de transformação dos bens culturais em artigos

de consumo, da melhoria no sistema de circulação e transporte e de campanhas de educação patrimonial.

Acredita-se que a conservação do patrimônio histórico na cidade só será efetivada através de um projeto eficaz de educação patrimonial que poderá ser promovido em âmbito local, através de concursos de redação, ensaios fotográficos, visitas técnicas supervisionadas e entrevistas com os habitantes da cidade. Além dessas medidas, propõem-se a elaboração de uma “Cartilha de Educação Patrimonial” que deverá compor a proposta curricular de Geografia para o terceiro ciclo do Ensino Fundamental a ser aplicada nas escolas de Limeira.

As escolas deverão elaborar projetos, excursões e apresentações para inserir os conceitos e práticas conservacionistas na rotina pedagógica e comunitária. Esta iniciativa poderá contribuir para a incorporação progressiva dos conceitos de respeito, cuidado, valorização, identidade e memória, não só em relação ao patrimônio histórico, mas ao meio ambiente, à sociedade e a si próprio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. de A. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação – contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

ALMEIDA, M. **Grupo Escolar Coronel Flamínio**. Limeira: Museu Histórico Pedagógico Major José Levy Sobrinho, 26 set. 1984. Entrevista concedida a Lauro Goriel. 1 cassette.

ALMEIDA, W. R. A. de. **Escola Estadual “Brasil”**: entre memórias e imagens. 1 ed. Limeira: Editora e Gráfica Expressão de Limeira Ltda., 2007. 295 p.

ARAÚJO, M. de; ALMEIDA, M. G. O patrimônio e a paisagem do núcleo pioneiro de Goiânia: uma interface com a cultura e identidade. In: COLÓQUIO NACIONAL DO NEER, 2., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador, UFBA, 2007. p.15.

BARRETTO, M. Espaço público: usos e abusos. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Elfos; Lisboa: Edições 70, 1995. 213 p.

BECKER, B. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. 266 p.

BERTHOLINI, R. H. F. (Org.). **A gruta da Praça Toledo de Barros**. Limeira: Sociedade Pró-memória de Limeira, 2000.

BORO, L. **Ferrovários da Cia. Paulista**. Limeira: Museu Histórico Pedagógico Major José Levy Sobrinho, 30 ago 1984. Entrevista concedida a Alberto Rogério e João Jorge Gonçalves.

BRASIL. Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico-artístico nacional. Disponível em: <http://cms-oliveira.sites.uol.com.br_decretolei_25>. Acesso em: mar. 2009.

_____. Constituição de 1988 promulgada em 05 de outubro de 1988. Artigos referentes ao patrimônio cultural brasileiro. Disponível em: <http://cms-oliveira.sites.uol.com.br_constituicao_1988>. Acesso em: mar. 2009.

_____. Lei Rouanet nº 8.313 de 23 de Dezembro de 1991. Restabelece os princípios da Lei nº 7.505 de 2 de julho de 1986, Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultural (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/04/lei-8313-de-1991-atualizada.pdf>>. Acesso em: mar. 2009.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – Geografia. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, 1998. 156 p.

BUSCH, R. K. **História de Limeira**. 2. ed. Limeira: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1967.

CARLOS, A. F. A. Repensando a geografia urbana: uma nova perspectiva se abre. In: _____. **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CARVALHO, P. F. de. Patrimônio histórico e artístico nas cidades médias paulistas: a construção do lugar. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2001.

CONDEPHALI. **Inventário de Patrimônio Cultural (IPAC): Estação Ferroviária**. Prefeitura Municipal de Limeira: Limeira (no prelo).

_____. **Inventário de Patrimônio Cultural (IPAC): Igreja Nossa Senhora da Boa Morte e Assumpção**. Prefeitura Municipal de Limeira: Limeira, 2009. 18 p.

_____. **Inventário de Patrimônio Cultural (IPAC): Palacete Levy**. Prefeitura Municipal de Limeira: Limeira (no prelo).

_____. **Inventário de Patrimônio Cultural (IPAC): – Paço Municipal**. Prefeitura Municipal de Limeira: Limeira (no prelo).

CORRÊA, R. L. Uma sistematização da análise de monumentos na geografia. **Revista Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.1, n. 1, p. 9-22, jan-jul. 2007.

COSTA, E. B. da. Política de Patrimônio e usos estabelecidos: o caso de Tiradentes: uma cidade setecentista mineira. Monografia (**Graduação**). Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 238 p.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Escala, 2005, 192 p. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal, 2).

FERRARA, L. D'A. O turismo dos deslocamentos virtuais. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERREIRA, E. L. Apontamentos sobre o lazer e o patrimônio urbano edificado no centro histórico de Vila Nova de Gaia. In: **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**, I série, Porto, v. 15\16, p. 117-129, 1999-2000.

FREITAG, B. A revitalização dos centros históricos das cidades brasileiras. IN: **Urbanidades**: Revista Eletrônica do PIP Itinerâncias Urbanas, Brasília, v. 1, n.1, jan.-abr., 2003. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/sol/urbanidades/_barbarafreitag.htm>. Acesso em: jun. 2008.

GAZETA DE LIMEIRA. **Suplemento Histórico**. Limeira, 15 set. 1980

_____. **Limeira ontem**: edição especial dos 172 anos de Limeira. Limeira, 15 set. 1998.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIEDION, S. **Espaço, tempo e arquitetura**: o desenvolvimento de uma nova tradição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GIESBRECHT, R. M. **Estações Ferroviárias do Brasil**. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br>>. Acesso em: jun. de 2009.

GOYA, P. da C. L. Y. **Percepção e conservação do patrimônio ambiental urbano: a cidade de Bauru**. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço,) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 1994.

GRANOU, A. **Capitalismo e modo de vida**. Porto: Afrontamento, 1975.

GROPPO, L. A. Turismo e humanização. In: GROPPO, L. A.; CANDIOTO, M. F. (Orgs.). **Turismo**: viajar, incluir e humanizar. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2006. p. 15-43

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. 252 p.

_____, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 11 ed. São Paulo: Loyola, 2002. 349 p.

_____, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HEFLINGER, J. E (Org.). **Retratos de Limeira**: acervo iconográfico do Museu Histórico “Major José Levy Sobrinho”. Limeira: Cia Aluminis, s/d.

HEFLINGER JR, J. E. **16 anos da revista Povo – Projeto Memória Limeirense XI**. Limeira: 2000. 1 ed.

HELLER, A. **Sociología de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 2002, 687 p.

IAOCHITE, J. C. Apropriação e revalorização do espaço urbano: análise da ocorrência de *brownfields* no município de Americana – SP. Dissertação (**Mestrado**). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

_____, J. C. Novos tempos e antigas espacialidades: o pólo cerâmico e as inércias espaciais no contexto da produção do espaço urbano de Santa Gertrudes – SP. Dissertação (**Doutorado**). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008.

IBGE. **Contagem da População 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 311 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>>. Acesso em: mar. de 2008.

ICOMOS. **I Seminário Brasileiro para a Preservação e Revitalização de Centros Históricos**. Itaipava, julho de 1987. Disponível em: <<http://www.quintacidade.com/wp-content/uploads/2008/03/seminario-brasileiro-sobre-os-centros-historicos.pdf>>. Acesso em: mai. de 2008.

IPHAN. **Carta de Atenas**. Atenas, novembro de 1933. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=DA50834E9000EBEE2814DD490EB9E767?id=233>>. Acesso em mai. de 2008.

_____. **Carta de Veneza**. Veneza, de 25 a 31 de maio de 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=DA50834E9000EBEE2814DD490EB9E767?id=236>>. Acesso em: mai. de 2008.

_____. **Recomendação Paris de obras públicas ou privadas**. Paris, 19 de novembro de 1968. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=DA50834E9000EBEE2814DD490EB9E767?id=239>>. Acesso em: mai. de 2008.

_____. I Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. Brasília, abril de 1970. **Compromisso de Brasília**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=DA50834E9000EBEE2814DD490EB9E767?id=240>>. Acesso em: mai. de 2008.

_____. **Carta de turismo cultural de 1976**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=DA50834E9000EBEE2814DD490EB9E767?id=248>>. Acesso em: mai. de 2008.

_____. **Recomendação de Nairóbi**. Nairóbi, 26-30 de novembro de 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=DA50834E9000EBEE2814DD490EB9E767?id=249>>. Acesso em: mai. de 2008.

JORNAL DE LIMEIRA. Cidades – História. **Decreto tomba imóveis em vários pontos da cidade**: Prefeitura estuda parceria com empresa para apoio. Limeira, 30 de novembro de 2008, p. 6.

_____. Cidades – Patrimônio Histórico. **Laudo aponta danos ‘nefastos’ à Boa Morte**: Para a igreja ser reaberta, será preciso cumprir 14 medidas. Limeira, 14 de agosto de 2009, p. 6.

_____. Cidades – Toledo de Barros. **40 anos depois, Gruta volta a ser ‘point’**: Licitação permite exploração de áreas públicas para comércio. Limeira, 16 de agosto de 2009, p. 6.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana do mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LIMA, M. G. Ferroviários da Cia. Paulista. [30 de agosto de 1984]. Limeira: **Fita cassete do Museu Histórico Pedagógico “Major José Levy Sobrinho”**. Tombo 01783. Entrevista concedida a Alberto Rogério e João Jorge Gonçalves.

MARTINELLI, P. Qualidade Ambiental Urbana em Cidades Média: proposta de modelo de avaliação para o Estado de São Paulo. Dissertação (**Mestrado**). Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004.

MARTINS, J. de S. A cidade multicultural. In: AA. VV., **Cidades Sul-Americanas: Assegurando um Futuro Urbano**, Imprensa Oficial/Urban Age, São Paulo, dez. 2008, p. 50-1.

MARX, K. **Manifesto do partido comunista**. 7 ed. São Paulo: Global, 1988.

MENEGUELLO, C. O coração da cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos. In: **Patrimônio Revista Eletrônica do IPHAN**, nº2, Nov/dez de 2005. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=121>>. Acesso em: jun. de 2008.

MENESES, U. T. B. de. Os “usos culturais” da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MESENTIER, L. M. de. **Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania**. 1997. Disponível em: <http://artigocientifico.com.br/uploads/artc_1151515071_97.pdf>. Acesso em: mar. de 2008.

_____, L. M. de. O patrimônio no centro da metrópole: Rio de Janeiro, final do século XX. In: **Patrimônio Revista Eletrônica do IPHAN**, nº2, Nov/dez de 2005. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=99>>. Acesso em: jun. de 2008.

MONTEIRO, A. Teatro da Paz. [18 de setembro de 1984]. Limeira: **Fita cassete do Museu Histórico Pedagógico “Major José Levy Sobrinho”**. Tombo 01784. Entrevista concedida a Márcio de Luca.

MOREIRA, R. Repensando a Geografia. In: SANTOS, M. **Novos rumos da geografia brasileira**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1988.

MOREL, J. B. O patrimônio da humanidade. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOSCON, M. A. Turismo e ferrovia. In: GROppo, L. A.; CANDIOTO, M. F. (Orgs.). **Turismo: viajar, incluir e humanizar**. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2006, p. 133-162

NATIVIO, P. M. Paisagens pretéritas e a (re) produção do centro da cidade de Rio Claro – SP. Dissertação (**Mestrado**). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008.

O JORNAL. **Limeira**: Edição Especial. Limeira, janeiro de 1990, ano 1.

OLIVEIRA, A. U. de. Espaço e tempo: compreensão materialista dialética. In: SANTOS, M. **Novos rumos da geografia brasileira**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1988.

ORTIGOZA, S. A. G. O tempo e o espaço da alimentação no centro da metrópole paulista. Tese (**Doutorado**). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2001.

OSEKI, J. H. O único e o homogêneo na produção do espaço. In: MARTINS, J. de S. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 109-119.

PALANGANA, Isilda Campaner. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky**: a relevância do social. 3 ed. São Paulo: Summus, 2001. 172 p.

PEZZOTO, A. Grupo Escolar Coronel Flamínio. [26 de setembro de 1984]. Limeira: **Fita cassete do Museu Histórico Pedagógico “Major José Levy Sobrinho”**. Tombo 01785. Entrevista concedida a Lauro Goriel.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA. **Lei Orgânica do Município de Limeira Estado de São Paulo de 5 de abril de 1990**. Decreta e promulga por seus representantes a Lei Orgânica do município de Limeira. Limeira, 1990. 36 p. Disponível em: <http://www.limeira.sp.gov.br/_secretarias/planejamento/files/downloads/index.htm>. Acesso em: mar. de 2008.

_____. **Lei Complementar nº 199 de 11 de setembro de 1998**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Limeira e dá outras providências. Limeira, 1998. 41 p.

_____. **Lei nº 3.548 de 27 de março de 2003**. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Município de Limeira e dá outras providências. Limeira, 2003. 8 p.

_____. **Ofício nº 04/05 de 08 de julho de 2005 do CONDEPHALI**. Sobre a relação de imóveis de valor histórico e arquitetônico para a cidade. Limeira, 2005. 3 p.

_____. **Revisão 2 de 23 de agosto de 2007**. Ata da Conferência Final do Processo Participativo de Revisão do Plano Diretor de Limeira. Limeira, 2007. 30 p. Disponível em: <www.limeira.sp.gov.br/secretarias/planejamento/plano/files/ata_conferencia_23_e_28_08_e_04_09.doc> Acesso em: mar. de 2008.

_____. **Decreto nº 388 de 28 de novembro de 2008**. Tomba provisoriamente alguns imóveis do município de Limeira. Limeira, 2008. 2 p.

_____. **Lei Complementar nº. 442 de 12 de janeiro de 2009.** Dispõe sobre o novo Plano Diretor do Município de Limeira. Limeira, 2009. 190 p. Disponível em: <<http://www.limeira.sp.gov.br/secretarias/planejamento/files/downloads/index.htm>>. Acesso em: mar. de 2009.

_____. Prefeitura de Limeira recebe a posse da Estação Ferroviária; obras estão perto do final. **Notícias de 29 de maio de 2009.** Disponível em: <<http://www.limeira.sp.gov.br/file/noticia.php?cod=5889>>. Acesso em: jun. de 2009.

REDONDANO, D. C.; et all. **Atlas municipal escolar.** 1 ed. Limeria: Sociedade Pró-Memória de Limeira, 2000. 100 p.

OSADA, M. Patrimônio e Democratização do Acesso à Cultura: Ampliação da Escola Municipal de Cultura e Artes de Limeira - SP. Graduação (**Monografia**). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005.

ROUSSEAU, J. J. **A origem da desigualdade entre os homens.** São Paulo: Editora Escala, Coleção “Grandes Obras do Pensamento Universal”, v. 7. 2005, 112 p.

SANTOS, A. S.; JACOMELLI, M. R. M.. A arquitetura dos grupos escolares paulistas: o Grupo Escolar Coronel Flamínio Ferreira de Camargo/Limeira - SP. In: VIII Jornada do HISTEDBR, 2008, São Carlos - SP. **Anais da VIII Jornada do HISTEDBR, 2008.** Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada8/txt_compl/Alessandra%20Santos.doc>. Acesso em: mar. de 2009.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979. 152 p.

_____, M. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

_____, M. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

SBERNI JR, C.; SARAIVA, F. H. S.; MARTINO, V. de F. Conhecer para pertencer: o patrimônio cultural como caminho para uma maior percepção da história para 2º série do primeiro ciclo. In: **Livro Eletrônico dos Núcleos de Ensino da UNESP**, Pró-Reitoria de Graduação, São Paulo, 2006, p. 479-492. Disponível em: <<http://www.unesp.br/prograd/PDFNE2004/artigos/eixo9/conhecerparapertencer.pdf>>. Acesso em: abr. de 2008.

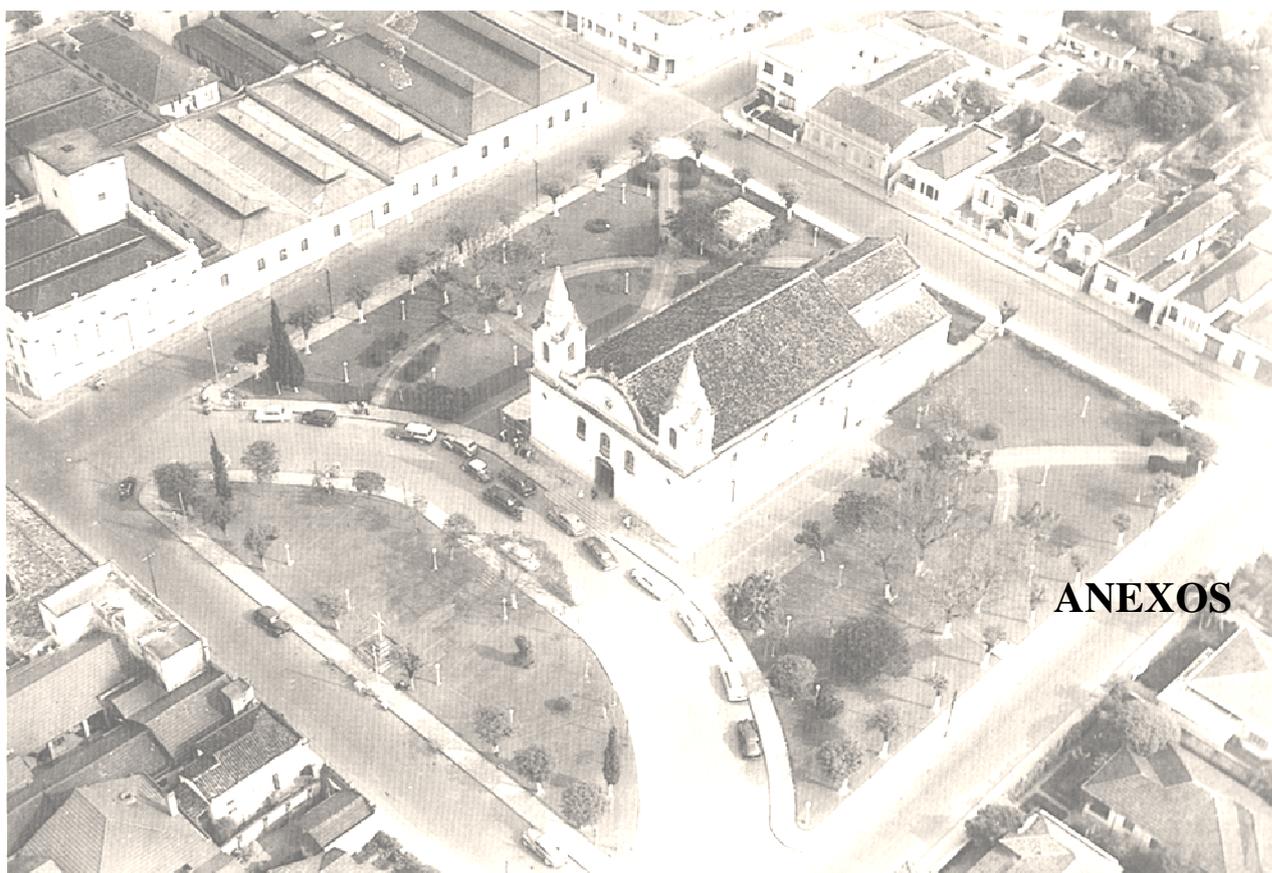
SEABRA, O. C. de L. A insurreição do uso. In: MARTINS, J. de S. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996, p. 71-86.

SILVEIRA, P. Da alienação ao feitichismo – formas de subjetivação e de objetivação. In: SILVEIRA, P.; DORAY, B. (Orgs.). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade.** Rio de Janeiro: Vértice, 1989, p. 41-76.

VIEIRA, A. L. de M. Currículo e Arquitetura Escolar: Olhares Cruzados na Educação Infantil. Tese (**Doutorado**). Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 2006. 188 p.

VIEIRA, S. G. O Centro vive: o espetáculo da revalorização do centro de São Paulo – sobrevivência do capitalismo e apropriação do espaço. Tese (**Doutorado**). 1 v. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista – Unesp, Campus Rio Claro, 2002.

YÁZIGI, E. Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil. In: _____, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. (Orgs.). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

**ANEXOS**

*Figura 54 – Foto digitalizada da vista aérea da Igreja da Boa Morte, Limeira – SP (década de 1950).
Fonte: Acervo do Museu Histórico Pedagógico “Major Levy Sobrinho”.*

**QUESTIONÁRIO SOBRE A PERCEPÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO DE
LIMEIRA – SP**

DATA: _____ LOCAL: _____

SEXO: _____ IDADE: _____

OCUPAÇÃO: _____

ESCOLARIDADE: _____

MORA EM LIMEIRA? _____ HÁ QUANTO TEMPO? _____

QUAL É O BAIRRO ONDE MORA? _____

COMO USA O CENTRO DA CIDADE? _____
(MORADIA, TRABALHO, PASSAGEM)

1. O QUE VOCÊ ENTENDE POR CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO?

2. QUAL DESTES EDIFÍCIOS (FOTOS) DEVERIA SER CONSERVADO? POR QUÊ?

3. DO EDIFÍCIO ESCOLHIDO, QUAL É O USO QUE VOCÊ FAZ DELE? COM QUE FREQUÊNCIA UTILIZA ESTE EDIFÍCIO?



DECRETO Nº 388, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2008.

SILVIO FÉLIX DA SILVA, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

NO EXERCÍCIO de suas funções, em atenção às disposições legais,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 216 da Constituição Federal, pelo Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, e pela Lei 3.548, de 27 de março de 2003, no seu artigo 9º, inciso IV,

CONSIDERANDO que constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira;

CONSIDERANDO que o Poder Público Municipal tem a prerrogativa Constitucional de promover e proteger o patrimônio cultural municipal, por meio de tombamento, e de outras formas de acautelamento e preservação;

CONSIDERANDO o valor histórico, cultural, urbanístico e social de determinados imóveis situados no Município de Limeira;

CONSIDERANDO o laudo técnico do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Município de Limeira – CONDEPHALI;

DECRETA:

Art. 1º Ficam tombados provisoriamente, para uma definição futura, nos termos do artigo 5º c.c. o inciso IV, do artigo 9º, ambos da Lei 3.548, de 27 de março de 2003, os seguintes imóveis, a saber:

- I – Todos os imóveis, públicos ou particulares, localizados na Rua Barão de Cascalho no trecho compreendido entre a Praça João Pessoa e a Rua Santa Cruz;
- II – Estação Ferroviária;
- III – Palacete Levy;
- IV – Palacete Tatuiby;
- V – Igreja Nossa Senhora da Boa Morte e Assumpção;
- VI – Creche Prada;



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

DECRETO Nº 388, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2008.

- VII – Paço Municipal (antiga Indústria Prada);
- VIII – Casarão da Praça Toledo de Barros n. 97;
- IX – Prédio da Nossa Caixa Nosso Banco localizado na Praça Toledo de Barros;
- X – Casa dos azulejos, localizada à rua Tiradentes n. 211;

Art. 2º Competirá ao Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Município de Limeira – CONDEPHALI -, num prazo não superior a 06 (seis) meses inventariar os imóveis e definir os níveis de preservação.

Parágrafo único. Feito o inventário, os laudos técnicos deverão ser remetidos à Prefeitura Municipal de Limeira para que se promova o Decreto de Tombamento Definitivo.

Art. 3º As demolições, reformas, construções e quaisquer obras a serem efetuadas nos imóveis de que trata o artigo 1º deste Decreto ficam provisoriamente proibidas.

Art. 4º Em caso de demolição não licenciada ou de sinistro nos imóveis descritos no artigo 1º deste Decreto será exigida a reconstrução da edificação, mantidas as características originais.

Parágrafo único. Em caso de obras ilegais, inclusive acréscimos e decréscimos, deverá também ser exigida a reconstituição do imóvel.

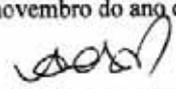
Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE e Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito.


SILVIO FELIX DA SILVA
Prefeito Municipal

PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito.


ELIANA CHEQUI DELLA PIAZZA
Secretária Chefe do Gabinete do Prefeito